

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE EMISSÃO PÚBLICA DE  
DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA SEGUNDA EMISSÃO DE  
SIDERÚRGICA NORTE BRASIL S.A.

Celebram este "Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações da Segunda Emissão de Siderúrgica Norte Brasil S.A." ("Escritura de Emissão"):

- I. como emissora e ofertante das debêntures objeto desta Escritura de Emissão ("Debêntures"):

SIDERÚRGICA NORTE BRASIL S.A., sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de Marabá, Estado do Pará, na Rodovia PA 150, km 425, Distrito Industrial de Marabá, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob o n.º 07.933.914/0001-54, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Pará ("JUCEPA") sob o NIRE 15.300.015.120, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Companhia");

- II. como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão, representando a comunhão dos titulares das Debêntures ("Debenturistas"):

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas 4200, bloco 4, sala 514, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu estatuto social] ("Agente Fiduciário"); e

- III. como fiadores e principais pagadores, solidariamente entre si e com a Companhia ("Fiadores", sendo as pessoas físicas abaixo mencionadas "Fiadores Pessoas Físicas"):

AÇO CEARENSE COMERCIAL LTDA., sociedade com sede na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Rua Antônio Pompeu 1900, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.557.333/0001-65, neste ato representada nos termos de seu contrato social ("Aço Cearense Comercial");

AÇO CEARENSE INDUSTRIAL LTDA., sociedade com sede na Cidade de Caucaia, Estado do Ceará, na Rodovia Antiga BR 222, km 19, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.990.842/0001-38, neste ato representada nos termos de seu contrato social ("Aço Cearense Industrial");



WMA PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade com sede na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Rua Meton de Alencar 1807, sala 2, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.867.417/0001-03, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("WMA", e, em conjunto com a Aço Cearense Comercial e a Aço Cearense Industrial, "Fiadores Pessoas Jurídicas");

JOSÉ VILMAR FERREIRA, brasileiro, divorciado, empresário, portador da cédula de identidade n.º 495.890, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Ceará ("SSP/CE"), inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o n.º 031.150.543-00, residente e domiciliado na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Rua Oswaldo Cruz 540/2100, apto. 2100;

WANDER JEAN MATOS FERREIRA, brasileiro, casado em regime de separação total de bens, empresário, portador da cédula de identidade n.º 92.002.325.626, expedida pela SSP/CE, inscrito no CPF/MF sob o n.º 734.453.393-68, residente e domiciliado na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Avenida Beira Mar 3500/600;

ROSE MARIE MATOS FERREIRA, brasileira, solteira, empresária, portadora da cédula de identidade n.º 93.002.002.019, expedida pela SSP/CE, inscrita no CPF/MF sob o n.º 767.239.843-15, residente e domiciliada na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Avenida Beira Mar 3500/600; e

ROSE ALINE FERREIRA DE FREITAS GUIMARÃES, brasileira, casada em regime de separação total de bens, empresária, portadora da cédula de identidade n.º 93.002.002.027, expedida pela SSP/CE, inscrita no CPF/MF sob o n.º 622.484.803-34, residente e domiciliada na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Avenida Beira Mar 2100/2201;

que resolvem celebrar esta Escritura de Emissão, de acordo com os seguintes termos e condições:

1. AUTORIZAÇÃO

- 1.1 A (i) emissão das Debêntures, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") ("Emissão"); (ii) a oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação das Debêntures, nos termos da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"); e (iii) outorga das Garantias (conforme definido na Cláusula 6.13 abaixo), serão realizadas com base nas deliberações:

- I. da reunião do conselho fiscal da Companhia realizada em 15 de maio de 2013;
- II. da assembleia geral extraordinária dos acionistas da Companhia realizada em 15 de maio de 2013 ("AGE da Companhia");
- III. da reunião de sócios da Aço Cearense Comercial realizada em 15 de maio de 2013 ("Reunião de Sócios da Aço Cearense Comercial");
- IV. da reunião de sócios da Aço Cearense Industrial realizada em 15 de maio de 2013 ("Reunião de Sócios da Aço Cearense Industrial"); e
- V. da reunião do conselho de administração da WMA realizada em 15 de maio de 2013 ("RCA da WMA").

## 2. REQUISITOS

2.1 A Emissão, a Oferta e a outorga das Garantias serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:

- I. *arquivamento e publicação das atas dos atos societários.* Nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações:
  - (a) a ata da AGE da Companhia será arquivada na JUCEPA e publicada no Diário Oficial do Estado do Pará ("DOEPA") e no jornal "Correio do Tocantins";
  - (b) a ata da Reunião de Sócios da Aço Cearense Comercial será arquivada na Junta Comercial do Estado do Ceará ("JUCEC");
  - (c) a ata da Reunião de Sócios da Aço Cearense Industrial será arquivada na JUCEC; e
  - (d) a ata da RCA da WMA será arquivada na JUCEC e publicada no Diário Oficial do Estado do Ceará e no jornal "O Estado";
- II. *inscrição e registro desta Escritura de Emissão.* Nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e dos artigos 129 e 130 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada, esta Escritura de Emissão e seus aditamentos serão:
  - (a) inscritos na JUCEPA; e
  - (b) registrados nos cartórios de registro de títulos e documentos da Comarca da Cidade de Marabá, Estado do Pará, da Comarca da Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, da Comarca da Cidade



de Caucaia, Estado do Ceará, e da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;

- III. *constituição da Cessão Fiduciária.* Observado o disposto na Cláusula 6.12 abaixo, a Cessão Fiduciária (conforme definido na Cláusula 6.12 abaixo) foi formalizada por meio do "Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia", celebrado nesta data, entre a Companhia, a Aço Cearense Industrial, o Agente Fiduciário, Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual") e Itaú Unibanco S.A. ("Banco Centralizador") (tal contrato e seus eventuais aditamentos, "Contrato de Cessão Fiduciária"), e será constituída mediante o registro do Contrato de Cessão Fiduciária nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos;
- IV. *constituição da Alienação Fiduciária.* Observado o disposto na Cláusula 6.13 abaixo, a Alienação Fiduciária (conforme definido na Cláusula 6.13 abaixo) foi formalizada por meio do "Instrumento Particular de Constituição de Alienação Fiduciária de Bens Móveis em Garantia", celebrado nesta data, entre a Aço Cearense Industrial, a Companhia, o Agente Fiduciário, o BTG Pactual e eventuais outras partes (tal contrato e seus eventuais aditamentos, "Contrato de Alienação Fiduciária", e o Contrato de Cessão Fiduciária e o Contrato de Alienação Fiduciária, em conjunto, "Contratos de Garantia"), e será constituída mediante o registro do Contrato de Alienação Fiduciária nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos;
- V. *registro para distribuição.* As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição das Debêntures liquidada financeiramente por meio da CETIP;
- VI. *registro para negociação e custódia eletrônica.* As Debêntures serão registradas para, observado o disposto na Cláusula 5.4 abaixo, negociação no mercado secundário por meio do Módulo CETIP 21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP 21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
- VII. *registro pela CVM.* A Oferta está automaticamente dispensada de registro pela CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476,

por se tratar de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação; e

- VIII. *registro pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")*. A Oferta está automaticamente dispensada de registro pela ANBIMA, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários".

3. OBJETO SOCIAL DA COMPANHIA

- 3.1 A Companhia tem por objeto social (i) indústria siderúrgica integrada, bem como a comercialização, no atacado e varejo, de laminados longos de aço; relaminados, trefilados e perfilados de aço; semi-acabados de aço; ferro-gusa, bem como a exportação desses produtos; (ii) produção florestal; cultivo de eucalipto; cultivo de mudas em viveiros florestais; produção de carvão vegetal de florestas nativas; (iii) transportes rodoviários de cargas; transportes com navegação interior de carga; e (iv) participação em outras sociedades, de qualquer natureza, sempre que o investimento for considerado conveniente para atingir o objeto social.

4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

- 4.1 Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão integralmente utilizados para (i) o resgate e a quitação da totalidade das debêntures da primeira emissão da Companhia; (ii) para quitação das Cédulas de Crédito Bancário n.º 071/10 a 090/10, emitidas pela Companhia em favor do BTG Pactual, em 24 de fevereiro de 2010; e (iii) o saldo, se houver, para capital de giro.

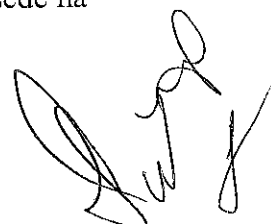
5. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

- 5.1 *Colocação*. As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, sob o regime de garantia firme com relação à totalidade das Debêntures, nos termos do "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações da Segunda Emissão de Siderúrgica Norte Brasil S.A." ("Contrato de Distribuição"), com a intermediação do Banco BTG Pactual S.A. ("Coordenador Líder"), tendo como público alvo exclusivamente investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 ("Investidores Qualificados").

- 5.2 *Prazo de Subscrição.* As Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição da Oferta, observado o disposto no artigo 8º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 476.
- 5.3 *Forma de Subscrição e de Integralização e Preço de Integralização.* As Debêntures serão subscritas e integralizadas por meio do MDA, por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), e em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal (conforme definido na Cláusula 6.4 abaixo), acrescido da Remuneração (conforme definido na Cláusula 6.18 abaixo, inciso II), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão (conforme definido na Cláusula 6.14 abaixo) até a respectiva Data de Integralização.
- 5.4 *Negociação.* As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP 21. As Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados e depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da data da respectiva subscrição ou aquisição, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e do cumprimento, pela Companhia, das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476.

## 6. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DAS DEBÊNTURES

- 6.1 *Número da Emissão.* As Debêntures representam a segunda emissão de debêntures da Companhia.
- 6.2 *Valor Total da Emissão.* O valor total da Emissão será de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), na Data de Emissão.
- 6.3 *Quantidade.* Serão emitidas 1.000 (um mil) Debêntures.
- 6.4 *Valor Nominal.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$200.000,00 (duzentos mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal"), observado o disposto no artigo 4º, inciso II, da Instrução CVM 476.
- 6.5 *Séries.* A Emissão será realizada em série única.
- 6.6 *Forma e Comprovação de Titularidade.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador (conforme definido na Cláusula 6.7 abaixo), e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.
- 6.7 *Escriturador Mandatário.* A instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures, observado ainda as regras operacionais da CETIP, é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na



Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brig. Faria Lima 3400, 10º andar, inscrita no CNPJ sob o n.º 61.194.353/0001-64 ("Escriturador").

- 6.8 *Banco Liquidante.* A instituição prestadora de serviços de banco liquidante das Debêntures e da Companhia é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com escritório na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100, Torre Olavo Setubal, inscrita no CNPJ sob o n.º 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante").
- 6.9 *Conversibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia.
- 6.10 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, e, após a constituição da Cessão Fiduciária, nos termos da Cláusula 6.12 abaixo, e da Alienação Fiduciária, nos termos da Cláusula 6.13 abaixo, passarão a ser da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, as Debêntures serão garantidas pela Fiança (conforme definido na Cláusula 6.11 abaixo), nos termos da Cláusula 6.11 abaixo.
- 6.10.1 A Companhia e os Fiadores, desde já, e os Debenturistas, representados neste ato pelo Agente Fiduciário, no momento da subscrição ou aquisição, conforme o caso, das Debêntures, se manifestam cientes e concordam que, na data em que o Agente Fiduciário confirmar o recebimento dos Contratos de Garantia, cujos modelos constam dos Anexos I e II a esta Escritura de Emissão, devidamente registrados nos termos dos respectivos contratos, que a Alienação Fiduciária e a Cessão Fiduciária estarão constituídas, observado o disposto na Cláusula 6.28 abaixo, inciso IV, de forma automática e independentemente de qualquer formalidade adicional, sem prejuízo do disposto na Cláusula 6.10.2 abaixo, as Debêntures passarão a ser da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 das Sociedades por Ações. Ocorrendo o disposto nesta Cláusula, o Agente Fiduciário deverá enviar comunicação sobre tal confirmação (i) na mesma data da confirmação, ao Escriturador, ao Banco Liquidante e à CETIP; e (ii) no Dia Útil (conforme definido na Cláusula 6.24 abaixo) subsequente à data da confirmação, aos Debenturistas, nos termos da Cláusula 6.29 abaixo.
- 6.10.2 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 6.10.1 acima, a Companhia, os Fiadores e o Agente Fiduciário obrigam-se a, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que o Agente Fiduciário realizar a confirmação a que se refere a Cláusula 6.10.1 acima, celebrar aditamento a esta Escritura de Emissão, conforme modelo de aditamento constante do Anexo III a esta Escritura de Emissão e aos demais Documentos das Obrigações, sem necessidade de realização de assembleia geral de Debenturistas, exclusivamente para alterar a espécie das Debêntures para com garantia real.

- 6.11 *Garantia Fidejussória.* Os Fiadores, neste ato, obrigam-se, solidariamente entre si e com a Companhia, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, como fiadores, principais pagadores e solidariamente (entre si e com a Companhia) responsáveis por todas as obrigações da Companhia nos termos das Debêntures e desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, renunciando expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 827, 829, parágrafo único, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), e dos artigos 77 e 595 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil"), pelo pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo Encargos Moratórios (conforme definido na Cláusula 6.25 abaixo), devidos pela Companhia e pelos Fiadores nos termos das Debêntures, desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures, desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos Contratos de Garantia ("Fiança").
- 6.11.1 Cabe ao Agente Fiduciário requerer a execução, judicial ou extrajudicial, da Fiança, conforme função que lhe é atribuída nesta Escritura de Emissão, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Companhia nos termos das Debêntures, desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos Contratos de Garantia. A Fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva liquidação de todas as obrigações garantidas, sendo certo que a não execução da Fiança por parte do Agente Fiduciário não ensejará, em qualquer hipótese, perda do direito de execução da Fiança pelos Debenturistas.
- 6.11.2 A Fiança entrará em vigor na data de celebração desta Escritura de Emissão e permanecerá válida até o pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo Encargos Moratórios, devidos pela Companhia e pelos Fiadores nos termos das Debêntures, desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures, desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos Contratos de Garantia.
- 6.11.3 Cada um dos Fiadores, desde já, concorda e se obriga a, (i) somente após a integral liquidação de todos os valores devidos aos Debenturistas e ao Agente



Fiduciário nos termos das Debêntures, desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, exigir e/ou demandar a Companhia ou qualquer dos demais Fiadores em decorrência de qualquer valor que tiver honrado nos termos desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos Contratos de Garantia; e (ii) caso receba qualquer valor da Companhia e/ou de qualquer dos demais Fiadores em decorrência de qualquer valor que tiver honrado nos termos desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos Contratos de Garantia antes da integral liquidação de todos os valores devidos aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, repassar, no prazo de 1 (um) Dia Útil (conforme definido na Cláusula 6.24 abaixo) contado da data de seu recebimento, tal valor ao Agente Fiduciário, para pagamento aos Debenturistas.

6.12 *Cessão Fiduciária.* Em garantia do integral e pontual cumprimento das obrigações, pecuniárias ou não, principais e acessórias, decorrentes (i) das Debêntures e desta Escritura de Emissão; e (ii) de quaisquer obrigações da Companhia decorrentes do "Instrumento Particular de Troca de Parâmetros - Swap n.º SW2414/13" a ser celebrado em 8 de julho de 2013, pela Companhia com o BTG Pactual, na qualidade de contraparte de referido contrato ("Contrato de Swap"), deverá ser constituída no prazo de até 30 (trinta) dias contados da Data de Emissão, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, e do BTG Pactual, cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Companhia e da Aço Cearense Industrial ("Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente"), conforme previsto no Contrato de Cessão Fiduciária ("Cessão Fiduciária").

6.12.1 Nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente (que deverão atender aos critérios de elegibilidade previstos no Contrato de Cessão Fiduciária) deverão corresponder ao menor entre os valores ou percentuais do Saldo Devedor das Debêntures previstos no Contrato de Cessão Fiduciária ("Percentual da Cessão Fiduciária"), observado o disposto na Cláusula 6.18 abaixo.

6.12.2 Para os fins desta Escritura de Emissão:

- I. "Período de Apuração da Cessão Fiduciária" significa cada período de 2 (dois) meses do ano civil, considerando sempre o mês inteiro, desde o dia 1 até o dia de seu término;
- II. "Saldo Devedor das Debêntures" significa o saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures em circulação (assim entendidas as Debêntures subscritas e integralizadas que não tiverem sido resgatadas pela Companhia), acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento de Remuneração, conforme o caso, até a respectiva data de cálculo, conforme informado pelo Agente Fiduciário; e

III. "Valor da Cessão Fiduciária" significa, observado o disposto no Contrato de Cessão Fiduciária, a média aritmética do valor agregado dos Direitos Creditórios Fiduciariamente, determinado em cada Período de Apuração da Cessão Fiduciária imediatamente anterior à Data de Apuração (conforme definido na Cláusula 6.12.3 abaixo), conforme verificado pelo Banco Centralizador, nos termos previstos no Contrato de Cessão Fiduciária.

6.12.3 O Percentual da Cessão Fiduciária será apurado pelo Agente Fiduciário mensalmente, no 3º (terceiro) Dia Útil de cada mês ("Data de Apuração"), com base no Valor da Cessão Fiduciária, nos termos previstos no Contrato de Cessão Fiduciária. Para os fins da Cessão Fiduciária, a primeira Data de Apuração ocorrerá no mês imediatamente subsequente ao término do primeiro Período de Apuração da Cessão Fiduciária.

6.13 *Alienação Fiduciária.* Em garantia do integral e pontual cumprimento das obrigações, pecuniárias ou não, principais e acessórias, decorrentes (i) das Debêntures e desta Escritura de Emissão; e (ii) de quaisquer obrigações da Companhia decorrentes do Contrato de Swap, deverá ser constituída no prazo de até 30 (trinta) dias contados da Data de Emissão, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, e do BTG Pactual, alienação fiduciária de bens móveis de titularidade da Aço Cearense Industrial ("Bens Móveis Alienados Fiduciariamente"), conforme previsto no Contrato de Alienação Fiduciária ("Alienação Fiduciária", e, em conjunto com a Fiança e a Cessão Fiduciária, "Garantias").

6.13.1 Nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária, os Bens Móveis Alienados Fiduciariamente deverão corresponder ao menor entre os valores ou percentuais do Saldo Devedor das Debêntures previstos no Contrato de Cessão Fiduciária ("Percentual da Alienação Fiduciária"), observado o disposto na Cláusula 6.18 abaixo.

6.13.2 Para os fins desta Escritura de Emissão:

- I. "Período de Apuração da Alienação Fiduciária" significa cada período de 1 (um) mês do ano civil, considerando sempre o mês inteiro, desde o dia 1 até o dia de seu término; e
- II. "Valor da Alienação Fiduciária" significa, observado o disposto no Contrato de Alienação Fiduciária, o valor dos Bens Móveis Alienados Fiduciariamente, determinado em cada Período de Apuração da Alienação Fiduciária imediatamente anterior à Data de Apuração, conforme avaliação realizada pelo Avaliador (conforme definido no Contrato de Alienação Fiduciária), nos termos previstos no Contrato de Alienação Fiduciária.



- 6.13.3 O Percentual da Alienação Fiduciária será apurado pelo Agente Fiduciário mensalmente, em cada Data de Apuração, com base no Valor da Alienação Fiduciária, nos termos previstos no Contrato de Alienação Fiduciária. Para os fins da Alienação Fiduciária, a primeira Data de Apuração ocorrerá no mês imediatamente subsequente ao término do primeiro Período de Apuração da Alienação Fiduciária.
- 6.14 Observado o disposto nos Contratos de Garantia, as Garantias garantirão proporcionalmente as obrigações decorrentes das Debêntures e da Escritura de Emissão e as obrigações decorrentes do Contrato de Swap.
- 6.15 *Data de Emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 10 de julho de 2013 ("Data de Emissão").
- 6.16 *Prazo e Data de Vencimento.* Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures, de amortização antecipada das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o prazo das Debêntures será de 10 (dez) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 10 de julho de 2018 ("Data de Vencimento").
- 6.17 *Pagamento do Valor Nominal.* Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, de amortização antecipada das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o Valor Nominal de cada uma das Debêntures será amortizado em 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, na seguinte ordem:
- I. 35 (trinta e cinco) parcelas, cada uma no valor correspondente a 2,78% (dois inteiros e setenta e oito centésimos por cento) do Valor Nominal de cada uma das Debêntures, devidas no dia 10 (dez) de cada mês, sendo a primeira parcela deste inciso devida em 10 de agosto de 2015 e, a última, em 10 de junho de 2018; e
  - II. 1 (uma) parcela, no valor correspondente ao saldo devedor do Valor Nominal de cada uma das Debêntures, devida na Data de Vencimento.
- 6.18 *Remuneração.* A remuneração de cada uma das Debêntures será a seguinte:
- I. *atualização monetária:* o Valor Nominal de cada uma das Debêntures não será atualizado monetariamente; e
  - II. *juros remuneratórios:* sobre o saldo devedor do Valor Nominal de cada uma das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes ao percentual da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base

252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, conforme indicado abaixo, a ser apurada pelo Agente Fiduciário mensalmente, em cada Data de Apuração, e a ser aplicada durante todo o Período de Capitalização (conforme definido abaixo) imediatamente subsequente à respectiva Data de Apuração ("Remuneração"):

- (a) até o término do Período de Carência para Alteração da Remuneração (conforme definido na Cláusula 6.18.1 abaixo), a Remuneração será equivalente a 135% (cento e trinta e cinco por cento) da Taxa DI; e
- (b) após o término do Período de Carência para Alteração da Remuneração, a Remuneração será equivalente a:
  - (i) 135% (cento e trinta e cinco por cento) da Taxa DI durante todo o Período de Capitalização imediatamente subsequente à respectiva Data de Apuração, se, cumulativamente, (1) no Período de Apuração da Cessão Fiduciária imediatamente anterior à respectiva Data de Apuração, o Percentual da Cessão Fiduciária for igual ou superior ao menor valor entre R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) ou 20% (vinte por cento) do Saldo Devedor das Debêntures; e (2) no Período de Apuração da Alienação Fiduciária imediatamente anterior à respectiva Data de Apuração, o Percentual da Alienação Fiduciária for igual ou superior ao menor valor entre R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) ou 50% (cinquenta por cento) do Saldo Devedor das Debêntures; ou
  - (ii) 160% (cento e sessenta por cento) da Taxa DI durante todo o Período de Capitalização imediatamente subsequente à respectiva Data de Apuração, se, (1) no Período de Apuração da Cessão Fiduciária imediatamente anterior à respectiva Data de Apuração, o Percentual da Cessão Fiduciária for inferior ao menor valor entre R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) ou 20% (vinte por cento) do Saldo Devedor das Debêntures; e/ou (2) no Período de Apuração da

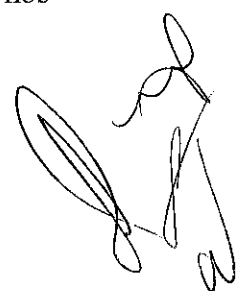
Alienação Fiduciária imediatamente anterior à respectiva Data de Apuração, o Percentual da Alienação Fiduciária for inferior ao menor valor entre R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) ou 50% (cinquenta por cento) do Saldo Devedor das Debêntures.

6.18.1 Para os fins desta Escritura de Emissão, "Período de Carência para Alteração da Remuneração" significa, durante toda a vigência das Debêntures, um único período compreendendo 3 (três) Datas de Apuração consecutivas ou 5 (cinco) Datas de Apuração alternadas, nas quais o Agente Fiduciário tenha verificado que (i) o Percentual da Cessão Fiduciária seja inferior ao menor valor entre R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) ou 20% (vinte por cento) do Saldo Devedor das Debêntures; e/ou (ii) o Percentual da Alienação Fiduciária seja inferior ao menor valor entre R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) ou 50% (cinquenta por cento) do Saldo Devedor das Debêntures. Após o término do Período de Carência para Alteração da Remuneração, a Remuneração variará, em cada Período de Capitalização imediatamente subsequente à respectiva Data de Apuração, de acordo com o disposto na Cláusula 6.18 acima, inciso II, alínea (b).

6.18.2 Sem prejuízo do disposto nas Cláusulas 6.12 e 6.13 acima, caso a Cessão Fiduciária e a Alienação Fiduciária sejam constituídas em datas diferentes, a Remuneração prevista na Cláusula 6.18 acima deverá ser aplicada considerando apenas a garantia que já estiver constituída.

6.18.3 Caberá ao Agente Fiduciário:

- I. mensalmente, em cada Data de Apuração, apurar a Remuneração aplicável durante todo o Período de Capitalização imediatamente subsequente à respectiva Data de Apuração, considerando os critérios previstos na Cláusula 6.18 acima, incluindo a verificação do eventual término do Período de Carência para Alteração da Remuneração;
- II. mensalmente, em cada Data de Apuração, comunicar aos Debenturistas, nos termos da Cláusula 6.29 abaixo, e à Companhia e aos Fiadores, nos termos da Cláusula 6.30 abaixo, a Remuneração aplicável durante todo o Período de Capitalização imediatamente subsequente à respectiva Data de Apuração, nos termos previstos no inciso I acima;
- III. mensalmente, até o 1º (primeiro) Dia Útil imediatamente subsequente a cada Data de Apuração, comunicar, em conjunto com a Companhia, à CETIP, ao Escriturador e ao Banco Liquidante, a Remuneração aplicável durante todo o Período de Capitalização imediatamente subsequente à respectiva Data de Apuração, nos termos previstos no inciso I acima; e



IV. o Agente Fiduciário não se responsabiliza, expressa ou tacitamente, por qualquer ato, fato ou prejuízo decorrente do uso indevido das informações disponibilizadas e/ou solicitadas conforme o inciso III acima, embora tenha se empenhado em prestar informações precisas e atualizadas, para quaisquer que sejam os fins utilizados pela Companhia, pela CETIP, pelo Escriturador e pelo Banco Liquidante, visto que os mesmos poderão dispor de informações equivocadas e divergentes das disponibilizadas pelo Agente Fiduciário na data em que foram elaboradas.

6.18.4 A comunicação do Agente Fiduciário a que se refere a Cláusula 6.18.3 acima, inciso II, é suficiente para a definição da Remuneração e independe de qualquer outra formalidade adicional ou de aditamento a esta Escritura de Emissão. A Companhia, os Fiadores e o Agente Fiduciário, representando a comunhão dos debenturistas, neste ato, concordam, em caráter irrevogável e irretratável, (i) com a forma de cálculo da Remuneração prevista nesta Escritura de Emissão; e (ii) que não serão devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Companhia ou dos Fiadores quanto pelos Debenturistas, com relação à variação da Remuneração na forma prevista nesta Escritura de Emissão.

6.18.5 Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, de amortização antecipada das Debêntures e/ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, a Remuneração será paga mensalmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 10 de agosto de 2013 e, o último, na Data de Vencimento.

6.18.6 A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$JR = VN \times [FatorDI - 1]$$

Sendo que:

JR = valor unitário da Remuneração, devida nas datas dos seus respectivos vencimentos, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VN = saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures no início de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI = produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a fórmula abaixo:



$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} \left[ 1 + \left( \text{TDI}_k \times S \right) \right]$$

Sendo que:

$n_{DI}$  = número total de Taxas DI, sendo " $n_{DI}$ " um número inteiro;

$\text{TDI}_k$  = Taxa DI expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento apurada com a seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left( \frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1$$

Sendo que:

$k$  = 1, 2, ...,  $n$ ;

$\text{DI}_k$  = Taxa DI, em percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, referente ao dia " $k$ ";

$d_k$  = número de dias úteis correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI, sendo " $d_k$ " um número inteiro; e

$S$  = percentual aplicado conforme previsto na Cláusula 6.18 acima, inciso II.

O fator resultante da expressão  $[1 + (\text{TDI}_k \times S)]$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários  $[1 + (\text{TDI}_k \times S)]$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores diários estando acumulados, considera-se o fator resultante FatorDI com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

Define-se "Período de Capitalização" o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data de pagamento de Remuneração correspondente ao período, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

6.18.7 Observado o disposto na Cláusula 6.18.8 abaixo, se, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta

Escritura de Emissão, a Taxa DI não estiver disponível, será utilizado, em sua substituição, para apuração da Taxa DI, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, entre a Companhia, os Fiadores e os Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

- 6.18.8 Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou judicial, será utilizado o novo parâmetro legalmente estabelecido em substituição à Taxa DI. Caso não haja um novo parâmetro legalmente estabelecido, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data de término do prazo de 10 (dez) dias consecutivos ou da data de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por proibição legal ou judicial, conforme o caso, convocar assembleia geral de Debenturistas para deliberar, em comum acordo com a Companhia e observada a regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado, que deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado interbancário vigentes à época. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração das Debêntures, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizado, para apuração da Taxa DI, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Companhia ou os Fiadores e os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização da assembleia geral de Debenturistas prevista acima, referida assembleia geral de Debenturistas não será realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI nos termos aqui previstos, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizado, para apuração da Taxa DI, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente. Caso, na assembleia geral de Debenturistas prevista acima, não haja acordo sobre a nova remuneração das Debêntures entre a Companhia e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, a Companhia e a Fiadora, de forma solidária, se obrigam, desde já, a resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data da realização da assembleia geral de Debenturistas prevista acima ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo saldo devedor do Valor Nominal



de cada uma das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, caso em que, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizado, para apuração da Taxa DI, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente.

6.18.9 Os Fiadores desde já concordam com o disposto nas Cláusulas 6.18 a 6.18.8 acima, declarando que o ali disposto não importará novação, conforme definida e regulada nos termos do artigo 360 e seguintes do Código Civil, mantendo-se a Fiança válida e em pleno vigor, inclusive no caso de acarretar a obrigação à Companhia de resgatar as Debêntures, conforme acima previsto, ou no caso de inadimplemento de tal obrigação. Os Fiadores desde já concordam e se obrigam a firmar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação do disposto na Cláusula 6.18.8 acima.

6.19 *Repactuação Programada.* Não haverá repactuação programada.

6.20 *Resgate Antecipado Facultativo Total ou Amortização Antecipada Facultativa.* Sujeito ao atendimento das condições abaixo, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo a partir da Data de Emissão, e com aviso prévio aos Debenturistas, nos termos da Cláusula 6.29 abaixo, ao Agente Fiduciário, ao Escriturador, ao Banco Liquidante e à CETIP de 15 (quinze) Dias Úteis da data do evento, o resgate antecipado da totalidade das Debêntures em circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures (sendo vedado o resgate parcial das Debêntures), ou amortizações antecipadas sobre o saldo devedor do Valor Nominal da totalidade das Debêntures em circulação, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures em circulação, no caso do resgate, ou de parcela do saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures em circulação, limitado a 98% (noventa e oito por cento) do saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures, no caso de amortização, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, acrescido de prêmio, incidente sobre o valor do resgate ou da amortização (que corresponde ao valor do saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento), conforme o caso, correspondente a 1,00% (um por cento) ao ano, calculado *pro rata temporis* pelo período compreendido entre a data do resgate ou da amortização, conforme o caso, e a Data de Vencimento ("Prêmio").



- 6.21 *Aquisição Facultativa.* A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, desde que observe o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476 e na regulamentação aplicável da CVM. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em circulação.
- 6.22 *Direito ao Recebimento dos Pagamentos.* Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão aqueles que forem Debenturistas no encerramento do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.
- 6.23 *Local de Pagamento.* Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia e/ou por qualquer dos Fiadores, nos termos desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos Contratos de Garantia, serão realizados (i) pela Companhia, no que se refere a pagamentos referentes ao Valor Nominal, à Remuneração, ao Prêmio e aos Encargos Moratórios, e com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, por meio da CETIP; (ii) pela Companhia, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, por meio do Escriturador ou em sua sede, conforme o caso; ou (iii) pelos Fiadores, em qualquer caso, por meio do Escriturador ou em sua sede, conforme o caso.
- 6.24 *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) Dia Útil (assim entendido como qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e que não seja sábado ou domingo ("Dia Útil")) subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia que não seja um Dia Útil, não sendo devido qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, exceto pelos casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.
- 6.25 *Encargos Moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Companhia e pelos Fiadores aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, adicionalmente ao pagamento da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores em atraso, incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou

extrajudicial, (i) multa moratória de 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento ("Encargos Moratórios").

- 6.26 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos desta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.
- 6.27 *Imunidade Tributária.* Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.
- 6.28 *Vencimento Antecipado.* Sujeito ao disposto nas Cláusulas 6.28.1, 6.28.2 e 6.28.3 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, e exigir o imediato pagamento, pela Companhia e por qualquer dos Fiadores, do saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo dos Encargos Moratórios, quando for o caso, na ocorrência de qualquer dos eventos previstos em lei e/ou de qualquer dos seguintes eventos (cada evento, um "Evento de Inadimplemento"):
- I. (a) decretação de falência da Companhia, de qualquer dos Fiadores Pessoas Jurídicas, de qualquer sociedade controladora, direta ou indireta (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) da Companhia e/ou de qualquer dos Fiadores Pessoas Jurídicas ("Controladora") e/ou de qualquer sociedade controlada (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) pela Companhia e/ou por qualquer dos Fiadores Pessoas Jurídicas ("Controlada"); (b) pedido de autofalência formulado pela Companhia, por qualquer dos Fiadores Pessoas Jurídicas, por qualquer Controladora e/ou por qualquer Controlada; (c) pedido de falência da Companhia, de qualquer dos Fiadores Pessoas Jurídicas, de qualquer Controladora e/ou de qualquer Controlada, formulado por terceiros, não elidido no prazo legal; (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação



extrajudicial da Companhia, de qualquer dos Fiadores Pessoas Jurídicas, de qualquer Controladora e/ou de qualquer Controlada, independentemente do deferimento do respectivo pedido; (e) liquidação, dissolução ou extinção da Companhia, de qualquer dos Fiadores Pessoas Jurídicas, de qualquer Controladora e/ou de qualquer Controlada, exceto se a liquidação, dissolução e/ou extinção decorrer de uma operação societária que não constitua um Evento de Inadimplemento; ou (f) morte, declaração de incapacidade ou declaração de ausência de qualquer dos Fiadores Pessoas Físicas, sem que, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do evento, seja aprovado substituto por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação;

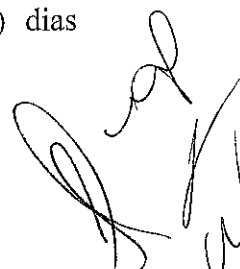
- II. inadimplemento, pela Companhia e/ou por qualquer dos Fiadores, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures, e/ou prevista nesta Escritura de Emissão e/ou a qualquer dos Contratos de Garantia na respectiva data de pagamento prevista nesta Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia;
- III. inadimplemento, pela Companhia e/ou por qualquer dos Fiadores, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Distribuição e/ou em qualquer dos Contratos de Garantia, conforme o caso, não sanado no prazo de 30 (trinta) dias contados da data em que tal obrigação deveria ter sido cumprida, sendo que o prazo previsto neste inciso não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico ou para as quais o prazo de cura tenha sido expressamente excluído;
- IV. não constituição (a) da Cessão Fiduciária, nos termos e prazos previstos na Cláusula 6.12 acima; e/ou (b) da Alienação Fiduciária, nos termos e prazos previstos na Cláusula 6.13 acima;
- V. invalidade, nulidade ou inexecutabilidade desta Escritura de Emissão, do Contrato de Distribuição e/ou qualquer dos Contratos de Garantia, não sanado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do respectivo evento;
- VI. questionamento judicial ou arbitral, pela Companhia, por qualquer dos Fiadores, das Controladas, das Controladoras e/ou por qualquer coligada à Companhia, de qualquer das Garantias, desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos Contratos de Garantia;
- VII. questionamento judicial ou arbitral, por qualquer pessoa não mencionada no inciso VI acima, de qualquer das Garantias, desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos Contratos de Garantia,

não sanado ou suspenso no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data em que a Companhia e/ou qualquer dos Fiadores tomar ciência do ajuizamento de tal questionamento judicial;

- VIII. conforme aplicável, rescisão, distrato, aditamento ou qualquer forma de alteração, cessão, venda, alienação, transferência, permuta, conferência ao capital, comodato, empréstimo, locação, arrendamento, dação em pagamento, instituição de usufruto ou fideicomisso, endosso, desconto ou qualquer outra forma de transferência ou disposição, inclusive por meio de redução de capital, ou constituição de qualquer Ônus (assim definido, sem limitação, como hipoteca, penhor, alienação fiduciária, cessão fiduciária, usufruto, fideicomisso, promessa de venda, opção de compra, direito de preferência, encargo, gravame ou ônus, judicial ou extrajudicial, voluntário ou involuntário, ou outro ato que tenha o efeito prático similar a qualquer das expressões acima ("Ônus")) (exceto pela Cessão Fiduciária ou pela Alienação Fiduciária, conforme o caso), arresto, sequestro ou penhora, em qualquer dos casos deste inciso, de forma gratuita ou onerosa, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, ainda que para ou em favor de pessoa do mesmo grupo econômico, de ou sobre (a) qualquer dos créditos cedidos fiduciariamente e/ou qualquer dos direitos a estes inerentes, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária; e/ou (b) qualquer dos Bens Móveis Alienados Fiduciariamente nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária e/ou dos direitos a estes inerentes;
- IX. transformação da forma societária da Companhia de sociedade por ações para sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- X. cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia, qualquer dos Fiadores Pessoas Jurídicas, qualquer Controladora e/ou qualquer Controlada, exceto (a) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação; ou (b) se tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; ou (c) pela incorporação, pela Companhia (de modo que a Companhia seja a incorporadora), de qualquer dos Fiadores

Pessoas Jurídicas ou de qualquer das Controladas e/ou pela incorporação de ações, pela Companhia (de modo que a Companhia seja a incorporadora), de ações de emissão de qualquer dos Fiadores Pessoas Jurídicas ou de qualquer das Controladas; e (d) se a operação for realizada exclusivamente entre Controladas;

- XI. redução de capital social da Companhia, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações;
- XII. alteração ou transferência do controle acionário (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), direto ou indireto, da Companhia, de qualquer dos Fiadores Pessoas Jurídicas, de qualquer Controladora e/ou de qualquer Controlada, exceto previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação;
- XIII. alteração do objeto social da Companhia, de qualquer dos Fiadores Pessoas Jurídicas, de qualquer Controladora e/ou de qualquer Controlada, conforme disposto em seu estatuto social ou contrato social, conforme o caso, vigente na Data de Emissão, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação;
- XIV. verificação, pelo Agente Fiduciário, em qualquer Data de Apuração após o decurso de um único período compreendendo 3 (três) Datas de Apuração consecutivas ou 5 (cinco) Datas de Apuração alternadas (observado que o Período de Carência para Alteração da Remuneração não se aplica para os fins deste inciso), que (a) o Percentual da Cessão Fiduciária seja inferior ao menor valor entre R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou 15% (quinze por cento) do Saldo Devedor das Debêntures; e/ou (b) o Percentual da Alienação Fiduciária seja inferior ao menor valor entre R\$90.000.000,00 (noventa milhões reais) ou 45% (quarenta e cinco por cento) do Saldo Devedor das Debêntures;
- XV. comprovação de que qualquer das declarações prestadas pela Companhia e/ou por qualquer dos Fiadores nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Distribuição e/ou em qualquer dos Contratos de Garantia, conforme o caso, é falsa, inconsistente, imprecisa, incompleta, incorreta ou insuficiente em qualquer aspecto relevante, não sanado no prazo de até 30 (trinta) dias



contados da data de comunicação da referida comprovação (a) pela Companhia e/ou por qualquer dos Fiadores ao Agente Fiduciário, ou (b) pelo Agente Fiduciário à Companhia e/ou a qualquer dos Fiadores, conforme o caso, dos dois o que ocorrer primeiro;

- XVI. inadimplemento, pela Companhia, por qualquer dos Fiadores, por qualquer Controladora e/ou por qualquer Controlada, de qualquer obrigação financeira em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas;
- XVII. vencimento antecipado de qualquer dívida da Companhia, de qualquer dos Fiadores, de qualquer Controladora e/ou de qualquer Controlada em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas;
- XVIII. protesto de títulos contra a Companhia, qualquer dos Fiadores, qualquer Controladora e/ou qualquer Controlada, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, exceto se tiver sido validamente comprovado ao Agente Fiduciário no prazo legal que o protesto foi cancelado;
- XIX. inadimplemento, pela Companhia, por qualquer dos Fiadores, por qualquer Controladora e/ou por qualquer Controlada, de qualquer decisão judicial e/ou de qualquer decisão administrativa ou arbitral não sujeita a recurso e à qual não tenha sido concedido efeito suspensivo no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de publicação da referida decisão, contra a Companhia, qualquer dos Fiadores, qualquer Controladora e/ou qualquer Controlada, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas;
- XX. prestação, pela Companhia, por qualquer dos Fiadores, por qualquer Controladora e/ou por qualquer Controlada, de qualquer garantia, pessoal, incluindo aval ou fiança, para qualquer sociedade que não seja, cumulativamente, (a) uma Controlada, uma Controladora ou uma coligada da Companhia; e (b) exerça atividade relacionada à cadeia de produção da Companhia e/ou dos Fiadores Pessoas Jurídicas;
- XXI. alienação e/ou qualquer forma de transferência, pela Companhia, por qualquer dos Fiadores, por qualquer Controladora e/ou por qualquer Controlada, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, de qualquer ativo em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), ou seu

equivalente em outras moedas, por cada período de 12 (doze) meses desde a Data de Emissão, para qualquer sociedade que não seja uma Controlada, exceto pelas vendas, pela Companhia e pelas Controladas, de produtos no curso normal de seus negócios;

- XXII. desapropriação, confisco ou qualquer outro ato de qualquer entidade governamental de qualquer jurisdição que resulte na perda (a) pela Companhia, por qualquer dos Fiadores, por qualquer Controladora e/ou por qualquer Controlada, da propriedade e/ou da posse direta ou indireta de parte substancial de seus ativos; ou (b) pelos atuais acionistas da Companhia, de qualquer das ações de emissão da Companhia;
- XXIII. não utilização, pela Companhia, dos recursos líquidos obtidos com a Oferta estritamente nos termos da Cláusula 4.1 acima;
- XXIV. vencimento antecipado do Contrato de Swap, conforme termos e condições previstos em referido contrato;
- XXV. distribuição e/ou pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas da Companhia, caso a Companhia e/ou qualquer dos Fiadores esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão e/ou em qualquer dos Contratos de Garantia, exceto pelo pagamento do dividendo obrigatório não superior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- XXVI. realização, pela Companhia, por qualquer dos Fiadores, por qualquer Controladora e/ou por qualquer Controlada, de investimento em CAPEX em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$200.000.000,00 (duzentos milhões reais), em relação a cada exercício social a partir, inclusive, do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, exceto se previamente aprovado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, sendo certo que, para os fins desta Escritura de Emissão, "CAPEX" é a sigla da expressão inglesa *Capital Expenditure* (em português, despesas de capital ou investimento em bens de capital) e que designa o montante de dinheiro despendido na aquisição (ou introdução de melhorias) de bens de capital de uma determinada empresa. O CAPEX é, portanto, o montante de investimentos realizados em equipamentos e instalações de forma a manter a





produção de um produto ou serviço ou para manter em funcionamento um negócio ou um determinado sistema;

XXVII. não observância, pela WMA, de qualquer dos índices financeiros abaixo (em conjunto, "Índices Financeiros"), a serem apurados pela Companhia e acompanhados pelo Agente Fiduciário, tendo por base as Demonstrações Financeiras Consolidadas da WMA (conforme definido na Cláusula 7.1 abaixo, inciso I, alínea (a), item (ii)), observado o disposto na Cláusula 7.1 abaixo:

- (a) do índice financeiro de alavancagem máxima, decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida (conforme definido na Cláusula 6.28.5 abaixo, inciso II) pelo EBITDA (conforme definido na Cláusula 6.28.5 abaixo, inciso III), que deverá ser igual ou inferior a (i) 4,0 (quatro) vezes, com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas da WMA relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013; (ii) 3,5 (três inteiros e cinco décimos) vezes, com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas da WMA relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014; e (iii) 3,0 (três inteiros) vezes, com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas da WMA relativas a cada exercício social a partir, inclusive, do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015; ou
- (b) do índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA pela Despesa Financeira Líquida (conforme definido na Cláusula 6.28.5 abaixo, inciso I), que deverá ser igual ou superior a (i) 2,0 (dois inteiros) vezes, com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas da WMA relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013; e (ii) 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) vezes, com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas da WMA relativas a cada exercício social a partir, inclusive, do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014; ou

XXVIII. não observância, pela Companhia e pela Aço Cearense Industrial, consideradas em conjunto, por 3 (três) meses consecutivos ou 5 (cinco) meses alternados, do índice de liquidez correspondente a 70% (setenta por cento), calculado de acordo com a seguinte fórmula:  $IDL = P / (PG + V + B)$  ("Índice de Liquidez"), a ser apurado pela Companhia e acompanhados pelo Agente Fiduciário no prazo de até 15 (quinze) dias a contar da Data de Emissão, observado o disposto na Cláusula 7.1 abaixo, levando em conta as seguintes definições:



"IDL – Índice de Liquidez": significa a capacidade de pagamento dos sacados mencionados no Contrato de Cessão Fiduciária, frente às suas obrigações;

"P – Pagamento Total Líquido": significa o valor total efetivamente pago pelas Notas enviadas pela Companhia e pela Aço Cearense Industrial, consideradas em conjunto, correspondente ao valor total que tenha sido depositado nas Contas Vinculadas (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária), sendo certo que as Notas podem ser pagas com abatimentos, o que impactará negativamente o IDL;

"PG": significa o somatório do valor nominal de todas as Notas pagas (valor original) emitidas pela Companhia e pela Aço Cearense Industrial, consideradas em conjunto;

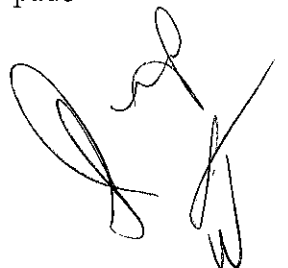
"V": significa o valor nominal das Notas vencidas e não pagas até o vencimento;

"B": significa o valor total em títulos baixados, sendo certo que a Companhia e a Aço Cearense Industrial podem solicitar a baixa de uma Nota (retirada do sistema do Banco Centralizador (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária), sendo certo que Notas vencidas e não vencidas podem ser baixadas do sistema de cobrança, ambas impactando negativamente o IDL; e

"Nota": significa qualquer nota de cobrança, boleto de cobrança, duplicata ou outro documento que comprove os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente.

6.28.1 Ocorrendo quaisquer dos Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 6.28 acima, incisos I a XXIV, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

6.28.2 Ocorrendo qualquer dos demais Eventos de Inadimplemento (que não sejam aqueles previstos na Cláusula 6.28.1 acima), o Agente Fiduciário deverá, inclusive para fins do disposto nas Cláusulas 8.6 e 8.6.1 abaixo, convocar, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que constatar sua ocorrência, assembleia geral de Debenturistas, a se realizar no prazo mínimo previsto em lei. Se, na referida assembleia geral de Debenturistas, Debenturistas representando, no mínimo, (i) a maioria das Debêntures em circulação, com relação ao Evento de Inadimplemento a que se refere a Cláusula 6.28 acima, incisos XXVII ou XXVIII, ou (ii) 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, com relação aos demais Eventos de Inadimplemento (que não sejam aqueles previstos na Cláusula 6.28.1 acima ou no item (i) acima), decidirem por não considerar o vencimento antecipado



das obrigações decorrentes das Debêntures, ou, ainda, em caso de suspensão dos trabalhos para deliberação em data posterior, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures; caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida assembleia geral de Debenturistas, o Agente Fiduciário deverá, imediatamente, declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

6.28.3 Na ocorrência do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, a Companhia e os Fiadores se obrigam a resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com o seu consequente cancelamento, obrigando-se a pagar o saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia e pelos Fiadores nos termos desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos Contratos de Garantia, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data da declaração do vencimento antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficarem obrigados, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

6.28.4 Em caso de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, os recursos recebidos em pagamento das obrigações decorrentes das Debêntures, inclusive em decorrência da excussão ou execução de qualquer das Garantias, observado o disposto na Cláusula 6.14 acima, na medida em que forem sendo recebidos, deverão ser imediatamente aplicados na amortização ou liquidação do saldo devedor das obrigações decorrentes das Debêntures. Caso os recursos recebidos em pagamento das obrigações decorrentes das Debêntures, inclusive em decorrência da excussão ou execução de qualquer das Garantias, observado o disposto na Cláusula 6.14 acima, não sejam suficientes para quitar simultaneamente todas as obrigações decorrentes das Debêntures, tais recursos deverão ser imputados na seguinte ordem, de tal forma que, uma vez liquidados os valores referentes ao primeiro item, os recursos sejam alocados para o item imediatamente seguinte, e assim sucessivamente: (i) quaisquer valores devidos pela Companhia e/ou por qualquer dos Fiadores, nos termos desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos Contratos de Garantia, em relação às obrigações decorrentes das Debêntures, que não sejam os valores a que se referem os itens (ii) e (iii) abaixo; (ii) Remuneração, Encargos Moratórios e demais encargos devidos sob as obrigações decorrentes das Debêntures; e (iii) saldo devedor do Valor Nominal. A Companhia e os Fiadores permanecerão responsáveis pelo saldo devedor das obrigações decorrentes das Debêntures que não tiverem sido pagas, sem prejuízo dos acréscimos de Remuneração, Encargos Moratórios e

outros encargos incidentes sobre o saldo devedor das obrigações decorrentes das Debêntures enquanto não forem pagas, declarando a Companhia e os Fiadores, neste ato, que tal saldo devedor será considerado título executivo extrajudicial.

6.28.5 Para os fins desta Escritura de Emissão, aplicam-se as seguintes definições:

- I. "Despesa Financeira Líquida": significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da WMA, as despesas financeiras ao longo do exercício social objeto da apuração, das quais deverão ser excluídos, para efeito da apuração dos compromissos financeiros, os juros sobre capital próprio, receitas financeiras e variações cambiais, sendo que a Despesa Financeira Líquida será apurada em módulo, se for negativa e, se for positiva, será considerado 1 (um);
- II. "Dívida Líquida": significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da WMA, o somatório dos saldos das dívidas consolidadas, incluindo dívidas perante pessoas físicas e/ou jurídicas, tais como mútuos, empréstimos, financiamentos, arrendamentos mercantis, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, nos mercados local e/ou internacional, coobrigações, avais ou fianças, e obrigações referentes a parcelamento de tributos e/ou taxas; menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras; e
- III. "EBITDA": significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da WMA, o lucro antes de juros, impostos e tributos, amortização e depreciação ao longo do exercício social objeto da apuração.

6.29 *Publicidade.* Todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser comunicados, na forma de aviso, no DOEPA e no jornal "Correio do Tocantins", sempre imediatamente após a realização ou ocorrência do ato a ser divulgado. A Companhia poderá alterar o jornal acima por outro jornal de grande circulação que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído.

6.30 *Comunicações.* Todas as comunicações realizadas nos termos desta Escritura de Emissão devem ser sempre realizadas por escrito, para os endereços abaixo. As comunicações serão consideradas recebidas quando entregues, sob protocolo ou mediante "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos endereços abaixo. As comunicações realizadas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). A

alteração de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado.

I. para a Companhia:

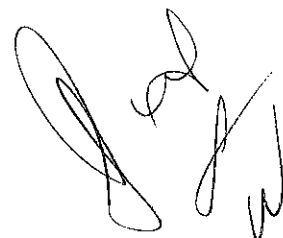
Siderúrgica Norte Brasil S.A.  
Rua Antônio Pompeu 1900  
60040-001 Fortaleza, CE

At.: Sr. Tom Arrais  
Sr. Cláudio Lustosa  
Sr. Marcelo Rangel  
Telefone: (85) 4011-1333  
Fac-símile: (85) 4011-1420  
Correio Eletrônico: [tom@acocearense.com.br](mailto:tom@acocearense.com.br)  
[claudio.lustosa@acocearense.com.br](mailto:claudio.lustosa@acocearense.com.br)  
[marcelo.rangel@acocearense.com.br](mailto:marcelo.rangel@acocearense.com.br)

II. para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários  
Avenida das Américas 4200, sala 514, bloco 4  
22640-102 Rio de Janeiro, RJ

At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro  
(Jurídico e Estruturação)  
Sr. Marco Aurélio Ferreira  
(Backoffice Financeiro)  
Telefone: (21) 3385-4565  
Fac-símile: (21) 3385-4046  
Correio Eletrônico: [middle@pentagonotrustee.com.br](mailto:middle@pentagonotrustee.com.br)  
[backoffice@pentagonotrustee.com.br](mailto:backoffice@pentagonotrustee.com.br)



III. para os Fiadores:

Aço Cearense Comercial Ltda.  
Aço Cearense Industrial Ltda.  
WMA Participações S.A.  
José Vilmar Ferreira  
Wander Jean Matos Ferreira  
Rose Marie Matos Ferreira  
Rose Aline Ferreira  
A/c.: Siderúrgica Norte Brasil S.A.

Rua Antônio Pompeu 1900  
60040-001 Fortaleza, CE

At.: Sr. Tom Arrais  
Sr. Cláudio Lustosa  
Sr. Marcelo Rangel

Telefone: (85) 4011-1333

Fac-símile: (85) 4011-1420

Correio Eletrônico: [tom@acocearense.com.br](mailto:tom@acocearense.com.br)  
[claudio.lustosa@acocearense.com.br](mailto:claudio.lustosa@acocearense.com.br)  
[marcelo.rangel@acocearense.com.br](mailto:marcelo.rangel@acocearense.com.br)

7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA COMPANHIA E DOS FIADORES

7.1 A Companhia e os Fiadores, de forma solidária, estão adicionalmente obrigados a:

I. fornecer ao Agente Fiduciário:

(a) na data em que ocorrer primeiro entre o decurso de 3 (três) meses contados da data de término de cada exercício social ou a data da efetiva divulgação:

(i) cópia das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, de cada um dos Fiadores Pessoas Jurídicas, de cada Controlada e de cada coligada, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor, auditadas por KPMG Auditores Independentes, PriceWaterhouseCoopers, Ernst & Young ou Deloitte Touche Tohmatsu;

(ii) cópia das demonstrações financeiras consolidadas da WMA, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor,

auditadas por KPMG Auditores Independentes, Price WaterhouseCoopers, Ernst & Young ou Deloitte Touche Tohmatsu ("Demonstrações Financeiras Consolidadas da WMA");

- (iii) o cálculo dos Índices Financeiros e as rubricas necessárias para o acompanhamento dos Índices Financeiros da WMA, devidamente auditados pelos auditores independentes contratados pela Companhia, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Companhia, a WMA e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários; e
- (iv) declaração assinada por representante legal da Companhia com poderes para tanto atestando o cumprimento de todas as obrigações constantes da emissão;
- (b) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados do término de cada mês, o cálculo do Índice de Liquidez e as informações necessárias à verificação de tal cálculo;
- (c) no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que forem realizados, avisos aos Debenturistas;
- (d) no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de ciência ou recebimento, conforme o caso, (i) informações a respeito da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento; ou (ii) envio de cópia de qualquer correspondência ou notificação, judicial ou extrajudicial, recebida pela Companhia e/ou por qualquer dos Fiadores relacionada a um Evento de Inadimplemento;
- (e) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, informações e/ou documentos que venham a ser razoavelmente solicitados pelo Agente Fiduciário;
- (f) caso ocorra o vencimento antecipado do Contrato de Swap, notificação informando sobre tal acontecimento no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado do referido vencimento antecipado;
- (g) na data em que ocorrer primeiro entre o decurso de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de término de cada trimestre de seu exercício social (exceto pelo último trimestre de seu exercício social) e a data da efetiva divulgação;



- (i) cópia das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, de cada um dos Fiadores Pessoas Jurídicas, de cada Controlada e de cada coligada, relativas ao respectivo trimestre encerrado nos meses de março, junho e setembro de cada ano, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor; e
  - (ii) cópia das demonstrações financeiras consolidadas da WMA, relativas ao respectivo trimestre encerrado nos meses de março, junho e setembro de cada ano, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor;
- II. informar o Agente Fiduciário, a Instituição Depositária, o Banco Liquidante e a CETIP sobre a realização de qualquer pagamento antecipado, com antecedência de, no mínimo, 5 (cinco) Dias Úteis da data prevista para o respectivo pagamento antecipado;
- III. disponibilizar aos Debenturistas, mediante envio ao Agente Fiduciário, as demonstrações financeiras consolidadas previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações;
- IV. cumprir, e fazer com que as Controladas cumpram, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais que sejam aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não afete de forma adversa a capacidade da Companhia e/ou de qualquer dos Fiadores de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos Contratos de Garantia, conforme o caso;
- V. manter, e fazer com que as Controladas mantenham, sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações e licenças, inclusive ambientais, aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aquelas cuja ausência não afete de forma adversa a capacidade da Companhia e/ou de qualquer dos Fiadores de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos Contratos de Garantia, conforme o caso;
- VI. manter os ativos operacionais relevantes da Companhia, dos Fiadores Pessoas Jurídicas, das Controladoras e das Controladas adequadamente segurados, conforme as melhores práticas correntes no mercado de atuação da Companhia;





- VII. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, do Contrato de Distribuição e dos Contratos de Garantia e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas;
- VIII. manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário perante o CETIP21, arcando com os respectivos custos;
- IX. contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia, incluindo o Agente Fiduciário, o Escriturador, o Banco Liquidante, o Banco Centralizador, a empresa responsável pelo monitoramento dos Bens Móveis Alienados Fiduciariamente, o sistema de distribuição das Debêntures no mercado primário (MDA) e o sistema de negociação das Debêntures no mercado secundário (CETIP 21);
- X. realizar o recolhimento de todos os tributos que incidam ou venham a incidir sobre as Debêntures que sejam de responsabilidade da Companhia e/ou de qualquer dos Fiadores;
- XI. realizar (a) o pagamento da remuneração do Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8.4 abaixo, inciso I; e (b) desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8.4 abaixo, inciso II;
- XII. notificar, na mesma data, o Agente Fiduciário da convocação, pela Companhia, de qualquer assembleia geral de Debenturistas;
- XIII. convocar, no prazo de até 1 (um) Dia Útil, assembleia geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que sejam do interesse dos Debenturistas, caso o Agente Fiduciário não o faça no prazo aplicável;
- XIV. comparecer, por meio de seus representantes, às assembleias gerais de Debenturistas, sempre que solicitada; e
- XV. exclusivamente com relação à Companhia, sem prejuízo das demais obrigações previstas acima ou de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, nos termos do artigo 17 da Instrução CVM 476:
  - (a) preparar as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas a cada exercício social, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;

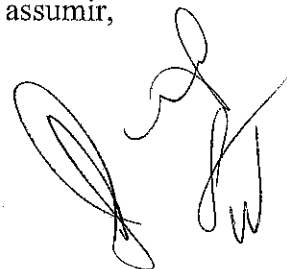
Two handwritten signatures in black ink, one larger and more stylized than the other, located in the bottom right corner of the page.

- (b) submeter as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas a cada exercício social a auditoria por auditor independente registrado na CVM;
- (c) no prazo de 3 (três) meses contados da data de encerramento de seu exercício social, divulgar em sua página na Internet e enviar à CETIP as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas a cada exercício social, acompanhadas de notas explicativas e do parecer dos auditores independentes;
- (d) por um prazo de 3 (três) anos contados da Data de Emissão, manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na Internet;
- (e) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no que se refere ao dever de sigilo e às vedações à negociação;
- (f) divulgar, em sua página na Internet, a ocorrência de qualquer ato ou fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Agente Fiduciário, ao Coordenador Líder e à CETIP; e
- (g) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e pela CETIP.

8. AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1 A Companhia nomeia e constitui agente fiduciário da Emissão o Agente Fiduciário, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina nessa qualidade e, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas, declarando que:

- I. é instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras;
- II. está devidamente autorizado e obteve todas as autorizações, inclusive, conforme aplicável, legais, societárias, regulatórias e de terceiros, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais, societários, regulatórios e de terceiros necessários para tanto;
- III. o(s) representante(s) legal(is) do Agente Fiduciário que assina(m) esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantia tem(têm), conforme o caso, poderes societários e/ou delegados para assumir,



em nome do Agente Fiduciário, as obrigações aqui e ali previstas e, sendo mandatário(s), tem(têm) os poderes legitimamente outorgados, estando o(s) respectivo(s) mandato(s) em pleno vigor;

- IV. esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantia e as obrigações aqui e ali previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes do Agente Fiduciário, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- V. a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia e o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas (a) não infringem o estatuto social do Agente Fiduciário; (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual o Agente Fiduciário seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; (c) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que o Agente Fiduciário e/ou qualquer de seus ativos esteja sujeito; e (d) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete o Agente Fiduciário e/ou qualquer de seus ativos;
- VI. aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia;
- VII. conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantia e todos os seus termos e condições;
- VIII. verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia, com base nas informações prestadas pela Companhia e pelos Fiadores, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu qualquer procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das informações apresentadas;
- IX. verificou a regularidade da constituição da Fiança, com base nas demonstrações financeiras e nas declarações prestadas pelos Fiadores, devendo observar a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia;
- X. está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- XI. não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-la

("Instrução CVM 28"), e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;

- XII. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
  - XIII. não tem qualquer ligação com a Companhia e/ou com qualquer dos Fiadores que o impeça de exercer suas funções;
  - XIV. na data de celebração desta Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Companhia, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário na primeira emissão de debêntures da Companhia, no valor total de R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), na data de emissão, qual seja, 10 de março de 2011, com prazo de 5 (cinco) anos, consistindo em 400 (quatrocentas) debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantias adicionais de fiança dos Fiadores, cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Companhia e da Aço Cearense Industrial, nos valores previstos no respectivo contrato de cessão fiduciária, e alienação fiduciária de bens móveis de titularidade da Aço Cearense Industrial, nos valores previstos no respectivo contrato de alienação fiduciária, não tendo ocorrido, até a data de celebração desta Escritura de Emissão, qualquer evento de resgate, conversão, repactuação ou inadimplemento, exceto eventos de amortizações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão; e
  - XV. tendo em vista o disposto no inciso XIV acima, assegurará tratamento equitativo a todos os Debenturistas e a todos os titulares das debêntures a que se refere o inciso XIV acima.
- 8.2 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de celebração desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até integral quitação de todas as obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, ou até sua efetiva substituição.
- 8.3 Em caso de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras:
- I. é facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Oferta, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembleia geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
  - II. caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de

Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição e convocar assembleia geral de Debenturistas para esse fim;

- III. caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Companhia e aprovada pela assembleia geral de Debenturistas e assuma efetivamente as suas funções;
  - IV. será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembleia geral de Debenturistas, para a escolha do novo agente fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Companhia, por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM; na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Companhia efetua-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário;
  - V. a substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário (a) está sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28; e (b) deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão;
  - VI. os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão realizados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;
  - VII. o agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso (a) a Companhia não tenha concordado com o novo valor da remuneração do agente fiduciário proposto pela assembleia geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima; ou (b) a assembleia geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima não delibere sobre a matéria;
  - VIII. o agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la à Companhia e aos Debenturistas nos termos das Cláusulas 6.29 e 6.30 acima; e
  - IX. aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.
- 8.4 Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nessa qualidade:



- I. receberá uma remuneração:
- (a) de R\$12.000,00 (doze mil reais) por ano, devida pela Companhia e pelos Fiadores, sendo a primeira parcela da remuneração devida no 5º (quinto) Dia Útil contado da data de celebração desta Escritura de Emissão, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes, até o vencimento da Emissão, ou enquanto o Agente Fiduciário representar os interesses dos Debenturistas;
  - (b) reajustada anualmente, desde a data de pagamento da primeira parcela, pela variação do Índice Geral de Preços – Mercado ("IGP-M/FGV"), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou do índice que eventualmente o substitua, calculada *pro rata temporis*, se necessário;
  - (c) acrescida do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, da Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS, da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e de quaisquer outros tributos e despesas que venham a incidir sobre a remuneração devida ao Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento, exceto pelo Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR;
  - (d) devida até o vencimento, resgate ou cancelamento das Debêntures e mesmo após o seu vencimento, resgate ou cancelamento na hipótese de atuação do Agente Fiduciário na cobrança de eventuais inadimplências relativas às Debêntures não sanadas pela Companhia e/ou pelos Fiadores, casos em que a remuneração devida ao Agente Fiduciário será calculada proporcionalmente aos meses de atuação do Agente Fiduciário, com base no valor da alínea (a) acima, reajustado conforme a alínea (b) acima;
  - (e) acrescida, em caso de mora em seu pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sobre os valores em atraso, sem prejuízo da atualização monetária de (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (ii) multa moratória, irreductível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento), ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV; e

- (f) realizada mediante depósito na conta corrente a ser indicada por escrito pelo Agente Fiduciário à Companhia, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento;
- II. será reembolsado pela Companhia e pelos Fiadores por todas as despesas que comprovadamente incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, no prazo de até 10 (dez) dias contados da data de entrega dos documentos comprobatórios neste sentido, desde que as despesas tenham sido, sempre que possível, previamente aprovadas pela Companhia, as quais serão consideradas aprovadas caso a Companhia não se manifeste no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação pelo Agente Fiduciário, incluindo despesas com:
- (a) publicação de relatórios, editais de convocação, avisos, notificações e outros, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
  - (b) extração de certidões;
  - (c) conference calls e contatos telefônicos;
  - (d) viagens, alimentação, transportes e estadias, quando necessárias ao desempenho de suas funções nos termos desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia;
  - (e) despesas com especialistas, tais como auditoria e fiscalização; e
  - (f) contratação de assessoria jurídica aos Debenturistas;
- III. poderá, em caso de inadimplência da Companhia e/ou dos Fiadores no pagamento das despesas a que se refere o inciso II acima por um período superior a 30 (trinta) dias, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, e posteriormente, ressarcidas pela Companhia e pelos Fiadores, sendo que as despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos

financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas bem como sua remuneração, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência; e

- IV. o crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma prevista no inciso III acima será acrescido à dívida da Companhia e dos Fiadores, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento.

8.5 Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- I. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- II. custear (a) todas as despesas decorrentes da execução dos seus serviços, incluindo todos os tributos, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos seus serviços, observado o disposto na Cláusula 8.4 acima, inciso I, alínea (c), e na Cláusula 8.4 acima, incisos II e III; e (b) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários;
- III. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos seus próprios bens;
- IV. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- V. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- VI. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia, conforme já verificado nos termos da declaração prevista acima;
- VII. promover nos competentes órgãos, caso a Companhia ou os Fiadores não o façam, a inscrição e/ou o registro desta Escritura de Emissão, o registro da Cessão Fiduciária, o registro da Alienação Fiduciária e as respectivas averbações de seus aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;





- VIII. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- IX. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- X. verificar a regularidade da constituição das Garantias e dos valores dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia;
- XI. examinar proposta de substituição de qualquer das Garantias, manifestando, se for o caso, sua expressa e justificada concordância, após aprovação pelos Debenturistas, reunidos em assembleia geral de Debenturistas;
- XII. intimar a Companhia e os Fiadores a reforçar as Garantias, conforme aplicável, na hipótese de sua deterioração ou depreciação, nos termos desta Escritura de Emissão e/ou dos Contratos de Garantia;
- XIII. solicitar, quando considerar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas da Companhia e/ou de qualquer dos Fiadores, necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Companhia;
- XIV. solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Companhia e/ou em qualquer dos Fiadores Pessoas Jurídicas;
- XV. convocar, quando necessário, assembleia geral de Debenturistas nos termos da Cláusula 9.3 abaixo;
- XVI. comparecer à assembleia geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- XVII. elaborar, no prazo legal, e enviar uma cópia à Companhia, na mesma data em que disponibilizar aos Debenturistas, relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, que deverá conter, ao menos, as informações abaixo, devendo, para tanto, a Companhia e os Fiadores enviar todas as informações financeiras, organograma do grupo societário da Companhia (que deverá conter os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e os integrantes de bloco de controle) e atos societários necessários à realização do relatório que venham a ser solicitados



pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados no prazo de até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório:

- (a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Companhia e/ou por qualquer dos Fiadores, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia e/ou por qualquer dos Fiadores;
- (b) alterações estatutárias da Companhia ocorridas no período;
- (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, com enfoque nos indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Companhia;
- (d) posição da Oferta ou colocação das Debêntures no mercado;
- (e) resgate, amortização e pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures realizadas pela Companhia;
- (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos com os administradores da Companhia;
- (g) relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração;
- (h) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Companhia e pelos Fiadores nos termos desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, conforme aplicável;
- (i) declaração sobre a suficiência e exequibilidade das Garantias;
- (j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela própria Companhia e/ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Companhia em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28; e
- (k) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;

XVIII. disponibilizar o relatório a que se refere o inciso XVII acima até 30 de abril de cada ano ao menos na sede da Companhia, no escritório do Agente Fiduciário ou, quando instituição financeira, no



local por ela indicado, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder;

- XIX. publicar, às expensas da Companhia e dos Fiadores, nos termos da Cláusula 6.29 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere o inciso XVII acima encontra-se à disposição nos locais indicados no inciso XVIII acima;
  - XX. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Companhia, o Escriturador, o Banco Liquidante e a CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Companhia e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures expressamente autorizam, desde já, o Escriturador, o Banco Liquidante e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações realizadas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
  - XXI. coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas nos casos previstos nesta Escritura de Emissão, se aplicável;
  - XXII. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, inclusive daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer; e
  - XXIII. notificar os Debenturistas, se possível individualmente, ou, caso não seja possível, nos termos da Cláusula 6.29 acima no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que o Agente Fiduciário tomou conhecimento, de qualquer inadimplemento, pela Companhia e/ou por qualquer dos Fiadores, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão e/ou em qualquer dos Contratos de Garantia, conforme o caso, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que comunicação de igual teor deve ser enviada à Companhia, à CVM e à CETIP;
  - XXIV. divulgar as informações referidas no inciso XVII acima, alínea (j), em sua página na Internet tão logo delas tenha conhecimento; e
  - XXV. divulgar aos Debenturistas e demais participantes do mercado, em sua central de atendimento e/ou página na Internet, em cada Dia Útil, o saldo devedor unitário das Debêntures, calculado, em conjunto, pela Companhia e pelo Agente Fiduciário.
- 8.6 No caso de inadimplemento, pela Companhia e/ou por qualquer dos Fiadores, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e/ou em qualquer dos Contratos de Garantia, não sanado nos prazos previstos na Cláusula 6.28 acima, conforme aplicáveis, deverá o Agente Fiduciário usar de



toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, devendo para tanto:

- I. declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
  - II. observadas as disposições desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, executar as Garantias, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, aos Debenturistas;
  - III. requerer a falência e/ou a insolvência, conforme o caso, da Companhia e dos Fiadores, se não existirem garantias reais;
  - IV. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos; e
  - V. representar os Debenturistas em processo de falência, insolvência (conforme aplicável), recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial da Companhia e/ou de qualquer dos Fiadores.
- 8.6.1 Observado o disposto nas Cláusulas 6.28, 6.28.1, 6.28.2 e 6.28.3 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 8.6 acima, incisos I a IV, se, convocada a assembleia geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação. Na hipótese da Cláusula 8.6 acima, inciso V, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em circulação.
- 8.7 O Agente Fiduciário não será obrigado a realizar qualquer verificação de veracidade de qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Companhia ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões, e não será responsável pela elaboração desses documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Companhia elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.
- 8.8 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, nos termos da Cláusula 9 abaixo, obrigando-se, tão-somente, a agir em conformidade com as instruções que lhe foram transmitidas pelos Debenturistas, nos termos da Cláusula 9 abaixo, e de acordo com as atribuições que lhe são conferidas por lei, pela Cláusula 8.5 acima e pelas demais disposições desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas que lhe

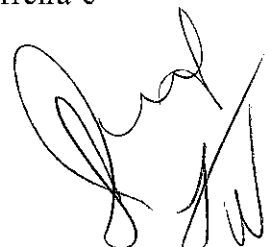
forem transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas, nos termos da Cláusula 9 abaixo, e reproduzidas perante a Companhia e os Fiadores.

- 8.9 A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, estando o Agente Fiduciário isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido das disposições legais e regulamentares aplicáveis, desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia.

9. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

- 9.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.
- 9.2 As assembleias gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Companhia, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.
- 9.3 A convocação das assembleias gerais de Debenturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da Cláusula 6.29 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão, ficando dispensada a convocação no caso da presença da totalidade dos Debenturistas.
- 9.4 As assembleias gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quorum.
- 9.5 A presidência e a secretaria das assembleias gerais de Debenturistas caberão aos Debenturistas eleitos por estes próprios, aos representantes do Agente Fiduciário ou àqueles que forem designados pela CVM.
- 9.6 Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 9.6.1 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.
- 9.6.1 Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 9.6 acima:
- I. os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão; e

- II. as alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação, (a) das disposições desta Cláusula; (b) de qualquer dos quoruns previstos nesta Escritura de Emissão; (c) da Remuneração, exceto pelo disposto nas Cláusulas 6.18 e 6.18.8 acima; (d) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; (e) do prazo de vigência das Debêntures; (f) da espécie das Debêntures, exceto pelo disposto na Cláusula 6.10 acima (e subcláusulas); (g) de qualquer das Garantias; (h) da criação de evento de repactuação; (i) das disposições relativas à Cláusula 6.20 acima; ou (j) de qualquer Evento de Inadimplemento, observado que, ocorrendo a renúncia ou o perdão temporário a um Evento de Inadimplemento, aplicar-se-á o disposto na Cláusula 9.6 acima.
- 9.7 Para os fins desta Escritura de Emissão, "Debêntures em circulação" significam todas as Debêntures subscritas e integralizadas e não resgatadas, excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria e, ainda, adicionalmente, para fins de constituição de quorum, pertencentes, direta ou indiretamente, (i) à Companhia; (ii) a qualquer dos Fiadores; (iii) a qualquer Controladora ou controlada, direta ou indireta, ou a qualquer coligada de qualquer das pessoas indicadas nos itens anteriores; ou (iv) a qualquer diretor, conselheiro, cônjuge, companheiro ou parente até o 3º (terceiro) grau de qualquer das pessoas referidas nos itens anteriores.
- 9.8 O Agente Fiduciário deverá comparecer às assembleias gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
- 9.9 Aplica-se às assembleias gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.
10. DECLARAÇÕES DA COMPANHIA E DOS FIADORES
- 10.1 A Companhia e os Fiadores, de forma solidária, neste ato, declaram que:
- I. a Companhia é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras, sem registro de companhia aberta perante a CVM, e os Fiadores Pessoas Jurídicas são sociedades devidamente organizadas, constituídas e existentes sob a forma de sociedade por ações, no caso da WMA, ou sociedade limitada, no caso dos demais Fiadores Pessoas Jurídicas, de acordo com as leis brasileiras;
- II. os Fiadores pessoas físicas são capazes para a prática de todos os atos da vida civil, e o estado civil (a) do Sr. José Vilmar Ferreira é



divorciado; (b) do Sr. Wander Jean Matos Ferreira é casado em regime de separação total de bens; (c) da Sra. Rose Aline Ferreira de Freitas Guimarães é casado em regime de separação total de bens; e (d) da Sra. Rose Marie Matos Ferreira é solteira;

- III. a Companhia e os Fiadores estão devidamente autorizados e obtiveram todas as autorizações, inclusive, conforme aplicável, legais, societárias e regulatórias, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia de que são parte e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas e à realização da Emissão e da Oferta, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais, societários e regulatórios necessários para tanto;
- IV. os representantes legais da Companhia e os Fiadores que assinam esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantia de que são parte têm, conforme o caso, poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome da Companhia ou dos Fiadores, conforme o caso, as obrigações aqui e ali previstas e, sendo mandatários, têm os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- V. esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantia de que são parte e as obrigações aqui e ali previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes da Companhia e dos Fiadores, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- VI. a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia e o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas e a Emissão e a Oferta (a) não infringem o estatuto social ou o contrato social, conforme o caso, da Companhia ou de qualquer dos Fiadores Pessoas Jurídicas; (b) não resultarão em criação de qualquer Ônus sobre qualquer ativo da Companhia e/ou de qualquer dos Fiadores, exceto pela Cessão Fiduciária e pela Alienação Fiduciária; (c) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que a Companhia e/ou qualquer dos Fiadores e/ou qualquer de seus ativos esteja sujeito; e (d) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Companhia e/ou qualquer dos Fiadores e/ou qualquer de seus ativos;
- VII. estão adimplentes com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, e não ocorreu e não está existente, na presente data, qualquer Evento de Inadimplemento;

- VIII. têm plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, e a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Companhia e dos Fiadores, em observância ao princípio da boa-fé;
- IX. os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas são verdadeiros, consistentes, precisos, completos, corretos e suficientes, estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre as Debêntures, tendo sido disponibilizadas informações sobre as operações relevantes da Companhia, bem como sobre os direitos e obrigações relevantes delas decorrentes;
- X. as demonstrações financeiras da Companhia, dos Fiadores Pessoas Jurídicas, das Controladoras e das Controladas, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2010, 2011 e 2012 representam corretamente a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia, dos Fiadores Pessoas Jurídicas, das Controladoras e das Controladas naquelas datas e para aqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- XI. estão, assim como as Controladas, cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não afete de forma adversa a capacidade da Companhia e/ou de qualquer dos Fiadores de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos Contratos de Garantia, conforme o caso;
- XII. estão, assim como as Controladoras e as Controladas, em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não afete de forma adversa a capacidade da Companhia e/ou de qualquer dos Fiadores de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos Contratos de Garantia, conforme o caso;
- XIII. possuem, assim como as Controladoras e as Controladas, válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações e





licenças, inclusive ambientais, aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aquelas cuja ausência não afete de forma adversa a capacidade da Companhia e/ou de qualquer dos Fiadores de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos Contratos de Garantia, conforme o caso;

XIV. inexistir, inclusive em relação às Controladas, (a) descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer processo, judicial, administrativo ou arbitral, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, (i) que afete de forma adversa a capacidade da Companhia e/ou de qualquer dos Fiadores de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos Contratos de Garantia, conforme o caso; ou (ii) visando a anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão e/ou qualquer dos Contratos de Garantia; e

XV. não há qualquer ligação entre a Companhia e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções.

10.2 A Companhia e os Fiadores obrigam-se, de forma solidária, irrevogável e irretroatável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) diretamente incorridos e comprovados pelos Debenturistas e/ou pelo Agente Fiduciário em razão da falsidade, inconsistência, imprecisão, incorreção e/ou insuficiência de qualquer das declarações prestadas nos termos da Cláusula 10.1 acima.

10.3 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 10.2 acima, a Companhia e os Fiadores obrigam-se a notificar, no prazo de 2 (dois) dias da data em que tomar conhecimento, o Agente Fiduciário caso qualquer das declarações aqui prestadas nos termos da Cláusula 10.1 acima seja falsa e/ou incorreta na data em que foi prestada.

## 11. DESPESAS

11.1 Correrão por conta da Companhia e dos Fiadores todos os custos incorridos com a Oferta ou com a estruturação, emissão, registro e execução das Debêntures e das Garantias, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, do Escriturador, do Banco Liquidante, do Banco Centralizador, da empresa responsável pelo monitoramento dos Bens Móveis Alienados Fiduciariamente e dos demais prestadores de serviços, e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures e às Garantias.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 12.1 As obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.
- 12.2 Qualquer alteração a esta Escritura de Emissão somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as partes.
- 12.3 A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidade ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as partes se obrigam a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.
- 12.4 Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as partes será sempre considerado mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.
- 12.5 As partes reconhecem esta Escritura de Emissão e as Debêntures como títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil.
- 12.6 Para os fins desta Escritura de Emissão, as partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 461, 461-A, 621, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão.

13. ARBITRAGEM E FORO

- 13.1 Observado o disposto na Cláusula 13.7 abaixo, as partes desde já convencionam que qualquer disputa, controvérsia ou demanda oriunda, ou relacionada a esta Escritura de Emissão e/ou aos Contratos de Garantia, incluindo embargos de devedor à execução por quantia certa decorrente das



obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia, que serão substituídos pela arbitragem ("Controvérsia"), será obrigatória, exclusiva e definitivamente resolvida por meio de arbitragem.

- 13.2 A arbitragem será instituída e processada de acordo com o Regulamento do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("Regulamento"), por tribunal arbitral composto por três árbitros, indicados de acordo com o Regulamento ("Tribunal Arbitral"). A administração e o correto desenvolvimento do procedimento arbitral caberão ao Tribunal Arbitral. O procedimento arbitral terá (i) lugar na Cidade de São Paulo, local onde deverá ser proferida a sentença arbitral; (ii) como idioma oficial o Português; e (iii) como lei aplicável a da República Federativa do Brasil. O Tribunal Arbitral deverá aplicar primeiramente as disposições desta Escritura de Emissão e/ou dos Contratos de Garantia e, na omissão, o disposto na legislação brasileira. Ressalta-se que no caso de conflito entre as normas prevalecerá o previsto nesta Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia.
- 13.3 A parte interessada notificará a Câmara de Comércio Brasil-Canadá sobre sua intenção de começar a arbitragem, conforme o Regulamento.
- 13.4 A recusa, por qualquer parte, em celebrar termos de referência ou compromisso de arbitragem não impedirá que a arbitragem se desenvolva e se conclua validamente, ainda que à revelia, e que a sentença arbitral assim proferida seja plenamente vinculante e eficaz às partes.
- 13.5 Nenhum recurso caberá contra a sentença arbitral, a qual terá, para as partes, o valor de decisão final e irrecorrível.
- 13.6 As partes poderão requerer ao Poder Judiciário medidas cautelares urgentes que não possam ser obtidas em tempo na arbitragem, sem prejuízo do julgamento do mérito pelo Tribunal Arbitral e não pelo Poder Judiciário. Quando a lei exigir que o autor da ação cautelar ajuíze ação principal ou equivalente, entender-se-á como tal a instituição da própria arbitragem. Em qualquer hipótese, o processo judicial se extinguirá sem resolução de mérito tanto que o Tribunal Arbitral conceda, confirme, altere ou revogue a medida cautelar. As partes reconhecem que a necessidade de buscar qualquer medida cautelar no Poder Judiciário não é incompatível com esta cláusula compromissória, nem constitui renúncia à execução da cláusula compromissória ou sujeição das partes à arbitragem.



- 13.7 O disposto nesta Cláusula 13 não exclui o direito do Agente Fiduciário e, observado o disposto na Cláusula 8.6 e 8.6.1 acima, dos Debenturistas, de iniciar a execução das obrigações líquidas, certas e exigíveis decorrentes desta Escritura de Emissão e/ou dos Contratos de Garantia perante o Poder Judiciário, caso em que fica eleito o foro da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam esta Escritura de Emissão em 15 (quinze) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas abaixo identificadas, que também a assinam.

Rio de Janeiro, 5 de julho de 2013.

(As assinaturas seguem nas 5 (cinco) páginas seguintes.)

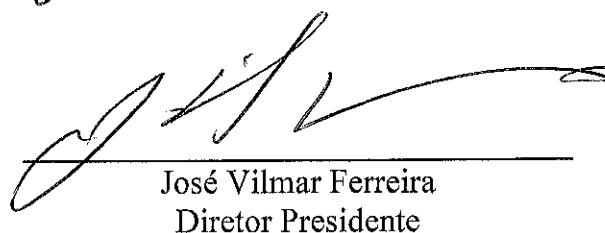
(Restante desta página intencionalmente deixado em branco.)

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized initial 'P' followed by a series of loops and a final vertical stroke.

Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações da Segunda Emissão de Siderúrgica Norte Brasil S.A., celebrado entre Siderúrgica Norte Brasil S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Aço Cearense Comercial Ltda., Aço Cearense Industrial Ltda., WMA Participações S.A., José Vilmar Ferreira, Wander Jean Matos Ferreira, Rose Marie Matos Ferreira e Rose Aline Ferreira de Freitas Guimarães -- Página de Assinaturas 1/5.



SIDERÚRGICA NORTE BRASIL S.A.



\_\_\_\_\_  
José Vilmar Ferreira  
Diretor Presidente

Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações da Segunda Emissão de Siderúrgica Norte Brasil S.A., celebrado entre Siderúrgica Norte Brasil S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Aço Cearense Comercial Ltda., Aço Cearense Industrial Ltda., WMA Participações S.A., José Vilmar Ferreira, Wander Jean Matos Ferreira, Rose Marie Matos Ferreira e Rose Aline Ferreira de Freitas Guimarães – Página de Assinaturas 2/5.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

\_\_\_\_\_  
Nome:

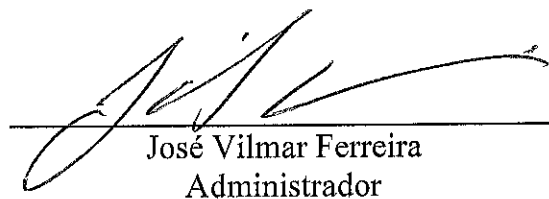
Cargo:

Handwritten signatures and initials in the bottom right corner of the page. There are three distinct marks: a large, stylized signature on the left, a smaller signature or set of initials in the middle, and another set of initials or a signature on the right.

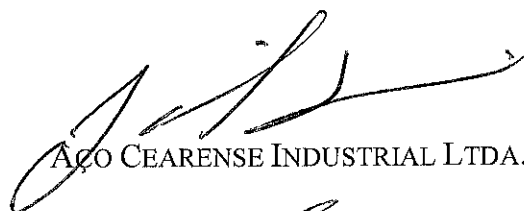
Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações da Segunda Emissão de Siderúrgica Norte Brasil S.A., celebrado entre Siderúrgica Norte Brasil S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Aço Cearense Comercial Ltda., Aço Cearense Industrial Ltda., WMA Participações S.A., José Vilmar Ferreira, Wander Jean Matos Ferreira, Rose Marie Matos Ferreira e Rose Aline Ferreira de Freitas Guimarães – Página de Assinaturas 3/5.



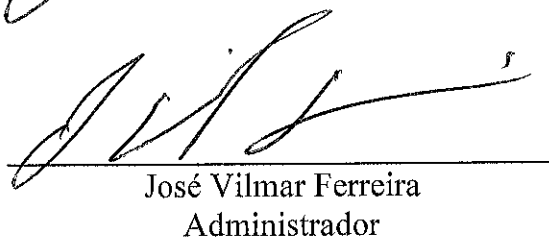
AÇO CEARENSE COMERCIAL LTDA.



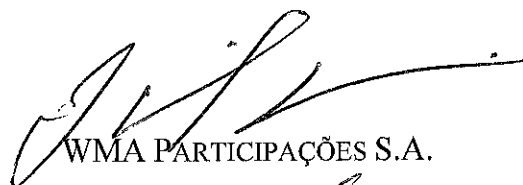
José Vilmar Ferreira  
Administrador



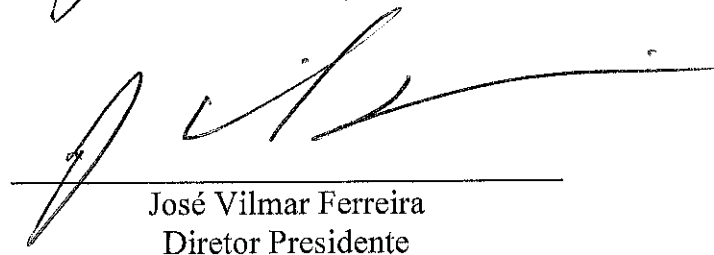
AÇO CEARENSE INDUSTRIAL LTDA.



José Vilmar Ferreira  
Administrador



WMA PARTICIPAÇÕES S.A.



José Vilmar Ferreira  
Diretor Presidente

Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações da Segunda Emissão de Siderúrgica Norte Brasil S.A., celebrado entre Siderúrgica Norte Brasil S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Aço Cearense Comercial Ltda., Aço Cearense Industrial Ltda., WMA Participações S.A., José Vilmar Ferreira, Wander Jean Matos Ferreira, Rose Marie Matos Ferreira e Rose Aline Ferreira de Freitas Guimarães – Página de Assinaturas 4/5.



---

JOSÉ VILMAR FERREIRA



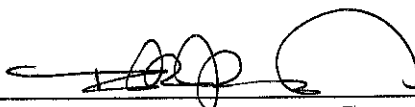
---

WANDER JEAN MATOS FERREIRA



---

ROSE MARIE MATOS FERREIRA



---

ROSE ALINE FERREIRA DE FREITAS GUIMARÃES



Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações da Segunda Emissão de Siderúrgica Norte Brasil S.A., celebrado entre Siderúrgica Norte Brasil S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Aço Cearense Comercial Ltda., Aço Cearense Industrial Ltda., WMA Participações S.A., José Vilmar Ferreira, Wander Jean Matos Ferreira, Rose Marie Matos Ferreira e Rose Aline Ferreira de Freitas Guimarães – Página de Assinaturas 5/5.

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
Nome:

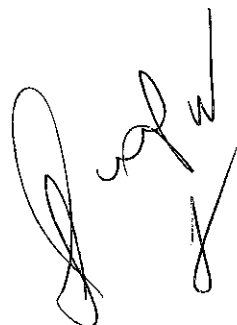
Id.:

CPF/MF:

\_\_\_\_\_  
Nome:

Id.:

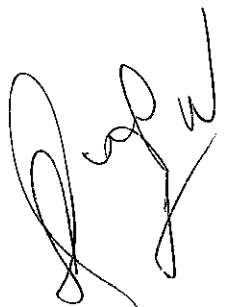
CPF/MF:

A handwritten signature in black ink, appearing to be a stylized name, possibly "José Vilmar Ferreira", written in a cursive script.

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE EMISSÃO PÚBLICA DE  
DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA SEGUNDA EMISSÃO DE  
SIDERÚRGICA NORTE BRASIL S.A.

ANEXO I

(A minuta do Contrato de Alienação Fiduciária segue nas páginas seguintes)  
(Restante desta página intencionalmente deixada em branco)

A handwritten signature in black ink, located in the bottom right corner of the page. The signature is stylized and appears to be a cursive representation of a name.

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE  
ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE BENS MÓVEIS EM GARANTIA

Celebram este "Instrumento Particular de Constituição de Alienação Fiduciária de Bens Móveis em Garantia" ("Contrato"):

I. como outorgante da garantia fiduciária:

AÇO CEARENSE INDUSTRIAL LTDA., sociedade com sede na Cidade de Caucaia, Estado de Ceará, na Rodovia Antiga BR 222, km 19, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob o n.º 00.990.842/0001-38, neste ato representada nos termos de seu contrato social ("Outorgante");

II. como agente fiduciário, nomeado na Escritura de Emissão (conforme definido abaixo), representando os outorgados da garantia fiduciária, a comunhão dos titulares das Debêntures (conforme definido no Considerando (A) abaixo) ("Debenturistas");

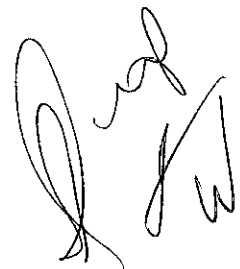
PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas 4200, bloco 4, sala 514, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Agente Fiduciário");

III. como credor:

BANCO BTG PACTUAL S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo 501, 5º, 6º e 7º andares, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 30.306.294/0001-45, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("BTG Pactual" e, em conjunto com os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, "Credores");

IV. como fiel depositário dos Bens Móveis Alienados Fiduciariamente (conforme definido na Cláusula 1.1 abaixo) (nesta função, em conjunto com a Outorgante, "Fiéis Depositários");

JOSÉ VILMAR FERREIRA, brasileiro, divorciado, empresário, portador da cédula de identidade n.º 495.890, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Ceará, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o n.º 031.150.543-00, residente e domiciliado na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Rua Oswaldo Cruz 540/2100, apto. 2100;



- V. como monitorador dos Bens Móveis (conforme definido no Considerando (C) abaixo):

SGS DO BRASIL LTDA., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas 11633, 4º andar, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.182.809/0001-30, neste ato representada nos termos de seu contrato social ("SGS"); e

- VI. como devedora e interveniente anuente:

SIDERÚRGICA NORTE BRASIL S.A., sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de Marabá, Estado do Pará, na Rodovia PA 150, km 425, Distrito Industrial de Marabá, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.933.914/0001-54, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Companhia");

(Termos iniciados por letra maiúscula utilizados neste Contrato que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no (i) "Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações da Segunda Emissão de Siderúrgica Norte Brasil S.A.", celebrado em 5 de julho de 2013, entre a Companhia, o Agente Fiduciário, Aço Cearense Comercial Ltda., a Outorgante, WMA Participações S.A., José Vilmar Ferreira, Wander Jean Matos Ferreira, Rose Marie Matos Ferreira, Rose Aline Ferreira de Freitas Guimarães (em conjunto, "Fiadores"), e seus aditamentos ("Escritura de Emissão"); e/ou (ii) "Instrumento Particular de Troca de Parâmetros – Swap n.º SW2414/13", a ser celebrado em 8 de julho de 2013, entre a Companhia e o BTG Pactual ("Contrato de Swap"), que são partes integrantes, complementares e inseparáveis deste Contrato.)

CONSIDERANDO que:

- (A) a Companhia, por meio da Escritura de Emissão, emitirá 1.000 (um mil) debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada, nos termos previstos na Escritura de Emissão, em espécie com garantia real, e, adicionalmente, garantidas pela fiança prestada pelos Fiadores, nos termos da Escritura de Emissão ("Fiança"), com valor nominal unitário de R\$200.000,00 (duzentos mil reais), na Data de Emissão (conforme definido na Cláusula 1.5 abaixo, inciso II), totalizando, portanto, R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), na Data de Emissão ("Debêntures");
- (B) o BTG Pactual e a Companhia celebrarão o Contrato de Swap;
- (C) a Outorgante, no desempenho de suas atividades, adquire, entre outros, bobinas de aço ("Bens Móveis"); e
- (D) em garantia do integral e pontual cumprimento das Obrigações Garantidas (conforme definido na Cláusula 1.1.1 abaixo), a Outorgante, em caráter

irrevogável e irretratável, deverá alienar fiduciariamente, em favor dos Credores, os Bens Móveis Alienados Fiduciariamente (conforme definido na Cláusula 1.1 abaixo);

RESOLVEM celebrar este Contrato, de acordo com os seguintes termos e condições:

1. CONSTITUIÇÃO DA ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

- 1.1 Observado o disposto na Cláusula 1.2 abaixo, inciso II, em garantia do integral e pontual cumprimento das Obrigações Garantidas, a Outorgante, por este Contrato e na melhor forma de direito, em caráter irrevogável e irretratável, de modo *pro-solvendo*, nos termos, no que for aplicável, do artigo 66-B da Lei n.º 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada, do Decreto-Lei n.º 911, de 1º de outubro de 1969, conforme alterado, e dos artigos 1.361 e seguintes da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), transfere aos Credores, a propriedade fiduciária e a posse indireta (permanecendo a Outorgante na posse direta) dos Bens Móveis descritos no Anexo I a este Contrato e os respectivos acessórios, benfeitorias, valorizações, frutos e bens vinculados por acessão física ou industrial ("Bens Móveis Alienados Fiduciariamente") ("Alienação Fiduciária").
- 1.1.1 Para os fins deste Contrato, "Obrigações Garantidas" significam (i) as Obrigações Garantidas das Debêntures (conforme definido abaixo); (ii) as Obrigações Garantidas do Swap (conforme definido abaixo); (iii) as obrigações relativas a quaisquer outras obrigações de pagar assumidas pela Companhia e pelos Fiadores no âmbito de qualquer dos Documentos das Obrigações Garantidas (conforme definido na Cláusula 1.1.4 abaixo), incluindo obrigações de pagar despesas, custos, encargos, tributos, reembolsos ou indenizações; e (iv) as demais obrigações não pecuniárias assumidas pela Companhia e pelos Fiadores na Escritura de Emissão, no Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido na Escritura de Emissão e no Contrato de Swap), neste Contrato e no Contrato de Swap.
- 1.1.2 Para os fins deste Contrato, "Obrigações Garantidas das Debêntures" significam (i) as obrigações relativas ao pontual pagamento do Principal das Debêntures (conforme definido na Cláusula 1.5 abaixo, inciso I), da Remuneração (conforme definido na Cláusula 1.5 abaixo, inciso IV), do Prêmio (conforme definido na Cláusula 1.5 abaixo, inciso VI), dos Encargos Moratórios das Debêntures (conforme definido na Cláusula 1.5 abaixo, inciso VII) e dos demais encargos relativos às Debêntures subscritas e integralizadas e não resgatadas e à Escritura de Emissão quando devidos, seja na Data de Vencimento das Debêntures (conforme definido na Cláusula 1.5 abaixo, inciso III) ou em virtude de resgate antecipado, de amortização antecipada ou de vencimento antecipado; e (ii) as obrigações de

ressarcimento de toda e qualquer importância que os Debenturistas e/ou o Agente Fiduciário venham a desembolsar em virtude da constituição, manutenção e/ou realização da Fiança, da Cessão Fiduciária e/ou da Alienação Fiduciária.

- 1.1.3 Para os fins deste Contrato, "Obrigações Garantidas do Swap" significam as obrigações relativas ao pontual pagamento de quaisquer valores devidos no âmbito do Contrato de Swap, dos encargos moratórios previstos no Contrato de Swap e dos demais encargos relativos ao Contrato de Swap quando devidos, seja na data de vencimento do Contrato de Swap ou em virtude de vencimento antecipado.
- 1.1.4 Para os fins deste Contrato, "Documentos das Obrigações Garantidas" significam a Escritura de Emissão, o Contrato de Cessão Fiduciária, este Contrato e o Contrato de Swap.
- 1.2 Fica desde já certo e ajustado que:
  - I. este Contrato entrará em vigor e será válido a partir da data de sua celebração; e
  - II. a Alienação Fiduciária somente passará a ser eficaz, nos termos do artigo 125 do Código Civil, independentemente de qualquer formalidade adicional, a partir da data de liberação do ônus constituído nos termos do (i) "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia de Bens Móveis e Outras Avenças n.º 002/10" celebrado em 24 de fevereiro de 2010, entre a Outorgante, o BTG Pactual, a Companhia, e o Sr. José Vilmar Ferreira; e (ii) "Instrumento Particular de Constituição de Alienação Fiduciária em Garantia de Bens Móveis" celebrado em 28 de fevereiro de 2011, entre Aço Cearense Industrial Ltda., José Vilmar Ferreira, Siderúrgica Norte Brasil S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e SGS do Brasil Ltda. ("Ônus Existente").
- 1.3 Observado o disposto na Cláusula 1.2 acima, inciso II, a Alienação Fiduciária permanecerá íntegra, válida, eficaz e em pleno vigor até o que ocorrer primeiro entre:
  - I. com relação (a) às Obrigações Garantidas das Debêntures, até o integral cumprimento das Obrigações Garantidas das Debêntures; e (b) às Obrigações Garantidas do Swap, até que as Obrigações Garantidas do Swap sejam integralmente quitadas; ou
  - II. observado o disposto na Cláusula 6 abaixo, até que a Alienação Fiduciária seja totalmente executada, e os Credores tenham recebido

o produto da excussão dos Bens Móveis Alienados Fiduciariamente de forma definitiva e incontestável.

- 1.3.1 A liberação dos Bens Alienados Fiduciariamente, por meio de averbação nesse sentido nos cartórios de registro de títulos e documentos a que se refere a Cláusula 2.1 abaixo, somente ocorrerá mediante o recebimento, pela Companhia, de autorização dada por escrito pelo BTG Pactual, com relação às Obrigações Garantidas do Swap, e pelo Agente Fiduciário, com relação às Obrigações Garantidas das Debêntures, a ser fornecida no prazo de até 30 (trinta) Dias Úteis contados da data em que ocorrer qualquer dos eventos previstos na Cláusula 1.3 acima.
- 1.4 Fica desde já certo e ajustado que qualquer pagamento realizado em relação às Obrigações Garantidas, inclusive em decorrência da excussão, nos termos da Cláusula 5 abaixo, será sempre realizado de forma proporcional ao saldo devedor das Obrigações Garantidas das Debêntures e ao saldo devedor das Obrigações Garantidas do Swap.
- 1.5 Para os fins da legislação aplicável, as principais características das Obrigações Garantidas das Debêntures são as seguintes:
- I. principal: 1.000 (um mil) Debêntures, com valor nominal unitário de R\$200.000,00 (duzentos mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal"), totalizando, portanto, R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), na Data de Emissão ("Principal das Debêntures");
  - II. data de emissão: 10 de julho de 2013 ("Data de Emissão");
  - III. data de vencimento: ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures, de amortização antecipada das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o prazo das Debêntures será de 5 (cinco) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 10 de julho de 2018 ("Data de Vencimento das Debêntures");
  - IV. taxa de juros: juros remuneratórios correspondentes ao percentual, de 135% (cento e trinta e cinco por cento) ou de 160% (cento e sessenta por cento), conforme os termos e condições previstos na Escritura de Emissão, da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP S.A. – Mercados Organizados, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou a data de

pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento ("Remuneração");

V. forma de pagamento:

(a) principal (Valor Nominal): sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, de amortização antecipada das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o Valor Nominal de cada uma das Debêntures será amortizado em 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, na seguinte ordem:

- (i) 35 (trinta e cinco) parcelas, cada uma no valor correspondente a 2,78% (dois inteiros e setenta e oito centésimos por cento) do Valor Nominal de cada uma das Debêntures, devidas no dia 10 (dez) de cada mês, sendo a primeira parcela deste inciso devida em 10 de agosto de 2015 e, a última, em 10 de junho de 2018; e
- (ii) 1 (uma) parcela, no valor correspondente ao saldo devedor do Valor Nominal de cada uma das Debêntures, devida na Data de Vencimento;

(b) juros: sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, de amortização antecipada das Debêntures e/ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, a Remuneração será paga mensalmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 10 de agosto de 2013 e, o último, na Data de Vencimento;

VI. prêmio: em caso de resgate antecipado da totalidade das Debêntures em circulação, ou de amortizações antecipadas sobre o saldo devedor do Valor Nominal da totalidade das Debêntures em circulação, acréscimo de prêmio, incidente sobre o valor do resgate ou da amortização (que corresponde ao valor do saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento), conforme o caso, correspondente a 1,00% (um por cento) ao ano, calculado *pro rata temporis* pelo período compreendido entre a data do resgate ou da amortização, conforme o caso, e a Data de Vencimento ("Prêmio");



- VII. encargos moratórios: (a) multa moratória de 2% (dois por cento); e (b) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento ("Encargos Moratórios das Debêntures"); e
- VIII. local de pagamento: os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia e/ou por qualquer dos Fiadores, nos termos da Escritura de Emissão, serão realizados (a) pela Companhia, no que se refere a pagamentos referentes ao Valor Nominal, à Remuneração, ao Prêmio e aos Encargos Moratórios, e com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, por meio da CETIP; (b) pela Companhia, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, por meio do Escriturador ou em sua sede, conforme o caso; ou (c) pelos Fiadores, em qualquer caso, por meio do Escriturador ou em sua sede, conforme o caso.
- 1.6 Para os fins da legislação aplicável, as principais características das Obrigações Garantidas do Swap estão previstas no Contrato de Swap que consta como Anexo IV a este Contrato.

## 2. APERFEIÇOAMENTO DA ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

- 2.1 Como parte do processo de aperfeiçoamento da Alienação Fiduciária, a Outorgante obriga-se a, às expensas da Companhia e dos Fiadores, no prazo de até 20 (vinte) dias contados da data de celebração deste Contrato ou contados da data de celebração de qualquer aditamento a este Contrato, comprovar aos Credores que este Contrato e qualquer aditamento a este Contrato foi registrado ou averbado, conforme o caso, nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos da Comarca da Cidade de Marabá, Estado do Pará, da Comarca da Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, da Comarca da Cidade de Caucaia, Estado do Ceará, da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

## 3. PERCENTUAL DA ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

- 3.1 Até a integral quitação das Obrigações Garantidas, a Outorgante e a Companhia, de forma solidária, obrigam-se a sempre manter, na Alienação Fiduciária, Bens Móveis cujo Valor da Alienação Fiduciária (conforme definido na Cláusula 3.1.1 abaixo, inciso III) seja equivalente a, no mínimo, o menor valor entre R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) ou 50% (cinquenta por cento) do Saldo Devedor das Debêntures (conforme definido

na Cláusula 3.1.1 abaixo, inciso II) ("Primeiro Percentual da Alienação Fiduciária").

3.1.1 Para os fins deste Contrato:

- I. "Período de Apuração da Alienação Fiduciária" significa cada período de 1 (um) mês do ano civil, considerando sempre o mês inteiro, desde o dia 1 até o dia de seu término;
- II. "Saldo Devedor das Debêntures" significa o saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures em circulação (assim entendidas as Debêntures subscritas e integralizadas que não tiverem sido resgatadas pela Companhia), acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento de Remuneração, conforme o caso, até a respectiva data de cálculo, conforme informado pelo Agente Fiduciário; e
- III. "Valor da Alienação Fiduciária" significa, observado o disposto na Cláusula 3.1.2 abaixo, o valor dos Bens Móveis Alienados Fiduciariamente, determinado em cada Período de Apuração da Alienação Fiduciária imediatamente anterior à Data de Apuração (conforme definido na Cláusula 3.1.4 abaixo), conforme avaliação realizada pela SGS, tendo como base o valor de compra das matérias-primas dos Bens Móveis Alienados Fiduciariamente acrescida dos tributos constantes das respectivas notas fiscais, e descrita em relatório elaborado pela SGS conforme o modelo constante do Anexo II a este Contrato, sendo que todas as despesas relativas a tal avaliação correrão por conta exclusiva da Companhia e dos Fiadores.

3.1.2 Para os fins da apuração do Valor da Alienação Fiduciária, não serão computados no Valor da Alienação Fiduciária, ou, conforme o caso, terão decréscimo na sua avaliação, cada um dos Bens Móveis Alienados Fiduciariamente que for objeto de penhora, sequestro, arresto ou qualquer outra medida judicial ou administrativa, ou ainda, que sofrer depreciação, deterioração, desvalorização, turbação ou esbulho, ou se tornar inábil, impróprio, imprestável ou insuficiente para assegurar o cumprimento das Obrigações Garantidas. A Outorgante e a Companhia, de forma solidária, obrigam-se a notificar os Credores e a SGS sobre a ocorrência de qualquer de tais eventos, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data de sua ocorrência, devendo referida notificação apresentar garantias para reforço, substituição ou complementação da Alienação Fiduciária.

3.1.3 O Valor da Alienação Fiduciária será informado pela SGS por meio de relatório elaborado pela SGS conforme o modelo constante do Anexo II, nos termos desta Cláusula 3, mensalmente, até o Dia Útil imediatamente anterior a cada Data de Apuração, com relação ao Período de Apuração da Alienação

Fiduciária imediatamente anterior à respectiva Data de Apuração, e informado por escrito, por mensagem eletrônica, na mesma data, aos Credores, à Outorgante e à Companhia.

3.1.4 O Percentual da Alienação Fiduciária (conforme definido na Cláusula 3.2.1 abaixo) será apurado pelo Agente Fiduciário mensalmente, no 3º (terceiro) Dia Útil de cada mês, após a Data de Integralização das Debêntures ("Data de Apuração"), com base no Valor da Alienação Fiduciária informado pela SGS nos termos da Cláusula 3.1.3 acima, e informado por escrito, por mensagem eletrônica, na mesma data, à SGS, à Outorgante e à Companhia. Para os fins deste Contrato, a primeira Data de Apuração ocorrerá no mês imediatamente subsequente ao término do primeiro Período de Apuração da Alienação Fiduciária.

3.2 Observado o disposto na Cláusula 3.2.1 abaixo, caso, em qualquer Data de Apuração, o Agente Fiduciário verifique que o Valor da Alienação Fiduciária seja inferior ao Primeiro Percentual da Alienação Fiduciária:

- I. na respectiva Data de Apuração, o Agente Fiduciário deverá comunicar, por escrito, ao BTG Pactual, à SGS, a Outorgante e a Companhia sobre o não atendimento ao Primeiro Percentual da Alienação Fiduciária;
- II. no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da comunicação a que se refere o inciso I acima, a Outorgante deverá enviar aos Credores e à SGS (a) relatório, sob a forma de arquivo eletrônico contido em *compact disc*, respeitando o formato constante do Anexo I, contendo Bens Móveis adicionais; e (b) quaisquer outras informações e/ou documentos necessários à verificação do Valor da Alienação Fiduciária e/ou solicitados por qualquer dos Credores e/ou pela SGS;
- III. no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de recebimento da comunicação a que se refere o inciso II acima, a SGS comunicará aos Credores, à Outorgante e à Companhia o Valor da Alienação Fiduciária atualizado, indicando, se for o caso, quaisquer irregularidades porventura verificadas, devendo a Outorgante, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da primeira data de recebimento de tal comunicação, corrigir tais irregularidades de acordo com o procedimento previsto no inciso II acima;
- IV. no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de recebimento da comunicação a que se refere o inciso III acima, desde que as eventuais irregularidades tenham sido sanadas, o Agente Fiduciário validará o atendimento ao Primeiro Percentual da Alienação Fiduciária; e

- V. os novos Bens Móveis somente serão considerados no cálculo do Primeiro Percentual da Alienação Fiduciária na data em que, cumulativamente, (a) este Contrato for aditado nos termos do Anexo III para atualizar o Anexo I a este Contrato com os novos Bens Móveis; e (b) os procedimentos previstos na Cláusula 2.1 acima tiverem sido atendidos.
- 3.2.1 Caso o Valor da Alienação Fiduciária seja inferior ao Primeiro Percentual da Alienação Fiduciária, mas desde que seja igual ou superior ao menor valor entre R\$90.000.000,00 (noventa milhões reais) ou 45% (quarenta e cinco por cento) do Saldo Devedor das Debêntures ("Segundo Percentual da Alienação Fiduciária" e, em conjunto com o Primeiro Percentual da Alienação Fiduciária, "Percentual da Alienação Fiduciária"), a Outorgante não estará obrigada a atender o Primeiro Percentual da Alienação Fiduciária, mas caso deseje fazê-lo, deverá observar as disposições previstas na Cláusula 3.2 acima, aplicando-se as disposições previstas na Escritura de Emissão com relação à alteração da Remuneração, as quais a Outorgante e a Companhia neste ato declaram conhecer e concordar.
- 3.3 A Outorgante e a Companhia obrigam-se a, independentemente de notificação, judicial ou extrajudicial, de qualquer dos Credores neste sentido, atender e tomar todas as medidas necessárias ao atendimento do Percentual da Alienação Fiduciária.
4. DEPÓSITO DOS BENS MÓVEIS ALIENADOS FIDUCIARIAMENTE
- 4.1 Os Fiéis Depositários são neste ato constituídos fiéis depositários dos Bens Móveis Alienados Fiduciariamente, e obrigam-se, solidariamente entre si, sob as penas da lei, a bem guardá-los e conservá-los como se fossem seus, em nome dos Credores, bem como a entregá-los imediatamente aos Credores, quando chamados a fazê-lo, assumindo todas as responsabilidades e obrigações estabelecidas nos artigos 627 a 646 do Código Civil até o cumprimento integral de todas as Obrigações Garantidas.
- 4.2 As vias originais dos documentos representativos dos Bens Móveis Alienados Fiduciariamente ("Documentos Comprobatórios"), os quais estão em poder da Outorgante na data de assinatura deste Contrato, deverão (i) permanecer com a Outorgante, e, (ii) sempre que solicitado por qualquer dos Credores ser enviados ao respectivo Credor, no prazo de 10 (dez) dias contados da data da solicitação realizada. A Outorgante terá a posse direta dos Documentos Comprobatórios relativos aos Bens Móveis Alienados Fiduciariamente, sendo certo que a propriedade fiduciária dos Documentos Comprobatórios será dos Credores.

- 4.3 Em caso de morte ou incapacidade de qualquer do Fiel Depositário pessoa física, a Companhia deverá, no prazo de até 15 (quinze) dias, indicar um ou mais fiéis depositários pessoas físicas adicionais. Quaisquer despesas, encargos ou honorários devidos a tais depositários adicionais serão suportadas pela Companhia e pelos Fiadores.
- 4.4 O depósito previsto nesta Cláusula 4 é constituído em carácter gratuito, correndo por conta da Companhia e dos Fiadores todas as despesas realizadas com os Bens Móveis Alienados Fiduciariamente, bem como todos os prejuízos que do depósito provierem.
- 4.5 Os Debenturistas, o Agente Fiduciário, o BTG Pactual e a SGS não se responsabilizarão pela manutenção da integridade dos Bens Móveis Alienados Fiduciariamente e, portanto, eventuais danos, desgastes decorrentes do uso ou perda dos Bens Móveis Alienados Fiduciariamente são, única e exclusivamente, responsabilidade dos Fiéis Depositários.
- 4.6 Os Bens Móveis Alienados Fiduciariamente encontram-se localizados nos endereços indicados no Anexo I a este Contrato ("Local de Depósito").

## 5. EXCUSSÃO DA ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

- 5.1 Fica desde já certo e ajustado entre as partes que a ocorrência de qualquer dos eventos abaixo acarretará o vencimento antecipado automático de todas as Obrigações Garantidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial:
- I. vencimento antecipado das Obrigações Garantidas das Debêntures ou o vencimento das Obrigações Garantidas das Debêntures na data de vencimento das Debêntures sem os respectivos pagamentos nos prazos previstos na Escritura de Emissão; ou
  - II. vencimento antecipado das Obrigações Garantidas do Swap ou vencimento das Obrigações Garantidas do Swap na data de vencimento das Obrigações Garantidas do Swap sem os respectivos pagamentos nos prazos previstos no Contrato de Swap.
- 5.2 Na ocorrência do vencimento antecipado das Obrigações Garantidas, nos termos da Cláusula 5.1 acima, a propriedade dos Bens Móveis Alienados Fiduciariamente se consolidará em nome dos Credores, e a Outorgante deverá, independentemente de prévia notificação de qualquer dos Credores nesse sentido, entregar e transferir a posse direta dos Bens Móveis Alienados Fiduciariamente aos Credores, observado, ainda, que os Credores, poderão, sempre conjuntamente, de boa-fé, pelo preço e nas condições que entenderem apropriados, no todo ou em parte, pública ou particularmente, judicial ou de forma amigável (extrajudicialmente), a exclusivo critério dos Credores,

independentemente de leilão, de hasta pública, de avaliação, de notificação judicial ou extrajudicial ou de qualquer outro procedimento, excutir os Bens Alienados Fiduciariamente, no todo ou em parte, até o integral pagamento das Obrigações Garantidas, observado o disposto na Cláusula 1.4 acima, podendo, inclusive, conferir opção ou opções de compra sobre os Bens Móveis Alienados Fiduciariamente. Para tanto, os Credores ficam autorizados pela Outorgante, em caráter irrevogável e irretratável, a alienar, ceder, vender ou transferir os Bens Móveis Alienados Fiduciariamente, utilizando o produto na amortização ou, se possível, na quitação, observado o disposto na Cláusula 1.4 acima, das Obrigações Garantidas devidas e não pagas e de todos e quaisquer tributos e despesas incidentes sobre a cessão, venda ou transferência dos Bens Móveis Alienados Fiduciariamente ou incidente sobre o pagamento aos Credores do montante de seus créditos, entregando, ao final, à Outorgante o que porventura sobejar, ficando os Credores (sempre agindo de forma conjunta), em caráter irrevogável e irretratável, pelo presente e na melhor forma de direito, como condição deste Contrato, autorizados, na qualidade de mandatários da Outorgante, a firmar, se necessário, quaisquer documentos e praticar quaisquer atos necessários para tanto, sendo-lhes conferidos todos os poderes que lhes são assegurados pela legislação vigente, inclusive os poderes "*ad judicium*" e "*ad negotia*", incluindo ainda os previstos no artigo 66-B da Lei n.º 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada, no Decreto-Lei n.º 911, de 1º de outubro de 1969, conforme alterado, no Código Civil, e todas as faculdades previstas na Lei n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada.

- 5.3 Os recursos apurados de acordo com os procedimentos de excussão previstos nesta Cláusula 5, na medida em que forem sendo recebidos, deverão ser imediatamente aplicados na amortização ou quitação do saldo devedor das Obrigações Garantidas, observado o disposto na Cláusula 1.4 acima. Caso os recursos apurados de acordo com os procedimentos de excussão previstos nesta Cláusula 5 não sejam suficientes para quitar simultaneamente todas as Obrigações Garantidas, tais recursos deverão ser imputados na seguinte ordem, proporcionalmente ao valor do crédito de cada um dos Credores em relação ao saldo devedor das Obrigações Garantidas das Debêntures e das Obrigações Garantidas do Swap, de tal forma que, uma vez liquidados os valores referentes ao primeiro item, os recursos sejam alocados para o item imediatamente seguinte, e assim sucessivamente: (i) quaisquer valores devidos pela Companhia nos termos das Obrigações Garantidas das Debêntures e das Obrigações Garantidas do Swap que não sejam os valores a que se referem os itens (ii) e (iii) abaixo; (ii) juros, encargos moratórios e demais encargos devidos nos termos das Obrigações Garantidas das Debêntures e das Obrigações Garantidas do Swap; e (iii) saldo devedor dos valores de principal devidos nos termos das Obrigações Garantidas das

Debêntures e das Obrigações Garantidas do Swap. A Companhia e os Fiadores permanecerão responsáveis pelo saldo devedor das Obrigações Garantidas que não tiverem sido pagas, sem prejuízo dos acréscimos de juros, encargos moratórios e demais encargos incidentes sobre o saldo devedor das Obrigações Garantidas enquanto não forem pagas, declarando a Companhia e a Outorgante, neste ato, que tal saldo devedor será considerado título executivo extrajudicial.

- 5.4 Fica certo e ajustado o caráter não excludente, mas cumulativo entre si, da Alienação Fiduciária com as demais garantias prestadas nos termos da Escritura de Emissão e do Contrato de Swap, podendo os Credores (agindo sempre em conjunto) executar ou excutir todas ou cada uma delas indiscriminadamente, para os fins de amortizar ou quitar as Obrigações Garantidas, ficando, ainda, estabelecido que a excussão ou execução da Alienação Fiduciária independe de qualquer providência preliminar por parte dos Credores, tais como aviso, protesto, notificação, interpelação ou prestação de contas, de qualquer natureza.
- 5.5 A Outorgante obriga-se a praticar todos os atos e cooperar com os Credores em tudo que se fizer necessário ao cumprimento do disposto nesta Cláusula 5, inclusive no que se refere ao atendimento das exigências legais e regulamentares necessárias, se houver, à excussão ou execução da Alienação de Fiduciária.
- 5.6 A Outorgante desde já concorda e se obriga a (i) somente após a integral quitação de todas as Obrigações Garantidas, exigir e/ou demandar a Companhia ou qualquer dos demais Fiadores em decorrência de qualquer valor que tiver honrado nos termos deste Contrato; e (ii) caso receba qualquer valor da Companhia e/ou de qualquer dos demais Fiadores em decorrência de qualquer valor que tiver honrado nos termos deste Contrato antes da integral quitação de todas as Obrigações Garantidas, repassar, no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data de seu recebimento, tal valor aos Credores, observado o disposto na Cláusula 1.4 acima.

6. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA OUTORGANTE E DA COMPANHIA

- 6.1 Sem prejuízo das demais obrigações assumidas neste Contrato e nos demais Documentos das Obrigações Garantidas ou em lei, a Outorgante e a Companhia, de forma solidária, obrigam-se a:
- I. obter e manter válidas e eficazes todas as autorizações, incluindo as societárias e governamentais, exigidas (a) para a validade ou exequibilidade dos Documentos das Obrigações Garantidas; (b) para o fiel, pontual e integral cumprimento das Obrigações Garantidas; e (c) para a continuidade das suas operações;



- II. manter a Alienação Fiduciária existente, válida, eficaz e em pleno vigor (observado o disposto na Cláusula 1.2 acima, inciso II), sem qualquer restrição ou condição, e contabilizá-la na sua escrituração ou fazer constar nota explicativa no seu balanço;
- III. defender-se, de forma tempestiva e eficaz, de qualquer ato, ação, procedimento ou processo que possa, de qualquer forma, afetar ou alterar a Alienação Fiduciária, os Bens Móveis Alienados Fiduciariamente, este Contrato, os demais Documentos das Obrigações Garantidas e/ou o integral e pontual cumprimento das Obrigações Garantidas, bem como informar em até 1 (um) Dia Útil os Credores sobre qualquer ato, ação, procedimento ou processo a que se refere este inciso;
- IV. dar ciência deste Contrato e de seus respectivos termos e condições aos seus administradores e executivos e fazer com que estes cumpram e façam cumprir todos os seus termos e condições;
- V. tratar qualquer sucessor dos Credores como se fosse signatário original deste Contrato e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas, garantindo-lhe o pleno e irrestrito exercício de todos os direitos e prerrogativas atribuídos aos Credores nos termos dos Documentos das Obrigações Garantidas;
- VI. tratar qualquer sucessor da SGS como se fosse signatário original deste Contrato e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas, garantindo-lhe o pleno e irrestrito exercício de todos os direitos e prerrogativas atribuídos à SGS nos termos deste Contrato;
- VII. autorizar que a SGS, os Credores ou qualquer terceiro por estes indicado, inspecione os Bens Móveis Alienados Fiduciariamente e toda a documentação a eles relacionada, em qualquer dia e horário;
- VIII. manter, com os demais Fiéis Depositários, íntegra a Alienação Fiduciária, conservando os Bens Móveis Alienados Fiduciariamente em perfeitas condições de uso e funcionamento, defendendo-os da turbulação de terceiros;
- IX. não transferir o Local de Depósito sem a prévia e expressa autorização, por escrito, dos Credores;
- X. não ceder, vender, alienar, transferir, permutar, conferir ao capital, dar em comodato, emprestar, locar, arrendar, dar em pagamento ou de qualquer outra forma transferir ou dispor, inclusive por meio de redução de capital, ou constituir qualquer Ônus (assim definido como hipoteca, penhor, alienação fiduciária, cessão fiduciária, usufruto, fideicomisso, promessa de venda, opção de compra, direito de preferência, encargo, gravame ou ônus, judicial ou



extrajudicial, voluntário ou involuntário, incluindo arresto, sequestro ou penhora, ou outro ato que tenha o efeito prático similar a qualquer das expressões acima ("Ônus") (exceto pela Alienação Fiduciária) sobre, em qualquer dos casos deste inciso, de forma gratuita ou onerosa, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, ainda que para ou em favor de pessoa do mesmo grupo econômico:

- (a) qualquer dos Bens Móveis Alienados Fiduciariamente e/ou dos direitos a estes inerentes; ou
- (b) a posse direta de qualquer dos Bens Móveis Alienados Fiduciariamente para terceiros sem a prévia autorização por escrito dos Credores, exceto quando necessário para fins de manutenção ou reparo dos Bens Móveis Alienados Fiduciariamente no curso normal dos negócios.

7. DECLARAÇÕES DA OUTORGANTE E DA COMPANHIA

7.1 A Outorgante e a Companhia, de forma solidária, neste ato, reiteram todas as obrigações assumidas e todas as declarações prestadas nos demais Documentos das Obrigações Garantidas, e prestam as seguintes declarações adicionais:

- I. a Companhia é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras, sem registro de companhia aberta perante a CVM, e a Outorgante é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade limitada, de acordo com as leis brasileiras;
- II. estão devidamente autorizadas e obtiveram todas as autorizações, inclusive societárias e regulatórias, necessárias à celebração deste Contrato e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários para tanto;
- III. os representantes legais da Companhia e da Outorgante que assinam este Contrato e os demais Documentos das Obrigações Garantidas de que são parte têm, conforme o caso, poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome da Companhia ou da Outorgante, conforme o caso, as obrigações aqui e ali previstas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;



- IV. observado o disposto na Cláusula 1.2 acima, inciso II, este Contrato e os demais Documentos das Obrigações Garantidas e as obrigações aqui e ali previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes da Companhia e da Outorgante, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- V. a celebração, os termos e condições deste Contrato e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas e o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas e a Emissão e a Oferta (a) não infringem o estatuto social ou o contrato social, conforme o caso, da Companhia ou da Outorgante; (b) não resultarão em criação de qualquer Ônus sobre qualquer ativo da Companhia e/ou da Outorgante, exceto pela Cessão Fiduciária e pela Alienação Fiduciária; (c) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que a Companhia e/ou a Outorgante e/ou qualquer de seus ativos esteja sujeito; e (d) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Companhia e/ou a Outorgante e/ou qualquer de seus ativos;
- VI. a Outorgante é única e legítima possuidora e proprietária dos Bens Móveis Alienados Fiduciariamente, que se encontram livres e desembaraçados de quaisquer Ônus (exceto pelo Ônus Existente e pela Alienação Fiduciária), não existindo contra a Outorgante qualquer ação ou procedimento judicial, administrativo ou fiscal que possa, ainda que indiretamente, prejudicar ou invalidar a Alienação Fiduciária;
- VII. a Outorgante possui todos os poderes e capacidades nos termos da lei necessários para alienar e transferir a propriedade fiduciária dos Bens Móveis Alienados Fiduciariamente aos Credores;
- VIII. observado o disposto na Cláusula 1.2 acima, inciso II, mediante o registro deste Contrato nos termos da Cláusula 2.1 acima, a Alienação Fiduciária será devidamente constituída e válida nos termos das leis brasileiras;
- IX. observado o disposto na Cláusula 1.2 acima, inciso II, mediante o registro deste Contrato nos termos da Cláusula 2.1 acima, a Alienação Fiduciária constituirá, em favor dos Credores, a propriedade resolúvel, válida, eficaz, exigível e exequível sobre os Bens Móveis Alienados Fiduciariamente;
- X. exceto pelo registro deste Contrato nos termos da Cláusula 2.1 acima, nenhuma aprovação, autorização, consentimento, ordem, registro ou habilitação de ou perante qualquer tribunal ou outro órgão ou agência governamental se faz necessária à celebração e ao cumprimento deste Contrato;

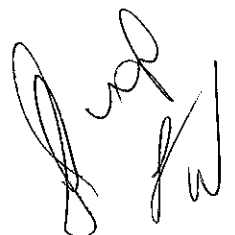
- XI. os Bens Móveis Alienados Fiduciariamente (a) são suscetíveis de serem deslocadas por ação de terceiros, sem qualquer alteração na sua substância ou na sua finalidade econômico-social e, portanto, devem ser caracterizados como bens móveis para todos os efeitos legais, inclusive, para os fins do artigo 82 do Código Civil; e (b) são únicos e individualmente identificáveis e, por isso, são considerados bens infungíveis para todos os efeitos legais, inclusive para os fins dos artigos 85 e 1.361 do Código Civil;
- XII. está em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista e previdenciária, e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, relativamente aos Bens Móveis Alienados Fiduciariamente; e
- XIII. todos os mandatos outorgados nos termos deste Contrato o foram como condição do negócio ora contratado, em caráter irrevogável e irretratável nos termos dos artigos 683 e 684 do Código Civil.
- 7.2 A Outorgante obriga-se a notificar imediatamente os Credores caso qualquer das declarações prestadas nos termos da Cláusula 7.1 acima torne-se falsa, inconsistente, imprecisa, incompleta, incorreta ou insuficiente.

8. OBRIGAÇÕES DO AGENTE FIDUCIÁRIO

- 8.1 Sem prejuízo das demais obrigações assumidas neste Contrato e nos demais Documentos das Obrigações Garantidas ou em lei, o Agente Fiduciário obriga-se a:
- I. verificar a regularidade da constituição da Alienação Fiduciária e sua exequibilidade;
- II. observar os procedimentos de controle do Percentual da Alienação Fiduciária, de acordo com o disposto na Cláusula 3 acima;
- III. assinar aditamentos a este Contrato nos termos aqui previstos, inclusive em decorrência de reforço da Alienação Fiduciária, nos termos da Cláusula 3 acima;
- IV. tomar todas as providências necessárias para que os Debenturistas, observado o disposto na Cláusula 1.4 acima, realizem seus créditos, incluindo a excussão da Alienação Fiduciária, observado o disposto neste Contrato e na Escritura de Emissão.

9. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA SGS

- 9.1 Sem prejuízo das demais obrigações expressamente previstas neste Contrato, a SGS obriga-se a:



- I. informar o Valor da Alienação Fiduciária, bem como observar os demais procedimentos previstos na Cláusula 3 acima;
  - II. assinar aditamentos a este Contrato nos termos aqui previstos, inclusive em decorrência de reforço da Alienação Fiduciária, nos termos da Cláusula 3 acima; e
  - III. permanecer no exercício de suas funções até a sua eventual substituição, nos termos da Cláusula 9.4.2 abaixo.
- 9.2 A SGS neste ato declara conhecer os Documentos das Obrigações Garantidas dos quais seja signatária e se obriga a observá-los, no que lhe for aplicável.
- 9.3 As partes concordam, de forma irrevogável e irretratável, que:
- I. a SGS não será responsabilizada por qualquer ação ou omissão no desempenho de suas funções previstas nos Documentos das Obrigações Garantidas, exceto na medida em que a SGS tenha agido com culpa ou dolo, nos termos dispostos no Contrato de Monitoramento a ser celebrado com a SGS;
  - II. a SGS não está obrigada a verificar a veracidade das notificações ou comunicações que lhe forem entregues, estando isenta, de qualquer forma, de qualquer responsabilidade por eventuais fatos danosos delas decorrentes;
  - III. a SGS não prestará declaração quanto ao conteúdo, à validade, ao valor, à autenticidade ou à possibilidade de cobrança de qualquer título, ou outro documento, ou instrumento que detiver ou que lhe for entregue em relação a este Contrato;
  - IV. a SGS terá o direito de confiar em laudo arbitral, ordem, sentença judicial ou outro tipo de instrumento escrito que lhe for entregue, conforme aqui previsto, sem que fique obrigado a verificar a autenticidade ou a exatidão dos fatos neles declarados; e
  - V. a SGS não será responsável caso, por força de decisão judicial, tome ou deixe de tomar qualquer medida que de outro modo seria exigível.
- 9.4 A SGS pode ser substituída (i) por destituição, se assim aprovado pelos Credores; ou (ii) por sua renúncia, mediante comunicação à Outorgante, à Companhia e aos Credores.
- 9.4.1 Ocorrendo a destituição ou a renúncia da SGS, a Companhia obriga-se a, no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data da renúncia ou destituição, indicar uma lista tríplice de sociedades avaliadoras de primeira linha que já tenham manifestado por escrito sua intenção de assumir o encargo e submetê-la aos Credores, que determinarão, em conjunto, dentre tais instituições, uma delas para ser a sua substituta, sendo que o disposto nesta Cláusula deverá

ocorrer no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da destituição ou da renúncia, conforme o caso, da SGS.

- 9.4.2 A SGS assim substituída somente estará exonerada de suas atribuições previstas neste Contrato quando este Contrato for aditado para incluir a instituição substituta conforme procedimento a que se refere a Cláusula 9.4.1 acima.
- 9.5 A remuneração da SGS será paga pela Outorgante, nos termos do Contrato de Monitoramento a ser celebrado com a SGS, exceto se, em caso de inadimplemento, o pagamento de tal remuneração for assumido pelos Credores.
- 9.5.1 A SGS, a Outorgante e a Companhia reconhecem, neste ato, que o Agente Fiduciário, os Debenturistas e o BTG Pactual não têm qualquer obrigação com relação aos pagamentos dos valores de seus honorários, despesas incorridas, tributos incidentes, indenizações e/ou qualquer outra obrigação assumida pela Companhia e/ou por qualquer dos Fiadores em decorrência das suas atribuições previstas nos Documentos das Obrigações Garantidas.

#### 10. COMUNICAÇÕES

- 10.1 Todas as comunicações realizadas nos termos deste Contrato devem ser sempre realizadas por escrito, para os endereços abaixo. As comunicações serão consideradas recebidas quando entregues, sob protocolo ou mediante "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos endereços abaixo. As comunicações realizadas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). A alteração de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado.

Handwritten signatures in black ink, appearing to be initials or names, located in the bottom right corner of the page.

I. para a Outorgante, os Fiéis Depositários e/ou a Companhia:  
Siderúrgica Norte Brasil S.A.  
Aço Cearense Industrial Ltda.  
Sr. José Vilmar Ferreira  
A/c.: Siderúrgica Norte Brasil S.A.  
Rua Antônio Pompeu 1900  
60040-001 Fortaleza, CE  
At.: Sr. Tom Arrais  
Sr. Cláudio Lustosa  
Sr. Marcelo Rangel  
Telefone: (85) 4011-1333  
Fac-símile: (85) 4011-1420  
Correio Eletrônico: [tom@acocearense.com.br](mailto:tom@acocearense.com.br)  
[claudio.lustosa@acocearense.com.br](mailto:claudio.lustosa@acocearense.com.br)  
[marcelo.rangel@acocearense.com.br](mailto:marcelo.rangel@acocearense.com.br)

II. para o Agente Fiduciário:  
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários  
Avenida das Américas 4200, sala 514, bloco 4  
22640-102 Rio de Janeiro, RJ  
At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro  
(Jurídico e Estruturação)  
Sr. Marco Aurélio Ferreira  
(Backoffice Financeiro)  
Telefone: (21) 3385-4565  
Fac-símile: (21) 3385-4046  
Correio Eletrônico: [middle@pentagonotrustee.com.br](mailto:middle@pentagonotrustee.com.br)  
[backoffice@pentagonotrustee.com.br](mailto:backoffice@pentagonotrustee.com.br)

III. para o BTG Pactual:  
Banco BTG Pactual S.A.  
Av. Brig. Faria Lima 3477, 12º andar  
04538-133 São Paulo, SP  
At.: Departamento Jurídico – FICC  
Telefone: (11) 3383-2000  
Fac-símile: (11) 3383-2566  
Correio Eletrônico: [ol-juridico-renda-fixa@btgpactual.com](mailto:ol-juridico-renda-fixa@btgpactual.com)

IV. para a SGS:  
SGS do Brasil Ltda.  
Avenida das Nações Unidas 11633, 5º andar  
04578-000 São Paulo, SP  
At.: Sr. Paulo Mukai

Telefone: (11) 3883-8846  
Fac-símile: (11) 3883-8904  
Correio Eletrônico: [paulo.mukai@sgs.com](mailto:paulo.mukai@sgs.com)

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1 Os documentos anexos a este Contrato constituem parte integrante e complementar deste Contrato.
- 11.2 Este Contrato constitui parte integrante e complementar dos Documentos das Obrigações Garantidas, cujos termos e condições as partes declaram conhecer e aceitar.
- 11.3 As obrigações assumidas neste Contrato têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus eventuais sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.
- 11.4 Qualquer alteração dos termos e condições deste Contrato somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as partes.
- 11.5 A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas deste Contrato não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidade ou nulidade de qualquer cláusula deste Contrato, as partes se obrigam a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, neste Contrato, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.
- 11.6 Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as partes será sempre considerado mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.
- 11.7 A Outorgante e a Companhia obrigam-se, como condição deste Contrato, no que lhes disser respeito, a tomar todas e quaisquer medidas e produzir todos e quaisquer documentos necessários à formalização e, se for o caso, à excussão da Alienação Fiduciária, e a tomar tais medidas e produzir tais documentos de modo a possibilitar a SGS, ao Agente Fiduciário, aos Debenturistas e/ou ao BTG Pactual o exercício dos direitos e prerrogativas estabelecidos neste Contrato.



- 11.8 Qualquer custo ou despesa eventualmente incorrido pela Outorgante e/ou pela Companhia e/ou por qualquer dos demais Fiadores no cumprimento de suas obrigações previstas neste Contrato ou nos demais Documentos das Obrigações Garantidas será de inteira responsabilidade da Companhia e dos Fiadores, não cabendo a SGS, ao Agente Fiduciário, aos Debenturistas e/ou ao BTG Pactual qualquer responsabilidade pelo seu pagamento ou reembolso.
- 11.9 Qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pela SGS, pelo Agente Fiduciário, pelos Debenturistas e/ou pelo BTG Pactual em decorrência de registros, averbações, processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à constituição, manutenção e/ou liberação da Alienação Fiduciária, ao recebimento do produto da excussão da Alienação Fiduciária e à salvaguarda dos direitos e prerrogativas do Agente Fiduciário, dos Debenturistas e/ou do BTG Pactual previstos neste Contrato, incluindo custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros custos ou despesas comprovadamente incorridos relacionados com tais processos, procedimentos ou medidas, será de responsabilidade integral da Companhia e dos Fiadores, devendo ser reembolsados à SGS, ao Agente Fiduciário, aos Debenturistas e/ou ao BTG Pactual, conforme o caso, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento de notificação neste sentido.
- 11.10 Qualquer importância devida a SGS, ao Agente Fiduciário, aos Debenturistas e/ou ao BTG Pactual nos termos deste Contrato deverá ser paga nos termos previstos nos Documentos das Obrigações Garantidas, vedada qualquer forma de compensação por parte da Companhia e/ou de qualquer dos Fiadores.
- 11.11 As partes reconhecem este Contrato como título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585, inciso II, da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").
- 11.12 Para os fins deste Contrato, as partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 461, 621 e 632 do Código de Processo Civil.
- 11.13 No cumprimento de suas atribuições previstas neste Contrato, os Credores terão todos os benefícios e proteções que lhes foram outorgados nos demais Documentos das Obrigações Garantidas.
- 11.14 Nos termos e para os fins da Lei n.º 8.212, de 24 de julho de 1991, conforme alterada, do Decreto n.º 3.048, de 6 de maio de 1999, conforme alterado, e do Decreto n.º 6.106, de 30 de abril de 2007, conforme alterado, a Outorgante neste ato entrega aos Credores:
- I. Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros n.º 000252013-0501842, emitida



pela Receita Federal do Brasil em 28 de janeiro de 2013, com validade até 27 de julho de 2013; e

- II. Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União n.º 7AB4.844A.2A53.BEA9, emitida pela Secretaria da Receita Federal e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em 5 de março de 2013, com validade até 1º de setembro de 2013.

## 12. ARBITRAGEM E FORO

- 12.1 Observado o disposto na Cláusula 12.7 abaixo, as partes desde já convencionam que qualquer disputa, controvérsia ou demanda oriunda, ou relacionada a este Contrato, incluindo embargos de devedor à execução por quantia certa decorrente das obrigações previstas neste Contrato, que serão substituídos pela arbitragem ("Controvérsia"), será obrigatória, exclusiva e definitivamente resolvida por meio de arbitragem.
- 12.2 A arbitragem será instituída e processada de acordo com o Regulamento do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("Regulamento"), por tribunal arbitral composto por três árbitros, indicados de acordo com o Regulamento ("Tribunal Arbitral"). A administração e o correto desenvolvimento do procedimento arbitral caberão ao Tribunal Arbitral. O procedimento arbitral terá (i) lugar na Cidade de São Paulo, local onde deverá ser proferida a sentença arbitral; (ii) como idioma oficial o Português; e (iii) como lei aplicável a da República Federativa do Brasil. O Tribunal Arbitral deverá aplicar primeiramente as disposições deste Contrato e, na omissão, o disposto na legislação brasileira. Ressalta-se que no caso de conflito entre as normas prevalecerá o previsto neste Contrato.
- 12.3 A parte interessada notificará a Câmara de Comércio Brasil-Canadá sobre sua intenção de começar a arbitragem, conforme o Regulamento.
- 12.4 A recusa, por qualquer parte, em celebrar termos de referência ou compromisso de arbitragem não impedirá que a arbitragem se desenvolva e se conclua validamente, ainda que à revelia, e que a sentença arbitral assim proferida seja plenamente vinculante e eficaz às partes.
- 12.5 Nenhum recurso caberá contra a sentença arbitral, a qual terá, para as partes, o valor de decisão final e irrecorrível.
- 12.6 As partes poderão requerer ao Poder Judiciário medidas cautelares urgentes que não possam ser obtidas em tempo na arbitragem, sem prejuízo do julgamento do mérito pelo Tribunal Arbitral e não pelo Poder Judiciário. Quando a lei exigir que o autor da ação cautelar ajuíze ação principal ou equivalente, entender-se-á como tal a instituição da própria arbitragem. Em

qualquer hipótese, o processo judicial se extinguirá sem resolução de mérito tanto que o Tribunal Arbitral conceda, confirme, altere ou revogue a medida cautelar. As partes reconhecem que a necessidade de buscar qualquer medida cautelar no Poder Judiciário não é incompatível com esta cláusula compromissória, nem constitui renúncia à execução da cláusula compromissória ou sujeição das partes à arbitragem.

- 12.7 O disposto nesta Cláusula 12 não exclui o direito de qualquer dos Credores de iniciar a execução das obrigações líquidas, certas e exigíveis decorrentes deste Contrato perante o Poder Judiciário, caso em que fica eleito o foro da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam este Contrato em 15 (quinze) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, 5 de julho de 2013.

(As assinaturas seguem nas 5 (cinco) páginas seguintes.)

(Restante desta página intencionalmente deixado em branco.)



Instrumento Particular de Constituição de Alienação Fiduciária de Bens Móveis em Garantia, celebrado em 5 de julho de 2013, entre Aço Cearense Industrial Ltda., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, José Vilmar Ferreira, SGS do Brasil Ltda., Siderúrgica Norte Brasil S.A. e Banco BTG Pactual S.A. – Página de Assinaturas 1/5.

AÇO CEARENSE INDUSTRIAL LTDA.

---

José Vilmar Ferreira  
Administrador

---

JOSÉ VILMAR FERREIRA

SIDERÚRGICA NORTE BRASIL S.A.

---

José Vilmar Ferreira  
Diretor Presidente

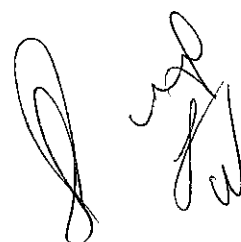
Handwritten signatures in black ink, appearing to be the signatures of the signatories mentioned in the document.

Instrumento Particular de Constituição de Alienação Fiduciária de Bens Móveis em Garantia, celebrado em 5 de julho de 2013, entre Aço Cearense Industrial Ltda., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, José Vilmar Ferreira, SGS do Brasil Ltda., Siderúrgica Norte Brasil S.A. e Banco BTG Pactual S.A. – Página de Assinaturas 2/5.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

\_\_\_\_\_  
Nome:

Cargo:



Instrumento Particular de Constituição de Alienação Fiduciária de Bens Móveis em Garantia, celebrado em 5 de julho de 2013, entre Aço Cearense Industrial Ltda., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, José Vilmar Ferreira, SGS do Brasil Ltda., Siderúrgica Norte Brasil S.A. e Banco BTG Pactual S.A. – Página de Assinaturas 3/5.

SGS DO BRASIL LTDA.

\_\_\_\_\_  
Nome:  
Cargo:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
Cargo:


Handwritten signatures in black ink, appearing to be three distinct signatures.

Instrumento Particular de Constituição de Alienação Fiduciária de Bens Móveis em Garantia, celebrado em 5 de julho de 2013, entre Aço Cearense Industrial Ltda., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, José Vilmar Ferreira, SGS do Brasil Ltda., Siderúrgica Norte Brasil S.A. e Banco BTG Pactual S.A. – Página de Assinaturas 4/5.

BANCO BTG PACTUAL S.A.

\_\_\_\_\_  
Nome:  
Cargo:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
Cargo:

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized initial 'B' followed by a series of loops and a final flourish.

Instrumento Particular de Constituição de Alienação Fiduciária de Bens Móveis em Garantia, celebrado em 5 de julho de 2013, entre Aço Cearense Industrial Ltda., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, José Vilmar Ferreira, SGS do Brasil Ltda., Siderúrgica Norte Brasil S.A. e Banco BTG Pactual S.A. – Página de Assinaturas 5/5.


Testemunhas:

---

Nome:  
Id.:  
CPF/MF:

---

Nome:  
Id.:  
CPF/MF:

Handwritten signatures in black ink, located in the bottom right corner of the page. There are three distinct signatures, with the first being a large, stylized 'D' and the others being more fluid and cursive.

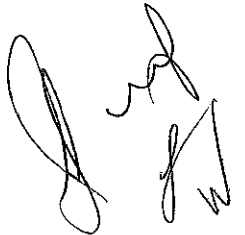
INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE  
ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE BENS MÓVEIS EM GARANTIA

ANEXO I

DESCRIÇÃO DOS BENS MÓVEIS ALIENADOS FIDUCIARIAMENTE

(A descrição dos Bens Móveis Alienados Fiduciariamente segue nas páginas seguintes)  
(Restante desta página intencionalmente deixada em branco)

\* \* \* \* \*

Handwritten signatures in black ink, consisting of several stylized, overlapping marks.



INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE  
ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE BENS MÓVEIS EM GARANTIA

ANEXO II

MODELO DE RELATÓRIO DA SGS

RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DE ESTOQUES Nº ---/2013

ACO CEARENSE INDUSTRIAL LTDA.

Conforme Contrato de Alienação Fiduciária entre SGS do Brasil Ltda., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e Aço Cearense Industrial Ltda., e de acordo com as instruções recebidas da Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, referente ao monitoramento de bobinas de aço nas seguintes localidades:

**Aço Cearense Industrial Ltda.**

BR 222, KM 21 s/n, Caucaia – CE.

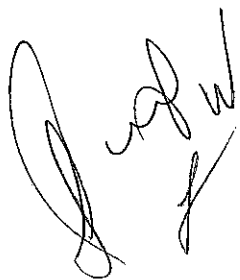
Nós, SGS do Brasil Ltda. confirmamos ter procedido no dia -- de --- de 2013 a execução do monitoramento em pauta e reportamos o que segue:

1. **Identificação das Bobinas:**
2. **Condição de armazenagem:**
3. **Local de Armazenagem:**
4. **Quantidade:**

"OS RESULTADOS AQUI REPORTADOS SÃO FINAIS NAS DATAS E LOCAIS DE NOSSAS INTERVENÇÕES."

São Paulo, -- de ---- de 2013.

**SGS DO BRASIL LTDA.**



INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE  
ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE BENS MÓVEIS EM GARANTIA

ANEXO III

MODELO DE ADITAMENTO

(•) ADITAMENTO AO  
INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE  
ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE BENS MÓVEIS EM GARANTIA

Celebram este "(•) Aditamento ao Instrumento Particular de Constituição de Alienação Fiduciária de Bens Móveis em Garantia" ("Aditamento"):

I. como outorgante da garantia fiduciária:

AÇO CEARENSE INDUSTRIAL LTDA., sociedade com sede na Cidade de Caucaia, Estado de Ceará, na Rodovia Antiga BR 222, km 19, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob o n.º 00.990.842/0001-38, neste ato representada nos termos de seu contrato social ("Outorgante");

II. como agente fiduciário, nomeado na Escritura de Emissão (conforme definido no Contrato (conforme definido abaixo)), representando os outorgados da garantia fiduciária, a comunhão dos titulares das Debêntures (conforme definido no Contrato) ("Debenturistas"):

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas 4200, bloco 4, sala 514, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Agente Fiduciário");

III. como fiel depositário dos Bens Móveis Alienados Fiduciariamente (conforme definido no Contrato) (nesta função, em conjunto com a Outorgante, "Fiéis Depositários"):

JOSÉ VILMAR FERREIRA, brasileiro, divorciado, empresário, portador da cédula de identidade n.º 495.890, expedida por Secretaria de Segurança Pública do Estado do Ceará, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o n.º 031.150.543-00, residente e domiciliado na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Rua Oswaldo Cruz 540/2100, apto. 2100;



IV. como credor:

BANCO BTG PACTUAL S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo 501, 5º, 6º e 7º andares, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 30.306.294/0001-45, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("BTG Pactual" e, em conjunto com os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, "Credores");

V. como monitorador dos Bens Móveis (conforme definido no Contrato):

SGS DO BRASIL LTDA., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas 11633, 4º andar, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.182.809/0001-30, neste ato representada nos termos de seu contrato social ("SGS"); e

VI. como devedora e interveniente anuente:

SIDERÚRGICA NORTE BRASIL S.A., sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de Marabá, Estado do Pará, na Rodovia PA 150, km 425, Distrito Industrial de Marabá, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.933.914/0001-54, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Companhia");

(Termos iniciados por letra maiúscula utilizados neste Aditamento que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no "Instrumento Particular de Constituição de Alienação Fiduciária de Bens Móveis em Garantia", celebrado em 5 de julho de 2013, entre a Outorgante, o Agente Fiduciário, os Fidei Depositários, a SGS, a Companhia e BTG Pactual (, conforme aditado em (•)) ("Contrato"), que é parte integrante, complementar e inseparável deste Aditamento.)

CONSIDERANDO que:

- (A) as partes celebraram o Contrato; e
- (B) em decorrência da obrigação prevista na Cláusula 3 do Contrato, as partes desejam substituir o Anexo I ao Contrato;

RESOLVEM celebrar este Aditamento, de acordo com os seguintes termos e condições:

1. ADITAMENTO

- 1.1 Tendo em vista o exposto nos Considerandos acima e em atendimento aos termos da Cláusula 3 do Contrato, as partes, por este ato, aditam o Anexo I ao Contrato, que passa a ter a redação do Anexo A a este Aditamento.
- 1.2 A Outorgante e a Companhia obrigam-se a, no prazo de até 20 (vinte) dias contados da data de assinatura deste Aditamento, comprovar aos Credores

que este Aditamento foi averbado nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos da [Comarca da Cidade de Marabá, Estado do Pará, da Comarca da Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, da Comarca da Cidade de Caucaia, Estado do Ceará, da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo].

2. DECLARAÇÕES

- 2.1 A Outorgante e a Companhia reiteram, neste ato, todas as declarações prestadas nos termos do Contrato e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas.

3. RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS

- 3.1 Ficam ratificadas todas as Cláusulas do Contrato não alteradas por este Aditamento.

4. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 4.1 Os documentos anexos a este Aditamento constituem parte integrante e complementar deste Aditamento.
- 4.2 Este Aditamento constitui parte integrante e complementar dos Documentos das Obrigações Garantidas, cujos termos e condições as partes declaram conhecer e aceitar.
- 4.3 As obrigações assumidas neste Aditamento têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus eventuais sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.
- 4.4 Qualquer alteração dos termos e condições deste Aditamento somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as partes.
- 4.5 A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas deste Aditamento não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidade ou nulidade de qualquer cláusula deste Aditamento, as partes se obrigam a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, neste Aditamento, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

4.6 Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as partes será sempre considerado mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.

5. ARBITRAGEM E FORO

5.1 Aplicam-se a este Aditamento as mesmas disposições sobre arbitragem e foro previstas no Contrato.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam este Aditamento em (•) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

[Rio de Janeiro], (data).

(As assinaturas seguem nas (•) páginas seguintes).

(Restante desta página intencionalmente deixado em branco.)

(Inserir assinaturas.)

(Inserir Anexo A.)

Handwritten signatures in black ink, appearing to be two distinct signatures, one larger and more stylized than the other.

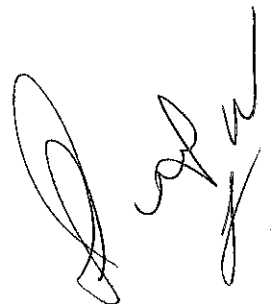
INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE  
ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE BENS MÓVEIS EM GARANTIA

ANEXO IV

CONTRATO DE SWAP

(Segue na página seguinte).

(Restante desta página intencionalmente deixada em branco).

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized initial 'D' followed by a series of loops and a final vertical stroke.

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TROCA DE PARÂMETROS – SW2414/13**

**BANCO BTG PACTUAL S.A.**, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, 501, 5º e 6º andares, inscrito no CNPJ sob o nº 30.306.294/0001-45, por seus representantes legais abaixo assinados, doravante designado BANCO;

**SIDERÚRGICA NORTE BRASIL S.A.**, sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de Marabá, Estado do Pará, na Rodovia PA 150, km 425, Distrito Industrial de Marabá, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob o nº 07.933.914/0001-54, por seus representantes legais abaixo assinados, doravante designado simplesmente CLIENTE;

Na qualidade de garantidores,

**AÇO CEARENSE COMERCIAL LTDA.**, sociedade com sede na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Rua Antônio Pompeu 1900, inscrita no CNPJ sob o nº 07.557.333/0001-65, neste ato representada nos termos de seu contrato social ("Aço Cearense Comercial");

**AÇO CEARENSE INDUSTRIAL LTDA.**, sociedade com sede na Cidade de Caucaia, Estado do Ceará, na Rodovia Antiga BR 222, km 19, inscrita no CNPJ sob o nº 00.990.842/0001-38, neste ato representada nos termos de seu contrato social ("Aço Cearense Industrial");

**WMA PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade com sede na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Rua Meton de Alencar 1807, sala 2, inscrita no CNPJ sob o nº 07.867.417/0001-03, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("WMA", e, em conjunto com a Aço Cearense Comercial e a Aço Cearense Industrial, "Fiadores Pessoas Jurídicas");

**JOSÉ VILMAR FERREIRA**, brasileiro, divorciado, empresário, portador da cédula de identidade nº 495.890, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Ceará ("SSP/CE"), inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº 031.150.543-00, residente e domiciliado na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Rua Oswaldo Cruz 540/2100, apto. 2100;

**WANDER JEAN MATOS FERREIRA**, brasileiro, casado em regime de separação total de bens, empresário, portador da cédula de identidade nº 92.002.325.626, expedida pela SSP/CE, inscrito no CPF/MF sob o nº 734.453.393-68, residente e domiciliado na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Avenida Beira Mar 3500/600;

**ROSE MARIE MATOS FERREIRA**, brasileira, solteira, empresária, portadora da cédula de identidade nº 93.002.002.019, expedida pela SSP/CE, inscrita no CPF/MF sob o nº 767.239.843-15, residente e domiciliada na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Avenida Beira Mar 3500/600; e

**ROSE ALINE FERREIRA DE FREITAS GUIMARÃES**, brasileira, casada em regime de separação total de bens, empresária, portadora da cédula de identidade nº 93.002.002.027, expedida pela SSP/CE, inscrita no CPF/MF sob o nº 622.484.803-34, residente e domiciliada na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Avenida Beira Mar 2100/2201;

CONSIDERANDO QUE o CLIENTE e o BANCO contrataram, nesta data, contrato de swap de fluxo de caixa de acordo com o sistema SWFC administrado pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP");

CONSIDERANDO QUE o BANCO, na qualidade de "Membro de Mercado", registrou a operação objeto do presente contrato, na conta denominada "Cliente", junto à CETIP, em conformidade com o Regulamento e demais normas expedidos pela mesma;

CONSIDERANDO que o CLIENTE e os GARANTIDORES firmaram com a PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS o INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA SEGUNDA EMISSÃO DE SIDERÚRGICA NORTE BRASIL S.A. ("ESCRITURA DE EMISSÃO"), cujas garantias, mencionadas na cláusula 11 abaixo, serão compartilhadas com o presente instrumento;

Resolvem as partes celebrar o presente INSTRUMENTO PARTICULAR DE TROCA DE PARÂMETROS (SWAP), o qual se regerá pelas seguintes cláusulas e condições, que as partes mutuamente aceitam e concordam, bem como pelas regras atinentes a esta operação, especialmente aquelas determinadas pelo Regulamento expedido pela CETIP e pela legislação regulamentar aplicável:

### 1. DADOS DA OPERAÇÃO

Para os efeitos do presente Instrumento, as partes assumem obrigações recíprocas de pagamento da variação positiva dos parâmetros de atualização, de acordo com o registro realizado junto à CETIP, com as seguintes características:

1.1. Número da Operação na CETIP: 13G00030148

1.2. Datas de Troca de Fluxo e Amortização de Principal:

Parcela	Data Fim	Amortização	Evento
1	12/08/2013	0,00	JUROS
2	10/09/2013	0,00	JUROS
3	10/10/2013	0,00	JUROS
4	11/11/2013	0,00	JUROS
5	10/12/2013	0,00	JUROS
6	10/01/2014	0,00	JUROS
7	10/02/2014	0,00	JUROS
8	10/03/2014	0,00	JUROS
9	10/04/2014	0,00	JUROS
10	12/05/2014	0,00	JUROS
11	10/06/2014	0,00	JUROS
12	10/07/2014	0,00	JUROS
13	11/08/2014	0,00	JUROS
14	10/09/2014	0,00	JUROS
15	10/10/2014	0,00	JUROS
16	10/11/2014	0,00	JUROS
17	10/12/2014	0,00	JUROS
18	12/01/2015	0,00	JUROS
19	10/02/2015	0,00	JUROS
20	10/03/2015	0,00	JUROS
21	10/04/2015	0,00	JUROS



22	11/05/2015	0,00	JUROS
23	10/06/2015	0,00	JUROS
24	10/07/2015	0,00	JUROS
25	10/08/2015	2.777.777,78	JUROS + PRINC
26	10/09/2015	2.777.777,78	JUROS + PRINC
27	13/10/2015	2.777.777,78	JUROS + PRINC
28	10/11/2015	2.777.777,78	JUROS + PRINC
29	10/12/2015	2.777.777,78	JUROS + PRINC
30	11/01/2016	2.777.777,78	JUROS + PRINC
31	10/02/2016	2.777.777,78	JUROS + PRINC
32	10/03/2016	2.777.777,78	JUROS + PRINC
33	11/04/2016	2.777.777,78	JUROS + PRINC
34	10/05/2016	2.777.777,78	JUROS + PRINC
35	10/06/2016	2.777.777,78	JUROS + PRINC
36	11/07/2016	2.777.777,78	JUROS + PRINC
37	10/08/2016	2.777.777,78	JUROS + PRINC
38	12/09/2016	2.777.777,78	JUROS + PRINC
39	10/10/2016	2.777.777,78	JUROS + PRINC
40	10/11/2016	2.777.777,78	JUROS + PRINC
41	12/12/2016	2.777.777,78	JUROS + PRINC
42	10/01/2017	2.777.777,78	JUROS + PRINC
43	10/02/2017	2.777.777,78	JUROS + PRINC
44	10/03/2017	2.777.777,78	JUROS + PRINC
45	10/04/2017	2.777.777,78	JUROS + PRINC
46	10/05/2017	2.777.777,78	JUROS + PRINC
47	12/06/2017	2.777.777,78	JUROS + PRINC
48	10/07/2017	2.777.777,78	JUROS + PRINC
49	10/08/2017	2.777.777,78	JUROS + PRINC
50	11/09/2017	2.777.777,78	JUROS + PRINC
51	10/10/2017	2.777.777,78	JUROS + PRINC
52	10/11/2017	2.777.777,78	JUROS + PRINC
53	11/12/2017	2.777.777,78	JUROS + PRINC
54	10/01/2018	2.777.777,78	JUROS + PRINC
55	14/02/2018	2.777.777,78	JUROS + PRINC
56	12/03/2018	2.777.777,78	JUROS + PRINC
57	10/04/2018	2.777.777,78	JUROS + PRINC
58	10/05/2018	2.777.777,78	JUROS + PRINC
59	11/06/2018	2.777.777,78	JUROS + PRINC
60	10/07/2018	2.777.777,78	JUROS + PRINC

1.3. Data de Início: 10/07/2013

1.4. Data de Vencimento: 10/07/2018

1.5. Parâmetros de atualização para cada parte:

1.5.1. Passivo CLIENTE: USD + 6.95% a.a. Base 360

Cotação Inicial: R\$2,2562.

Cotação Final: PTAX Venda referente ao dia anterior a cada Data de Troca de Fluxo.

PTXV: Taxa de câmbio de Compra ou Venda, conforme indicado, divulgada pelo Sistema de Informações do Banco Central – SISBACEN, através da Transação PTAX 800, Opção 5, código 220, tipo A. Caso essa taxa não seja divulgada, será utilizada a taxa de câmbio indicada pelo BANCO.

USD: Dólar dos Estados Unidos.

Forma de cálculo: metodologia adotada pela CETIP, disponível em: [www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br), opção: "Comunicados e Documentos" > "Caderno de Fórmulas" > "SWFC – Contratos de Swap Fluxo de Caixa" > "Parâmetro: US\$ Comercial (com tratamento linear)", ou outra que venha a ser definida pela CETIP para substituí-la.

1.5.2. Passivo BANCO: 135% do CDI a.a. Base 252

DI: taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>).

Forma de cálculo: metodologia adotada pela CETIP, disponível em: [www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br), opção: "Comunicados e Documentos" > "Caderno de Fórmulas" > "SWFC – Contratos de Swap Fluxo de Caixa" > "Parâmetro: DI", ou outra que venha a ser definida pela CETIP para substituí-la.

1.6. Valor Base Inicial: R\$ 100.000.000,00.

2. Por força da presente contratação, as partes convencionam o seguinte, no que se refere à sua liquidação:

a) o CLIENTE responsabiliza-se pelo valor base montante do contrato acrescido, em cada Data de Troca de Fluxo, do parâmetro de atualização definido no item 1.5.2, valor este doravante referido por VALOR GARANTIDO PELO CLIENTE;

b) o BANCO responsabiliza-se pelo valor base montante do contrato acrescido, em cada Data de Troca de Fluxo, do parâmetro de atualização definido no item 1.5.1, valor este doravante referido por VALOR GARANTIDO PELO BANCO.

3. Os valores referidos nas letras "a" e "b" do item 2 acima serão calculados de acordo com as regras determinadas pela CETIP. Na ocorrência de impossibilidade de divulgação dos parâmetros de atualização determinados nos itens 1.5.1 e 1.5.2, as partes ajustarão os valores, mediante mútuo acordo e de acordo com as determinações legais.

4. O pagamento do diferencial previsto nas alíneas "a" e "b" do item 2 supra será efetuado, pelo BANCO ou pelo CLIENTE, conforme o caso, em cada Data de Troca de Fluxo estabelecida no item 1.2 deste instrumento, sendo certo que:
  - a) caso o VALOR GARANTIDO PELO BANCO venha a exceder o VALOR GARANTIDO PELO CLIENTE, o BANCO deverá pagar ao CLIENTE a importância correspondente à diferença resultante da compensação entre os dois valores;
  - b) de outra parte, caso o VALOR GARANTIDO PELO CLIENTE venha a exceder o VALOR GARANTIDO PELO BANCO, o CLIENTE deverá pagar ao BANCO, a importância correspondente à diferença resultante da compensação entre os dois valores.
- 4.1. Fica ajustado, ainda, que, a parte credora do diferencial acima previsto poderá, na data de vencimento, efetivar a compensação do seu crédito decorrente do presente ajuste, com quaisquer créditos que a parte devedora tenha em relação à parte que vier a se tornar credora em decorrência do presente ajuste. Tal compensação deverá ser procedida levando-se em consideração o valor líquido dos respectivos créditos utilizados na compensação.
5. Em caso de atraso no pagamento de qualquer importância devida com base neste contrato, os pagamentos em atraso serão atualizados pela variação da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros denominada "Taxa DI over extra-grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página da Internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescidos de multa não compensatória de 2% (dois por cento) além de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.
6. Caso a parte credora seja obrigada a recorrer a procedimentos judiciais para receber seu crédito, a devedora responderá ainda pelas custas e despesas processuais e honorários advocatícios incorridos pela credora.
7. A não exigência imediata, por qualquer das partes, em relação ao cumprimento de qualquer dos compromissos recíprocos aqui avençados, constituir-se-á em mera liberalidade da parte que assim proceder, não podendo de forma alguma ser caracterizada como novação ou precedente invocável pela outra parte.
8. O presente Instrumento poderá ser considerado antecipadamente vencido, independentemente de aviso ou notificação, nas hipóteses previstas abaixo, sem prejuízo de outras hipóteses de vencimento antecipado previstas em lei (cada evento, um "Evento de Inadimplemento").
  - a) O descumprimento ou não observância, por parte do CLIENTE ou de qualquer dos Garantidores de qualquer termo, avença, acordo ou obrigação estipulados neste Contrato e que deva ser cumprido ou observado;
  - b) caso o CLIENTE ou qualquer dos Garantidores seja negativado em quaisquer cadastros dos órgãos de proteção ao crédito, como SPC e SERASA, Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo - CCF ou Sistema de Informações de Crédito do Banco Central;
  - c) protesto de títulos em nome do CLIENTE ou de qualquer dos Garantidores referentes a dívidas que, conjuntamente, somem, no individual ou no agregado, valor igual ou superior a R\$20.000.000,00;
  - d) caso o CLIENTE, qualquer dos Garantidores, ou qualquer de seus respectivos controladores, ajuíze pedido de recuperação judicial, tenha a falência ou insolvência civil requerida ou, por qualquer motivo encerre suas atividades;



- e) caso o CLIENTE sofra demanda judicial ou administrativa de valor, individual ou no agregado, superior a R\$20.000.000,00 que, a critério do BANCO, possa colocar em risco a(s) garantia(s) constituída(s) e/ou o cumprimento de obrigações assumidas neste instrumento;
  - f) fornecimento ao BANCO pelo CLIENTE ou por qualquer dos Garantidores, diretamente ou através de prepostos ou mandatários, de informações incompletas, falsas ou alteradas, inclusive através de documento público ou particular de qualquer natureza;
  - g) omissão de informações pelo CLIENTE ou por qualquer dos Garantidores, diretamente ou através de prepostos ou mandatários, que, se fossem do conhecimento do BANCO, poderiam alterar o julgamento a respeito da celebração deste instrumento;
  - h) (i) inadimplência do CLIENTE, controlada direta ou indireta (ainda que na qualidade de garantidoras), controlador, empresa ou parte relacionada, em qualquer outra operação, de qualquer natureza, que tenha o BANCO ou parte relacionada como contraparte, ou (ii) se o CLIENTE ou qualquer controlada direta ou indireta (ainda que na qualidade de garantidoras), controlador, empresa ou parte relacionada incorrer em mora ou tornar-se inadimplente em outra operação que tenha terceiros como contraparte;
  - i) caso o(s) bem(ns) dado(s) em garantia seja(m) retirado(s) do(s) local(is) acordado(s) entre as Parte(s), desviado(s), onerado(s), e/ou gravado(s), no todo ou em parte, sem prévia autorização do BANCO, se aplicável;
  - j) caso o CLIENTE, qualquer dos Garantidores ou qualquer de seus controladores, sofra alterações estruturais, tais como redução do capital social ou alteração do controle acionário, que, no entendimento do BANCO, possam levar ao descumprimento de obrigações previstas neste instrumento;
  - k) início de processo de dissolução e/ou liquidação do CLIENTE ou de qualquer dos Garantidores;
  - l) não pagamento do ajuste pelo CLIENTE ou por qualquer dos Garantidores quando devido;
  - m) ocorrência de qualquer evento que, de acordo com a opinião do BANCO, possa gerar efeito material adverso na situação financeira do CLIENTE e/ou na sua capacidade de honrar as obrigações assumidas neste Contrato;
  - n) qualquer caso previsto em lei, sem prejuízo da reparação de perdas e danos, inclusive de ordem moral, que o Cliente ou o qualquer dos GARANTIDORES vierem a causar ao BANCO;
  - o) caso ocorram eventos extraordinários de natureza política, econômica ou financeira, no Brasil ou no exterior, tais como, mas não limitados a, guerras, atentados terroristas, moratórias, dentre outros, que possam influenciar de forma relevante as condições do mercado e das taxas de juros;
  - p) declaração, a qualquer tempo durante a vigência das obrigações contraídas no âmbito do presente instrumento, do vencimento antecipado das obrigações das Debêntures, de acordo com as disposições da Escritura de Emissão; ou
  - q) não constituição (i) da Cessão Fiduciária, nos termos e prazos previstos na Cláusula 11.3 abaixo; e/ou (ii) da Alienação Fiduciária, nos termos e prazos previstos na Cláusula 11.4 abaixo.
9. Todos os avisos e notificações decorrentes do presente Instrumento deverão ser feitos por escrito, e somente terão validade se enviados através de carta protocolada ou registrada, com aviso de recebimento, por telex, ou por notificação judicial ou extrajudicial, entregues na sede das partes contratantes, indicadas no preâmbulo, ou em qualquer outro local que uma das partes possa ter indicado à outra, por escrito.
10. O CLIENTE, o BANCO declaram para todos os fins e efeitos legais que estão cientes de todos os riscos inerentes à transação ora contratada, bem como do risco de variação das paridades garantidas por ambas as partes contratantes e que conhecem os termos e condições contidas nesse instrumento e nas normas da CETIP, e, finalmente, declaram que, em nenhum momento, imputarão, reciprocamente, responsabilidade por quaisquer eventuais perdas que venham a incorrer em virtude das obrigações contidas neste contrato.



## 11. GARANTIAS

11.1 Assinam o presente instrumento, na qualidade de fiadores e principais pagadores de todas as obrigações assumidas pelo CLIENTE, neste instrumento e em todos os negócios jurídicos decorrente dele, os Garantidores ("Fiança").

11.2 Os Garantidores, neste ato, renunciam expressamente aos benefícios previstos nos artigos 366, 821, 827, 828, 829, 830, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil Brasileiro e nos artigos 77 e 595 do Código de Processo Civil Brasileiro.

11.3. *Cessão Fiduciária.* Em garantia do integral e pontual cumprimento das obrigações, pecuniárias ou não, principais e acessórias, decorrentes (i) das Debêntures e da Escritura de Emissão; e (ii) de quaisquer obrigações da Companhia decorrentes deste Contrato, deverá ser constituída no prazo de até 30 (trinta) dias contados da Data de Emissão, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, e do BTGPactual, cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Companhia e da Aço Cearense Industrial ("Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente"), conforme previsto no "Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia", celebrado nesta data, entre a Companhia, a Aço Cearense Industrial, o Agente Fiduciário, BTGPactual e Itaú Unibanco S.A. (tal contrato e seus eventuais aditamentos, "Contrato de Cessão Fiduciária") ("Cessão Fiduciária").

11.4. *Alienação Fiduciária.* Em garantia do integral e pontual cumprimento das obrigações, pecuniárias ou não, principais e acessórias, decorrentes (i) das Debêntures e da Escritura de Emissão; e (ii) de quaisquer obrigações da Companhia decorrentes deste Contrato, deverá ser constituída no prazo de até 30 (trinta) dias contados da Data de Emissão, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, e do BTGPactual, alienação fiduciária de bens móveis de titularidade da Aço Cearense Industrial ("Bens Móveis Alienados Fiduciariamente"), conforme previsto no Contrato de Alienação Fiduciária ("Alienação Fiduciária", e, em conjunto com a Fiança e a Cessão Fiduciária, "Garantias").

11.5 Todas e quaisquer Garantias prestadas no âmbito da Escritura de Emissão e respectivos instrumentos de Garantia serão constituídas e formalizadas de forma a: (i) também assegurar o pontual e integral pagamento de todas as obrigações do CLIENTE e dos Garantidores previstas neste instrumento, devendo as mesmas garantir, proporcionalmente, o saldo devedor das Debêntures e das obrigações oriundas do presente Instrumento, não havendo preferência sobre as Garantias em nenhuma das operações; e (ii) permanecerem em vigor enquanto perdurarem as obrigações do CLIENTE previstas neste instrumento, ainda que todos os pagamentos decorrentes da Escritura de Debêntures tenham sido adimplidos.

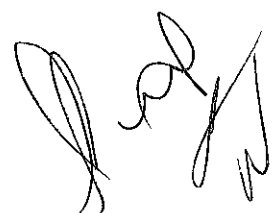
## 12. DISCRICIONARIEDADE

Em adição às declarações feitas neste instrumento, as Partes e os Garantidores, declaram individualmente:

a) Que estão agindo por conta própria, tendo tomado de forma independente a decisão quanto a realizar a presente operação de derivativo ("Operação de Derivativo"), bem como quanto à adequação e conveniência da mesma, com base em critérios próprios e, na medida em que cada uma considerou necessária, na opinião de seus próprios consultores;

b) Que não estão se baseando em qualquer comunicação (escrita ou verbal) da outra parte, ou de qualquer pessoa agindo em seu nome, como forma de orientação para investimento ou recomendação para participar da presente operação, ficando entendido que as informações e explicações relativas aos termos e condições desta ou de qualquer outra Operação de Derivativo, não deverão ser consideradas como orientação de investimento, nem como recomendação de participação;


- c) Que nenhuma comunicação (escrita ou verbal), recebida de uma Parte, ou de qualquer pessoa agindo em seu nome, pela outra, será considerada como seguro ou garantia quanto à expectativa dos resultados previstos da Operação de Derivativos;
- d) Que têm conhecimento e experiência dentro do mercado de derivativos, suficientes para entender a estrutura da Operação de Derivativos;
- e) Que estão cientes dos riscos inerentes às Operações de Derivativos e têm plena capacidade financeira para assumir as obrigações que venham a ser exigíveis em decorrência das Operações contratadas, mesmo nos piores cenários econômicos, bem como capacidade técnica e operacional para cumprir todas as obrigações estabelecidas neste instrumento;
- f) Que tiveram a oportunidade de discutir absolutamente todos os termos deste instrumento, incluindo, mas não se limitando, a forma de resolução de conflitos e os critérios de cálculo, assumindo total responsabilidade pelos mesmos;
- g) Que tiveram prévio acesso a todas as informações que julgavam necessárias à sua decisão independente da celebração deste instrumento;
- h) Que cada Operação de Derivativos tem para o CLIENTE o intuito de investimento ou proteção contra riscos financeiros a que esteja exposta, decorrentes de disparidades de taxas, índices ou preços, que referenciam seus direitos e/ou obrigações, de acordo com as normas aplicáveis e com as suas políticas internas relativas à condução de seus negócios;
- i) Que uma Parte não está agindo como agente fiduciário da outra Parte ou como sua assessora em relação a essa Operação de Derivativo;
- j) Que estão plenamente cientes de que todas e quaisquer obrigações pecuniárias decorrentes da celebração de Operações de Derivativos, por suas próprias naturezas, estão sujeitas a efeitos decorrentes de fatores econômicos e/ou políticos, entre outros, que podem levar a oscilações bruscas nas cotações entre moedas estrangeiras e a moeda corrente nacional, nos índices de preços, nos índices inflacionários, nas taxas de juros, entre outros e que podem produzir alterações relevantes nas obrigações pecuniárias assumidas. Diante disso, as Partes reconhecem desde já, serem tais circunstâncias próprias e inerentes a Operações de Derivativos, sendo, pois, referidas oscilações e alterações previsíveis e até esperadas para todos os fins e efeitos;
- k) Que, diante da possibilidade de ocorrência das oscilações e variações mencionadas na alínea anterior, as Partes reconhecem sua plena ciência de que o eventual aumento abrupto e significativo do valor das obrigações assumidas não poderá ser tipificado como espécie de onerosidade excessiva para o fim de escusá-las do cumprimento de suas obrigações;
- l) Que buscaram aconselhamento de seus próprios consultores fiscais, jurídicos e contábeis, no intuito de tomarem uma decisão independente sobre a contratação da presente Operação de Derivativo; e
- m) Que a presente Operação de Derivativo poderá sujeitar-se a tributação específica, de exclusiva responsabilidade do contribuinte definido na legislação e na regulamentação aplicáveis, notadamente no que se refere ao Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), nos termos do Decreto 6.306/07, conforme alterado, estando o CLIENTE plenamente ciente que tal incidência pode ter efeito negativo sobre o resultado da presente Operação de Derivativo.



13. Os tributos incidentes sobre este contrato correrão por conta do contribuinte, como tal definido na norma tributária vigente. O BANCO, quando fonte pagadora, descontará dos montantes por ele devidos os tributos que tiver obrigação, por força de lei, de reter e recolher.
14. Os procedimentos a serem observados pelas Partes para a contratação de uma Operação de Derivativo são os seguintes: as Partes ajustarão de forma expressa ou verbal, por meio de telefonema gravado eletronicamente ou por meio de fita magnética, ou por mensagem eletrônica - e-mail, a modalidade e os termos e condições de uma Operação de Derivativo, registros esses que servirão de meio de prova das contratações realizadas.

## 15. ARBITRAGEM E FORO

- 15.1 Observado o disposto na Cláusula 15.7 abaixo, as partes desde já convencionam que qualquer disputa, controvérsia ou demanda oriunda, ou relacionada a este Contrato e/ou aos Contratos de Garantia, incluindo embargos de devedor à execução por quantia certa decorrente das obrigações previstas neste Contrato e/ou nos Contratos de Garantia, que serão substituídos pela arbitragem ("Controvérsia"), será obrigatória, exclusiva e definitivamente resolvida por meio de arbitragem.
- 15.2 A arbitragem será instituída e processada de acordo com o Regulamento do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("Regulamento"), por tribunal arbitral composto por três árbitros, indicados de acordo com o Regulamento ("Tribunal Arbitral"). A administração e o correto desenvolvimento do procedimento arbitral caberão ao Tribunal Arbitral. O procedimento arbitral terá (i) lugar na Cidade de São Paulo, local onde deverá ser proferida a sentença arbitral; (ii) como idioma oficial o Português; e (iii) como lei aplicável a da República Federativa do Brasil. O Tribunal Arbitral deverá aplicar primeiramente as disposições deste Contrato e/ou dos Contratos de Garantia e, na omissão, o disposto na legislação brasileira. Ressalta-se que no caso de conflito entre as normas prevalecerá o previsto neste Contrato e/ou nos Contratos de Garantia.
- 15.3 A parte interessada notificará a Câmara de Comércio Brasil-Canadá sobre sua intenção de começar a arbitragem, conforme o Regulamento.
- 15.4 A recusa, por qualquer parte, em celebrar termos de referência ou compromisso de arbitragem não impedirá que a arbitragem se desenvolva e se conclua validamente, ainda que à revelia, e que a sentença arbitral assim proferida seja plenamente vinculante e eficaz às partes.
- 15.5 Nenhum recurso caberá contra a sentença arbitral, a qual terá, para as partes, o valor de decisão final e irrecorrível.
- 15.6 As partes poderão requerer ao Poder Judiciário medidas cautelares urgentes que não possam ser obtidas em tempo na arbitragem, sem prejuízo do julgamento do mérito pelo Tribunal Arbitral e não pelo Poder Judiciário. Quando a lei exigir que o autor da ação cautelar ajuíze ação principal ou equivalente, entender-se-á como tal a instituição da própria arbitragem. Em qualquer hipótese, o processo judicial se extinguirá sem resolução de mérito tanto que o Tribunal Arbitral conceda, confirme, altere ou revogue a medida cautelar. As partes reconhecem que a necessidade de buscar qualquer medida cautelar no Poder Judiciário não é incompatível com esta cláusula compromissória, nem constitui renúncia à execução da cláusula compromissória ou sujeição das partes à arbitragem.
- 15.7 O disposto nesta Cláusula 15 não exclui o direito do BTG Pactual de iniciar a execução das obrigações líquidas, certas e exigíveis decorrentes deste Contrato e/ou dos Contratos de Garantia perante o Poder Judiciário, caso em que fica eleito o foro da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.





16. Fica desde já acordado que o BANCO atuará como agente de aceleração neste contrato ("Agente de Aceleração"), sendo reservado a este o direito de acelerar o SWAP caso ocorra algum dos Eventos de Inadimplemento, durante sua vigência, sem necessidade de anuência do CLIENTE para tanto, seja contratualmente seja junto à CETIP, com referida aceleração.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam o presente em 9 (nove) vias, juntamente com duas testemunhas abaixo qualificadas.

Rio de Janeiro, 8 de julho de 2013.

(As assinaturas seguem nas 3 (três) páginas seguintes.)

(Restante desta página intencionalmente deixado em branco.)





INSTRUMENTO PARTICULAR DE TROCA DE PARÂMETROS – SW2414/13 celebrado entre Siderúrgica Norte Brasil S.A., Banco BTG Pactual S.A., Aço Cearense Comercial Ltda., Aço Cearense Industrial Ltda., WMA Participações S.A., José Vilmar Ferreira, Wander Jean Matos Ferreira, Rose Marie Matos Ferreira e Rose Aline Ferreira de Freitas Guimarães – Página de Assinaturas 1/3

---

BANCO BTG PACTUAL S.A.

A handwritten signature in black ink, appearing to be a stylized representation of the name "José Vilmar Ferreira".



INSTRUMENTO PARTICULAR DE TROCA DE PARÂMETROS – SW2414/13 celebrado entre Siderúrgica Norte Brasil S.A., Banco BTG Pactual S.A., Aço Cearense Comercial Ltda., Aço Cearense Industrial Ltda., WMA Participações S.A., José Vilmar Ferreira, Wander Jean Matos Ferreira, Rose Marie Matos Ferreira e Rose Aline Ferreira de Freitas Guimarães – Página de Assinaturas 2/3

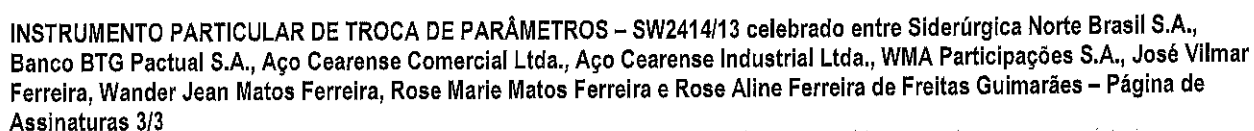
\_\_\_\_\_  
SIDERÚRGICA NORTE BRASIL S.A.

\_\_\_\_\_  
ACO CEARENSE COMERCIAL LTDA.

\_\_\_\_\_  
AÇO CEARENSE INDUSTRIAL LTDA.

\_\_\_\_\_  
WMA PARTICIPAÇÕES S.A.

\_\_\_\_\_  
JOSÉ VILMAR FERREIRA



ROSE MARIE MATOS FERREIRA


Testemunhas:

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE EMISSÃO PÚBLICA DE  
DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA SEGUNDA EMISSÃO DE  
SIDERÚRGICA NORTE BRASIL S.A.

ANEXO II

(A minuta do Contrato de Cessão Fiduciária segue nas páginas seguintes)

(Restante desta página intencionalmente deixada em branco)

Handwritten signatures in black ink, located in the bottom right corner of the page. There are two distinct signatures, one appearing to be a stylized 'S' and the other a more complex cursive mark.

200

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE  
CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS EM GARANTIA

Celebram este "Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia" ("Contrato");

I. como outorgantes da garantia fiduciária:

SIDERÚRGICA NORTE BRASIL S.A., sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de Marabá, Estado do Pará, na Rodovia PA 150, km 425, Distrito Industrial de Marabá, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob o n.º 07.933.914/0001-54, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Companhia"); e

AÇO CEARENSE INDUSTRIAL LTDA., sociedade com sede na Cidade de Caucaia, Estado de Ceará, na Rodovia Antiga BR 222, km 19, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.990.842/0001-38, neste ato representada nos termos de seu contrato social ("Aço Cearense Industrial", e, em conjunto com a Companhia, "Outorgantes");

II. como agente fiduciário, nomeado na Escritura de Emissão (conforme definido abaixo), representando os outorgados da garantia fiduciária, a comunhão dos titulares das Debêntures (conforme definido no Considerando (A) abaixo) ("Debenturistas");

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas 4200, bloco 4, sala 514, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Agente Fiduciário");

III. como credor:

BANCO BTG PACTUAL S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo 501, 5º, 6º e 7º andares, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 30.306.294/0001-45, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("BTG Pactual" e, em conjunto com os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, "Credores"); e

IV. como banco centralizador:

ITAÚ UNIBANCO S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100, Torre Olavo Setubal, inscrita no CNPJ sob o n.º 60.701.190/0001-04, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Banco Centralizador");

(Termos iniciados por letra maiúscula utilizados neste Contrato que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no (i) "Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações da Segunda Emissão de Siderúrgica Norte Brasil S.A.", celebrado em 5 de julho de 2013, entre a Companhia, o Agente Fiduciário, Aço Cearense Comercial Ltda., a Outorgante, WMA Participações S.A., José Vilmar Ferreira, Wander Jean Matos Ferreira, Rose Marie Matos Ferreira, Rose Aline Ferreira de Freitas Guimarães (em conjunto, "Fiadores"), e seus aditamentos ("Escritura de Emissão"); e/ou (ii) "Instrumento Particular de Troca de Parâmetros – Swap n.º SW2414/13", a ser celebrado em 8 de julho de 2013, entre a Companhia e o BTG Pactual ("Contrato de Swap").)

CONSIDERANDO que:

- (A) a Companhia, por meio da Escritura de Emissão, emitirá 1.000 (um mil) debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada, nos termos previstos na Escritura de Emissão, em espécie com garantia real, e, adicionalmente, garantidas pela fiança prestada pelos Fiadores, nos termos da Escritura de Emissão ("Fiança"), com valor nominal unitário de R\$200.000,00 (duzentos mil reais), na Data de Emissão (conforme definido na Cláusula 1.4 abaixo, inciso II), totalizando, portanto, R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), na Data de Emissão ("Debêntures");
- (B) o BTG Pactual e a Companhia celebrarão o Contrato de Swap;
- (C) as Outorgantes, no desempenho de suas atividades, fornecem a seus clientes produtos siderúrgicos, gerando, com o fornecimento de tais produtos, direitos de crédito contra tais clientes ("Direitos Creditórios"); e
- (D) em garantia do integral e pontual cumprimento das Obrigações Garantidas (conforme definido na Cláusula 1.1.1 abaixo), as Outorgantes, em caráter irrevogável e irretratável, deverão ceder fiduciariamente, em favor dos Credores, os Créditos Cedidos Fiduciariamente (conforme definido na Cláusula 1.1 abaixo, inciso II);

RESOLVEM celebrar este Contrato, de acordo com os seguintes termos e condições:

1. CONSTITUIÇÃO DA CESSÃO FIDUCIÁRIA

- 1.1 Em garantia do integral e pontual cumprimento das Obrigações Garantidas, as Outorgantes, por este Contrato e na melhor forma de direito, em caráter irrevogável e irretratável, de modo *pro-solvendo*, nos termos, no que for aplicável, do artigo 66-B, parágrafos 3º, 4º, 5º e 6º, da Lei n.º 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada, e do Decreto-Lei n.º 911, de

1º de outubro de 1969, conforme alterado, cedem fiduciariamente aos Credores ("Cessão Fiduciária"):

- I. observado o disposto na Cláusula 1.2 abaixo, inciso II, a totalidade dos Direitos Creditórios, presentes e futuros, de titularidade das Outorgantes contra os sacados descritos no Anexo I a este Contrato, incluindo os respectivos Documentos Representativos dos Créditos Cedidos Fiduciariamente (conforme definido na Cláusula 7.1 abaixo, inciso XI) ("Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente"); e
  - II. a totalidade dos créditos de titularidade das Outorgantes contra o Banco Centralizador pelos recursos recebidos e que vierem a ser recebidos por conta das Outorgantes em pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente mantidos em depósito (a) no caso da Companhia, na conta corrente de titularidade da Companhia n.º 91908-9, mantida na agência n.º 2001 do Banco Centralizador; e (b) no caso da Aço Cearense Industrial, na conta corrente de titularidade da Aço Cearense Industrial n.º 91909-7, mantida na agência n.º 2001 do Banco Centralizador (em conjunto, "Contas Vinculadas"), independentemente de onde se encontrarem, inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária ("Créditos Bancários Cedidos Fiduciariamente" e, em conjunto com os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, "Créditos Cedidos Fiduciariamente").
- 1.1.1 Para os fins deste Contrato, "Obrigações Garantidas" significam (i) as Obrigações Garantidas das Debêntures (conforme definido abaixo); (ii) as Obrigações Garantidas do Swap (conforme definido abaixo); (iii) as obrigações relativas a quaisquer outras obrigações de pagar assumidas pela Companhia e pelos Fiadores no âmbito de qualquer dos Documentos das Obrigações Garantidas (conforme definido na Cláusula 1.1.4 abaixo), incluindo obrigações de pagar despesas, custos, encargos, tributos, reembolsos ou indenizações; e (iv) as demais obrigações não pecuniárias assumidas pela Companhia e pelos Fiadores na Escritura de Emissão, no Contrato de Alienação Fiduciária (conforme definido na Escritura de Emissão e no Contrato de Swap), neste Contrato e no Contrato de Swap.
- 1.1.2 Para os fins deste Contrato, "Obrigações Garantidas das Debêntures" significam (i) as obrigações relativas ao pontual pagamento do Principal das Debêntures (conforme definido na Cláusula 1.5 abaixo, inciso I), da Remuneração (conforme definido na Cláusula 1.5 abaixo, inciso IV), do Prêmio (conforme definido na Cláusula 1.5 abaixo, inciso VI), dos Encargos Moratórios das Debêntures (conforme definido na Cláusula 1.5 abaixo, inciso VII) e dos demais encargos relativos às Debêntures subscritas e integralizadas e não resgatadas e à Escritura de Emissão quando devidos, seja



na Data de Vencimento das Debêntures (conforme definido na Cláusula 1.5 abaixo, inciso III) ou em virtude de resgate antecipado, de amortização antecipada ou de vencimento antecipado; e (ii) as obrigações de ressarcimento de toda e qualquer importância que os Debenturistas e/ou o Agente Fiduciário venham a desembolsar em virtude da constituição, manutenção e/ou realização da Fiança, da Cessão Fiduciária e/ou da Alienação Fiduciária.

- 1.1.3 Para os fins deste Contrato, "Obrigações Garantidas do Swap" significam as obrigações relativas ao pontual pagamento de quaisquer valores devidos no âmbito do Contrato de Swap, dos encargos moratórios previstos no Contrato de Swap e dos demais encargos relativos ao Contrato de Swap quando devidos, seja na data de vencimento do Contrato de Swap ou em virtude de vencimento antecipado.
- 1.1.4 Para os fins deste Contrato, "Documentos das Obrigações Garantidas" significam a Escritura de Emissão, o Contrato de Alienação Fiduciária, este Contrato e o Contrato de Swap.
- 1.2 Fica desde já certo e ajustado que:
- I. este Contrato entrará em vigor e será válido a partir da data de sua celebração; e
  - II. a Cessão Fiduciária somente passará a ser eficaz, nos termos do artigo 125 do Código Civil, independentemente de qualquer formalidade adicional, a partir da data de liberação do ônus constituído nos termos do (i) "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária em Garantia n.º 009/10" celebrado em 24 de fevereiro de 2010, entre a Companhia, o BTG Pactual, e o Sr. José Vilmar Ferreira; e (ii) "Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária em Garantia de Direitos Creditórios" celebrado em 28 de fevereiro de 2011, entre Siderúrgica Norte Brasil S.A., Aço Cearense Industrial Ltda., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e Itaú Unibanco S.A. ("Ônus Existente").
- 1.3 Observado o disposto na Cláusula 1.2 acima, inciso II, a Cessão Fiduciária permanecerá íntegra, válida, eficaz e em pleno vigor até o que ocorrer primeiro entre:
- I. com relação (a) às Obrigações Garantidas das Debêntures, até o integral cumprimento das Obrigações Garantidas das Debêntures; e (b) às Obrigações Garantidas do Swap, até que as Obrigações Garantidas do Swap sejam integralmente quitadas; ou
  - II. observado o disposto na Cláusula 6 abaixo, até que a Cessão Fiduciária seja totalmente executada, e os Credores tenham recebido

o produto da excussão da Cessão Fiduciária de forma definitiva e incontestável.

- 1.3.1 A liberação da Cessão Fiduciária, por meio de averbação nesse sentido nos cartórios de registro de títulos e documentos a que se refere a Cláusula 2.1 abaixo, inciso I, somente ocorrerá mediante o recebimento, pela Companhia, de autorização dada por escrito pelo BTG Pactual, com relação às Obrigações Garantidas do Swap, e pelo Agente Fiduciário, com relação às Obrigações Garantidas das Debêntures, a ser fornecida no prazo de até 30 (trinta) Dias Úteis contados da data em que ocorrer qualquer dos eventos previstos na Cláusula 1.3 acima.
- 1.4 Fica desde já certo e ajustado que qualquer pagamento realizado em relação às Obrigações Garantidas, inclusive em decorrência da excussão, nos termos da Cláusula 6 abaixo, será sempre realizado de forma proporcional ao saldo devedor das Obrigações Garantidas das Debêntures e ao saldo devedor das Obrigações Garantidas do Swap, devendo tal proporção ser calculada pelos Credores e informada ao Banco Centralizador mediante o envio de notificação nos termos da Cláusula 11 abaixo.
- 1.5 Para os fins da legislação aplicável, as principais características das Obrigações Garantidas das Debêntures são as seguintes:
- I. principal: 1.000 (um mil) Debêntures, com valor nominal unitário de R\$200.000,00 (duzentos mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal"), totalizando, portanto, R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), na Data de Emissão ("Principal das Debêntures");
  - II. data de emissão: 10 de julho de 2013 ("Data de Emissão");
  - III. data de vencimento: ressaltadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures, de amortização antecipada das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o prazo das Debêntures será de 5 (cinco) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 10 de julho de 2018 ("Data de Vencimento das Debêntures");
  - IV. taxa de juros: juros remuneratórios correspondentes ao percentual, de 135% (cento e trinta e cinco por cento) ou de 160% (cento e sessenta por cento), conforme os termos e condições previstos na Escritura de Emissão, da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP S.A. – Mercados Organizados, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por



dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento ("Remuneração");

V. forma de pagamento:

(a) principal (Valor Nominal): sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, de amortização antecipada das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o Valor Nominal de cada uma das Debêntures será amortizado em 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, na seguinte ordem:

(i) 35 (trinta e cinco) parcelas, cada uma no valor correspondente a 2,78% (dois inteiros e setenta e oito centésimos por cento) do Valor Nominal de cada uma das Debêntures, devidas no dia 10 (dez) de cada mês, sendo a primeira parcela deste inciso devida em 10 de agosto de 2015 e, a última, em 10 de julho de 2018; e

(ii) 1 (uma) parcela, no valor correspondente ao saldo devedor do Valor Nominal de cada uma das Debêntures, devida na Data de Vencimento;

(b) juros: sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, de amortização antecipada das Debêntures e/ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, a Remuneração será paga mensalmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 10 de agosto de 2013 e, o último, na Data de Vencimento;

VI. prêmio: em caso de resgate antecipado da totalidade das Debêntures em circulação, ou de amortizações antecipadas sobre o saldo devedor do Valor Nominal da totalidade das Debêntures em circulação, acréscimo de prêmio, incidente sobre o valor do resgate ou da amortização (que corresponde ao valor do saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento), conforme o caso, correspondente a 1,00% (um por cento) ao ano, calculado *pro rata temporis* pelo período compreendido entre a data do resgate ou da amortização, conforme o caso, e a Data de Vencimento ("Prêmio");



- VII. encargos moratórios: (a) multa moratória de 2% (dois por cento); e (b) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento ("Encargos Moratórios das Debêntures"); e
- VIII. local de pagamento: os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia e/ou por qualquer dos Fiadores, nos termos da Escritura de Emissão, serão realizados (a) pela Companhia, no que se refere a pagamentos referentes ao Valor Nominal, à Remuneração, ao Prêmio e aos Encargos Moratórios, e com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, por meio da CETIP; (b) pela Companhia, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, por meio do Escriturador ou em sua sede, conforme o caso; ou (c) pelos Fiadores, em qualquer caso, por meio do Escriturador ou em sua sede, conforme o caso.
- 1.6 Para os fins da legislação aplicável, as principais características das Obrigações Garantidas do Swap estão previstas no Contrato de Swap que consta como Anexo V a este Contrato.
2. APERFEIÇOAMENTO DA CESSÃO FIDUCIÁRIA
- 2.1 Como parte do processo de aperfeiçoamento da Cessão Fiduciária, as Outorgantes obrigam-se a, às expensas da Companhia e dos Fiadores:
- I. no prazo de até 20 (vinte) dias contados da data de celebração deste Contrato ou contados da data de celebração de qualquer aditamento a este Contrato, comprovar aos Credores que este Contrato e qualquer aditamento a este Contrato foi registrado ou averbado, conforme o caso, nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos da Comarca da Cidade de Marabá, Estado do Pará, da Comarca da Cidade de Caucaia, Estado do Ceará, da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; e
- II. no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da data de celebração deste Contrato ou contados da data de celebração de qualquer aditamento a este Contrato, apresentar aos Credores e ao Banco Centralizador comprovação de que os sacados dos Créditos Cedidos Fiduciariamente receberam a notificação nos termos do Anexo II a este Contrato, sendo que a notificação será enviada a cada um dos clientes devedores no Anexo I a este Contrato uma única vez, por ocasião da inclusão dos respectivos clientes devedores no Anexo I a este Contrato.



3. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

3.1 O Banco Centralizador obriga-se a verificar, para os fins da Cláusula 4 abaixo, se os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente atendem, cumulativamente, aos seguintes critérios de elegibilidade (em conjunto, "Crítérios de Elegibilidade"):

- I. observado o disposto na Cláusula 3.2 abaixo, estejam devidamente representados por notas fiscais e/ou faturas emitidas pelas Outorgantes contra seus respectivos sacados e entregues para cobrança ou passíveis de serem entregues para cobrança;
- II. observado o disposto na Cláusula 3.2 abaixo, ser decorrentes da comercialização de bobinas, laminados longos de aço; relaminados, trefilados e perfilados de aço; semi-acabados de aço; ferro-gusa, chapas de aço, barras mecânicas, chatas, quadradas, cantoneiras, perfis, ferros para construção e outros derivados do aço produzidos e fornecidos pelas Outorgantes no desempenho regular de suas atividades, efetivamente entregues e aceitos pelos sacados;
- III. observado o disposto na Cláusula 3.2 abaixo, estejam livres e desembaraçados de todo e qualquer Ônus (assim definido como hipoteca, penhor, alienação fiduciária, cessão fiduciária, usufruto, fideicomisso, promessa de venda, opção de compra, direito de preferência, encargo, gravame ou ônus, judicial ou extrajudicial, voluntário ou involuntário, incluindo arresto, sequestro ou penhora, ou outro ato que tenha o efeito prático similar a qualquer das expressões acima ("Ônus")) ou condição de qualquer natureza que possa obstar ou inviabilizar o pleno exercício dos direitos e prerrogativas previstos neste Contrato;
- IV. observado o disposto na Cláusula 3.2 abaixo, não tenham sido contestados pelos seus respectivos sacados, por via judicial ou extrajudicial, e não sejam objeto de depósito judicial, nem decorrentes de vendas rescindidas ou canceladas;
- V. tenham data de vencimento que obrigatoriamente não ultrapasse 120 (cento e vinte) dias, contados da data em que passarem a fazer parte da Cessão Fiduciária;
- VI. não estejam vencidos;
- VII. sejam devidos por pessoas jurídicas que, cumulativamente, (a) não sejam pessoas jurídicas do setor público; (b) não tenham vínculo societário, direto ou indireto, com as Outorgantes; e (c) não tenham sua falência ou recuperação judicial ou extrajudicial pedida ou decretada; e

Two handwritten signatures in black ink, one on the left and one on the right, both appearing to be stylized and illegible.

VIII. na data em que passarem a ser objeto da Cessão Fiduciária, tenham grau de concentração por devedor (com o mesmo número de inscrição no CNPJ) não superior a 5% (cinco por cento) do valor total dos Créditos Cedidos Fiduciariamente.

3.2 O Banco Centralizador verificará o atendimento dos Critérios de Elegibilidade a que se refere a Cláusula 3.1 acima, incisos I, II, III e IV, com base, exclusivamente, em declarações prestadas pelas Outorgantes, conforme modelo constante do Anexo IV a este Contrato, atestando que os respectivos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente atendem a tais Critérios de Elegibilidade.

#### 4. PERCENTUAL DA CESSÃO FIDUCIÁRIA

4.1 Até a integral quitação das Obrigações Garantidas, as Outorgantes, de forma solidária, obrigam-se a fazer com que, em cada Período de Apuração da Cessão Fiduciária (conforme definido na Cláusula 4.1.1 abaixo, inciso I), tenham transitado, nas Contas Vinculadas, consideradas em conjunto, recursos decorrentes dos pagamentos dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, que atendam aos Critérios de Elegibilidade, cujo Valor da Cessão Fiduciária (conforme definido na Cláusula 4.1.1 abaixo, inciso III) seja equivalente a, no mínimo, o menor valor entre R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) ou 20% (vinte por cento) do Saldo Devedor das Debêntures (conforme definido na Cláusula 4.1.1 abaixo, inciso II) ("Primeiro Percentual da Cessão Fiduciária").

4.1.1 Para os fins deste Contrato:

- I. "Período de Apuração da Cessão Fiduciária" significa cada período de 2 (dois) meses do ano civil, considerando sempre o mês inteiro, desde o dia 1 até o dia de seu término;
- II. "Saldo Devedor das Debêntures" significa o saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures em circulação (assim entendidas as Debêntures subscritas e integralizadas que não tiverem sido resgatadas pela Companhia), acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento de Remuneração, conforme o caso, até a respectiva data de cálculo, conforme informado pelo Agente Fiduciário; e
- III. "Valor da Cessão Fiduciária" significa, observado o disposto na Cláusula 4.1.2 abaixo, a média aritmética do valor agregado dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, determinado em cada Período de Apuração da Cessão Fiduciária imediatamente anterior à Data de Apuração (conforme definido na Cláusula 4.1.4 abaixo), conforme verificado pelo Banco Centralizador.



- 4.1.2 Para os fins da apuração do Valor da Cessão Fiduciária, não serão computados no Valor da Cessão Fiduciária cada um dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente que não atenda aos Critérios de Elegibilidade.
- 4.1.3 O Valor da Cessão Fiduciária será apurado pelo Banco Centralizador nos termos desta Cláusula 4, mensalmente, até o 2º (segundo) Dia Útil de cada mês, com relação ao Período de Apuração da Cessão Fiduciária imediatamente anterior à respectiva Data de Apuração, e informado por escrito, por mensagem eletrônica, na mesma data, aos Credores e às Outorgantes.
- 4.1.4 O Percentual da Cessão Fiduciária (conforme definido na Cláusula 4.2.1 abaixo) será apurado pelo Agente Fiduciário mensalmente, no 3º (terceiro) Dia Útil de cada mês, após a Data de Integralização das Debêntures ("Data de Apuração"), com base no Valor da Cessão Fiduciária informado pelo Banco Centralizador nos termos da Cláusula 4.1.3 acima, e informado por escrito, por mensagem eletrônica, na mesma data, ao Banco Centralizador e às Outorgantes. Para os fins deste Contrato, a primeira Data de Apuração ocorrerá no mês imediatamente subsequente ao término do primeiro Período de Apuração da Cessão Fiduciária.
- 4.2 Observado o disposto nas Cláusulas 4.2.1 e 4.2.2 abaixo, caso, em qualquer Data de Apuração, o Agente Fiduciário verifique que o Valor da Cessão Fiduciária seja inferior ao Primeiro Percentual da Cessão Fiduciária:
- I. na respectiva Data de Apuração, o Agente Fiduciário deverá comunicar, por escrito, o BTG Pactual, o Banco Centralizador e as Outorgantes sobre o não atendimento ao Primeiro Percentual da Cessão Fiduciária;
  - II. no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da comunicação a que se refere o inciso I acima, as Outorgantes deverão enviar aos Credores e ao Banco Centralizador (a) relatório, sob a forma de arquivo eletrônico contido em *compact disc*, respeitando o formato constante do Anexo I, contendo Direitos Creditórios adicionais que atendam aos Critérios de Elegibilidade; (b) declaração de que tais Direitos Creditórios adicionais atendem aos Critérios de Elegibilidade, inclusive para os fins da Cláusula 3.2 acima; e (c) quaisquer outras informações e/ou documentos necessários à verificação do Valor da Cessão Fiduciária e/ou solicitados por qualquer dos Credores e/ou pelo Banco Centralizador;
  - III. no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de recebimento da comunicação a que se refere o inciso II acima, o Banco Centralizador comunicará aos Credores e às Outorgantes o Valor da Cessão Fiduciária atualizado, indicando, se for o caso, quaisquer

irregularidades porventura verificadas, devendo as Outorgantes, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da primeira data de recebimento de tal comunicação, corrigir tais irregularidades de acordo com o procedimento previsto no inciso II acima;

IV. no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de recebimento da comunicação a que se refere o inciso III acima, desde que as eventuais irregularidades tenham sido sanadas, o Agente Fiduciário acompanhará o atendimento ao Primeiro Percentual da Cessão Fiduciária; e

V. os novos Direitos Creditórios somente serão considerados no cálculo do Primeiro Percentual da Cessão Fiduciária na data em que, cumulativamente, (a) este Contrato for aditado nos termos do Anexo III para atualizar o Anexo I a este Contrato com os novos devedores dos Direitos Creditórios; e (b) os procedimentos previstos na Cláusula 2.1 acima tiverem sido atendidos.

4.2.1 Caso o Valor da Cessão Fiduciária seja inferior ao Primeiro Percentual da Cessão Fiduciária, mas desde que seja igual ou superior ao menor valor entre R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou 15% (quinze por cento) do Saldo Devedor das Debêntures ("Segundo Percentual da Cessão Fiduciária" e, em conjunto com o Primeiro Percentual da Cessão Fiduciária, "Percentual da Cessão Fiduciária"), as Outorgantes não estarão obrigadas a atender o Primeiro Percentual da Cessão Fiduciária, mas caso desejem fazê-lo, deverão observar as disposições previstas na Cláusula 4.2 acima, aplicando-se as disposições previstas na Escritura de Emissão com relação à alteração da Remuneração, as quais as Outorgantes neste ato declaram conhecer e concordar.

4.2.2 Caso o Valor da Cessão Fiduciária seja inferior ao Segundo Percentual da Cessão Fiduciária, enquanto, no mínimo, o Segundo Percentual da Cessão Fiduciária não for atendido de acordo com o procedimento previsto na Cláusula 4.2 acima (que se aplicará, *mutatis mutandis*, ao Segundo Percentual da Cessão Fiduciária), aplicar-se-á o Evento de Retenção (conforme definido na Cláusula 5.5 abaixo).

4.3 As Outorgantes obrigam-se a, independentemente de notificação, judicial ou extrajudicial, de qualquer dos Credores neste sentido, atender e tomar todas as medidas necessárias ao atendimento do Percentual da Cessão Fiduciária.

## 5. CONTAS VINCULADAS

5.1 As Outorgantes obrigam-se a (i) manter as Contas Vinculadas, na qual serão depositados os recursos recebidos em pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente; e (ii) fazer com que os recursos recebidos em





pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente sejam depositados exclusivamente nas Contas Vinculadas.

- 5.2 Durante a vigência deste Contrato, as Outorgantes concordam que não poderão movimentar as Contas Vinculadas, não sendo permitida às Outorgantes a emissão de cheques, a movimentação por meio de cartão de débito ou ordem verbal ou escrita ou qualquer outra movimentação dos recursos depositados nas Contas Vinculadas, sendo as Contas Vinculadas movimentadas única e exclusivamente pelo Banco Centralizador, em benefício dos Credores.
- 5.3 O Banco Centralizador disponibilizará aos Credores, mediante acesso ao "Itaú Bankline Empresa Plus", informações sobre o fluxo de recursos nas Contas Vinculadas.
- 5.4 Os Créditos Bancários Cedidos Fiduciariamente ficarão indisponíveis às Outorgantes e à disposição do Banco Centralizador, em benefício dos Credores, sendo certo, entretanto, que, desde que o Banco Centralizador não tenha sido notificado pelo Credor ou pelo Agente Fiduciário, conforme o caso, da ocorrência de um Evento de Retenção, o Banco Centralizador transferirá os Créditos Bancários Cedidos Fiduciariamente para (i) no caso da Companhia, a conta corrente de titularidade da Companhia n.º 36340-5, mantida na agência n.º 0946, do Banco Centralizador; e (ii) no caso da Aço Cearense Industrial, a conta corrente de titularidade da Aço Cearense Industrial n.º 10238-5, mantida na agência n.º 1338, do Banco Centralizador (cada uma, uma "Conta Movimento" e, em conjunto, "Contas Movimento"), no Dia Útil imediatamente subsequente de seu recebimento, sendo os recursos transferidos para as Contas Movimento, nos termos desta Cláusula, de livre e exclusiva movimentação e utilização pelas Outorgantes. Os Créditos Cedidos Fiduciariamente não poderão ser utilizados conforme previsto nesta Cláusula na ocorrência e enquanto existir um Evento de Retenção.
- 5.5 O Agente Fiduciário e/ou o BTG Pactual notificará, por escrito, o Banco Centralizador para que este bloqueie as Contas Vinculadas, de modo que os Créditos Bancários Cedidos Fiduciariamente não serão transferidos para as Contas Movimento, na mesma data em que o Agente Fiduciário e/ou o BTG Pactual verificar a ocorrência de qualquer dos eventos previstos abaixo (cada evento, um "Evento de Retenção"), observado que, caso a notificação tenha sido recebida após as 13h (treze horas) (horário de Brasília), o bloqueio somente ocorrerá no Dia Útil subsequente à data de recebimento da notificação, e observado, ainda, que o Banco Centralizador deverá manter tal bloqueio até que receba dos Credores, em conjunto, comunicação escrita instruindo-o a desfazer o bloqueio ou até que os Créditos Cedidos Fiduciariamente sejam totalmente executados nos termos da Cláusula 6 abaixo, conforme o caso:

- I. não atendimento, pelas Outorgantes, do Segundo Percentual da Cessão Fiduciária (sem prejuízo, se for o caso, de configurar um Evento de Inadimplemento (conforme definido na Escritura de Emissão) de acordo com as disposições previstas na Escritura de Emissão), sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.2.1 acima;
  - II. ocorrência de um Evento de Inadimplemento conforme definido na Escritura de Emissão; ou
  - III. ocorrência de um evento de inadimplemento nos termos do Contrato de Swap.
- 5.6 As transferências previstas neste Contrato são expressamente autorizadas desde já pelas Outorgantes.

6. EXCUSSÃO DA CESSÃO FIDUCIÁRIA

- 6.1 Fica desde já certo e ajustado entre as partes que a ocorrência de qualquer dos eventos abaixo acarretará o vencimento antecipado automático de todas as Obrigações Garantidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial:
- I. vencimento antecipado das Obrigações Garantidas das Debêntures ou o vencimento das Obrigações Garantidas das Debêntures na data de vencimento das Debêntures sem os respectivos pagamentos nos prazos previstos na Escritura de Emissão; ou
  - II. vencimento antecipado das Obrigações Garantidas do Swap ou vencimento das Obrigações Garantidas do Swap na data de vencimento das Obrigações Garantidas do Swap sem os respectivos pagamentos nos prazos previstos no Contrato de Swap.
- 6.2 Na ocorrência do vencimento antecipado das Obrigações Garantidas, nos termos da Cláusula 6.1 acima, na ocorrência do vencimento antecipado das Obrigações Garantidas das Debêntures e/ou das Obrigações Garantidas do Swap ou o vencimento das Obrigações Garantidas na Data de Vencimento das Debêntures e/ou na Data de Vencimento do Swap sem os respectivos pagamentos, a propriedade dos Créditos Cedidos Fiduciariamente se consolidará em nome dos Credores, e as Outorgantes deverão, independentemente de prévia notificação de qualquer dos Credores nesse sentido, entregar e transferir a posse direta dos Créditos Cedidos Fiduciariamente aos Credores, observado, ainda, que os Credores, poderão, sempre conjuntamente, de boa-fé, pelo preço e nas condições que entenderem apropriados, no todo ou em parte, pública ou particularmente, judicial ou de forma amigável (extrajudicialmente), a exclusivo critério dos Credores, independentemente de leilão, de hasta pública, de avaliação, de notificação judicial ou extrajudicial ou de qualquer outro procedimento, executar os

Créditos Cedidos Fiduciariamente, no todo ou em parte, até o integral pagamento das Obrigações Garantidas, observado o disposto na Cláusula 1.4 acima, seja por meio de uma ou várias retenções a serem efetuadas pelo Banco Centralizador nas Contas Vinculadas, por conta e ordem dos Credores, seja por meio do recebimento de pagamentos dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente diretamente dos respectivos sacados, conforme informado em notificação a ser enviada pelos Credores ao Banco Centralizador nos termos da Cláusula 11 abaixo. Para tanto, os Credores ficam autorizados pelas Outorgantes, em caráter irrevogável e irretratável, a alienar, ceder, vender, transferir, usar, sacar, descontar ou resgatar os Créditos Cedidos Fiduciariamente, utilizando o produto na amortização ou, se possível, na quitação, observado o disposto na Cláusula 1.4 acima, das Obrigações Garantidas devidas e não pagas e de todos e quaisquer tributos e despesas incidentes sobre a cessão, venda, transferência, uso, saque, desconto ou resgate dos Créditos Cedidos Fiduciariamente ou incidente sobre o pagamento aos Credores do montante de seus créditos, entregando, ao final, às Outorgantes, o que porventura sobejar, ficando os Credores (sempre agindo de forma conjunta), em caráter irrevogável e irretratável, pelo presente e na melhor forma de direito, como condição deste Contrato, autorizados, na qualidade de mandatários das Outorgantes, a firmar, se necessário, quaisquer documentos e praticar quaisquer atos necessários para tanto, sendo-lhes conferidos todos os poderes que lhes são assegurados pela legislação vigente, inclusive os poderes "*ad judicium*" e "*ad negotia*", incluindo ainda os previstos no artigo 66-B da Lei n.º 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada, no Decreto-Lei n.º 911, de 1º de outubro de 1969, conforme alterado, no artigo 19 da Lei n.º 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme alterada, no artigo 293 do Código Civil e demais disposições do Código Civil e todas as faculdades previstas na Lei n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada.

- 6.3 Os recursos apurados de acordo com os procedimentos de excussão previstos nesta Cláusula 6, na medida em que forem sendo recebidos, deverão ser imediatamente aplicados na amortização ou quitação do saldo devedor das Obrigações Garantidas, observado o disposto na Cláusula 1.4 acima. Caso os recursos apurados de acordo com os procedimentos de excussão previstos nesta Cláusula 6 não sejam suficientes para quitar simultaneamente todas as Obrigações Garantidas, tais recursos deverão ser imputados na seguinte ordem, proporcionalmente ao valor do crédito de cada um dos Credores em relação ao saldo devedor das Obrigações Garantidas das Debêntures e das Obrigações Garantidas do Swap, de tal forma que, uma vez liquidados os valores referentes ao primeiro item, os recursos sejam alocados para o item imediatamente seguinte, e assim sucessivamente: (i) quaisquer valores devidos pela Companhia nos termos das Obrigações Garantidas das Debêntures e das Obrigações Garantidas do Swap que não sejam os valores a

que se referem os itens (ii) e (iii) abaixo; (ii) juros, encargos moratórios e demais encargos devidos nos termos das Obrigações Garantidas das Debêntures e das Obrigações Garantidas do Swap; e (iii) saldo devedor dos valores de principal devidos nos termos das Obrigações Garantidas das Debêntures e das Obrigações Garantidas do Swap. A Companhia e os Fiadores permanecerão responsáveis pelo saldo devedor das Obrigações Garantidas que não tiverem sido pagas, sem prejuízo dos acréscimos de juros, encargos moratórios e demais encargos incidentes sobre o saldo devedor das Obrigações Garantidas enquanto não forem pagas, declarando as Outorgantes, neste ato, que tal saldo devedor será considerado título executivo extrajudicial.

- 6.4 Fica certo e ajustado o caráter não excludente, mas cumulativo entre si, da Cessão Fiduciária com as demais garantias prestadas nos termos da Escritura de Emissão e do Contrato de Swap, podendo os Credores (agindo sempre em conjunto) executar ou excutir todas ou cada uma delas indiscriminadamente, para os fins de amortizar ou quitar as Obrigações Garantidas, ficando, ainda, estabelecido que a excussão ou execução da Cessão Fiduciária independe de qualquer providência preliminar por parte dos Credores, tais como aviso, protesto, notificação, interpelação ou prestação de contas, de qualquer natureza.
- 6.5 As Outorgantes obrigam-se a praticar todos os atos e cooperar com os Credores em tudo que se fizer necessário ao cumprimento do disposto nesta Cláusula 6, devendo, inclusive, enviar aos Credores, quando solicitado, original dos Documentos Representativos dos Créditos Cedidos Fiduciariamente mantidos sob sua guarda e custódia nos termos da Cláusula 7.1 abaixo, inciso XI.
- 6.6 As Outorgantes declaram, sob as penas da lei, para fins da realização, pelos Credores, do protesto, cobrança e/ou execução dos Documentos Representativos dos Créditos Cedidos Fiduciariamente, que os mantém em seu poder, guarda e custódia, obrigando-se a exibi-los e/ou entregá-los no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, no lugar que for determinado, especialmente no caso de sobrevir a sustação judicial do protesto.
- 6.7 Para os fins desta Cláusula 6, os Credores, às expensas da Companhia e/ou de qualquer dos Fiadores, poderão notificar os sacados dos Créditos Cedidos Fiduciariamente, informando-os de que todos os valores a serem pagos às Outorgantes decorrentes dos Créditos Cedidos Fiduciariamente deverão ser efetuados conforme instruído na referida notificação.
- 6.8 Cada uma das Outorgantes desde já concorda e se obriga a (i) somente após a integral quitação de todas as Obrigações Garantidas, exigir e/ou demandar a Companhia ou qualquer dos demais Fiadores em decorrência de qualquer

valor que tiver honrado nos termos deste Contrato; e (ii) caso receba qualquer valor da Companhia e/ou de qualquer dos demais Fiadores em decorrência de qualquer valor que tiver honrado nos termos deste Contrato antes da integral quitação de todas as Obrigações Garantidas, repassar, no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data de seu recebimento, tal valor aos Credores, observado o disposto na Cláusula 1.4 acima.

7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DAS OUTORGANTES

7.1 Sem prejuízo das demais obrigações assumidas neste Contrato e nos demais Documentos das Obrigações Garantidas ou em lei, as Outorgantes, de forma solidária, obrigam-se a:

- I. obter e manter válidas e eficazes todas as autorizações, incluindo as societárias e governamentais, exigidas (a) para a validade ou exequibilidade dos Documentos das Obrigações Garantidas; (b) para o fiel, pontual e integral cumprimento das Obrigações Garantidas; e (c) para a continuidade das suas operações;
- II. manter a Cessão Fiduciária existente, válida, eficaz e em pleno vigor, sem qualquer restrição ou condição, e contabilizá-la na sua escrituração ou fazer constar nota explicativa no seu balanço;
- III. defender-se, de forma tempestiva e eficaz, de qualquer ato, ação, procedimento ou processo que possa, de qualquer forma, afetar ou alterar a Cessão Fiduciária, os Créditos Cedidos Fiduciariamente, este Contrato, os demais Documentos das Obrigações Garantidas e/ou o integral e pontual cumprimento das Obrigações Garantidas, bem como informar em até 1 (um) Dia Útil os Credores sobre qualquer ato, ação, procedimento ou processo a que se refere este inciso;
- IV. dar ciência deste Contrato e de seus respectivos termos e condições aos seus administradores e executivos e fazer com que estes cumpram e façam cumprir todos os seus termos e condições;
- V. tratar qualquer sucessor dos Credores como se fosse signatário original deste Contrato e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas, garantindo-lhe o pleno e irrestrito exercício de todos os direitos e prerrogativas atribuídos aos Credores nos termos dos Documentos das Obrigações Garantidas;
- VI. tratar qualquer sucessor do Banco Centralizador como se fosse signatário original deste Contrato e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas, garantindo-lhe o pleno e irrestrito exercício de todos os direitos e prerrogativas atribuídos ao Banco

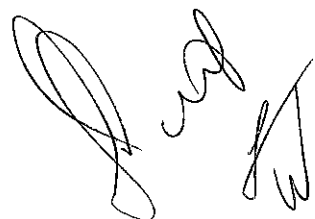
Centralizador nos termos dos Documentos das Obrigações Garantidas;

- VII. manter objeto da Cessão Fiduciária somente Direitos Creditórios que atendam, cumulativamente, aos Critérios de Elegibilidade;
- VIII. prestar todas as informações necessárias à emissão dos respectivos documentos de cobrança dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente e as demais informações que vierem a ser solicitadas para tanto;
- IX. na eventualidade de vir a emitir boletos ou qualquer outro documento de cobrança relativo aos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, incluir nos boletos ou documentos de cobrança, de forma legível, que as Contas Vinculadas serão as únicas contas bancárias nas quais deverão ser depositados os pagamentos relativos aos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente;
- X. caso quaisquer dos sacados dos Créditos Cedidos Fiduciariamente, ou terceiros em nome de quaisquer desses sacados, façam os pagamentos devidos de forma outra que não resulte em depósito nas Contas Vinculadas, (a) acolher os recursos correspondentes a tais pagamentos assumindo, nos termos do artigo 627 e seguintes do Código Civil, e sem direito a qualquer remuneração, o encargo de fiel depositária desses recursos; (b) creditar tais recursos nas Contas Vinculadas até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente à data de recebimento de tal pagamento; e (c) comunicar tal fato prontamente aos Credores e ao Banco Centralizador;
- XI. permanecer, até a quitação das Obrigações Garantidas, na posse e guarda dos documentos que deram origem a cada um dos Créditos Cedidos Fiduciariamente e todos os demais documentos relacionados com os Créditos Cedidos Fiduciariamente, incluindo os respectivos documentos de cobrança emitidos ("Documentos Representativos dos Créditos Cedidos Fiduciariamente"), assumindo, nos termos do artigo 627 e seguintes do Código Civil, e sem direito a qualquer remuneração, o encargo de fiel depositária desses documentos, obrigando-se a bem custodiá-los, guardá-los e conservá-los, e a exibi-los ou entregá-los aos Credores, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva solicitação, ou ao juízo competente, no prazo por este determinado;
- XII. comunicar, no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data do descumprimento, aos Credores, por escrito, sobre qualquer descumprimento, por qualquer parte, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições de quaisquer dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente;

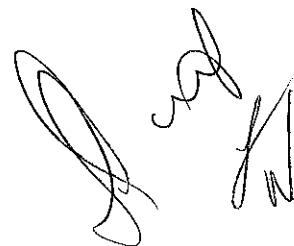
- XIII. prestar e/ou enviar aos Credores, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, todas as informações e documentos (a) necessários à cobrança dos Créditos Cedidos Fiduciariamente nos termos previstos neste Contrato; (b) necessários ao controle do Percentual da Cessão Fiduciária; e (c) relativos às Contas Vinculadas, ficando autorizado desde já o Banco Centralizador, independentemente de anuência ou consulta prévia às Outorgantes, a prestar aos Credores as informações a que se refere este inciso de que tiver conhecimento;
- XIV. não rescindir, distratar, aditar, ou de qualquer forma alterar, e não ceder, vender, alienar, transferir, permutar, conferir ao capital, dar em comodato, emprestar, locar, dar em pagamento, endossar, descontar ou de qualquer outra forma transferir ou dispor, inclusive por meio de redução de capital, ou constituir qualquer Ônus (exceto pelo Ônus Existente e pela Cessão Fiduciária) sobre, em qualquer dos casos deste inciso, de forma gratuita ou onerosa, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, ainda que para ou em favor de pessoa do mesmo grupo econômico, qualquer dos Créditos Cedidos Fiduciariamente e/ou qualquer dos Documentos Representativos dos Créditos Cedidos Fiduciariamente e/ou dos direitos a estes inerentes;
- XV. não alterar, encerrar ou onerar as Contas Vinculadas ou permitir que seja alterada qualquer cláusula ou condição do respectivo contrato de abertura de conta corrente relativo às Contas Vinculadas, nem praticar qualquer ato, ou abster-se de praticar qualquer ato, que possa, de qualquer forma, resultar na alteração, encerramento ou oneração das Contas Vinculadas, ou na alteração, expressa ou tácita, dos respectivos contrato de abertura de conta corrente ou, ainda, na renúncia de direitos das Outorgantes sob tal contrato; e
- XVI. não alterar quaisquer das notificações enviadas nos termos da Cláusula 2.1 acima, inciso II, exceto se assim aprovado pelos Credores, e mediante a celebração de aditamento a este Contrato.
- 7.2 No que se refere ao depósito instituído nos termos da Cláusula 7.1 acima, inciso XI, fica ressalvado que, por força do disposto no artigo 66-B, parágrafo 6º, da Lei n.º 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada, não se aplica o direito de retenção a que se refere o artigo 644 do Código Civil.

#### 8. DECLARAÇÕES DAS OUTORGANTES

- 8.1 As Outorgantes, de forma solidária, neste ato, reiteram todas as obrigações assumidas e todas as declarações prestadas nos demais Documentos das Obrigações Garantidas, e prestam as seguintes declarações adicionais:



- I. a Companhia é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras, sem registro de companhia aberta perante a CVM, e a Aço Cearense Industrial é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade limitada, de acordo com as leis brasileiras;
- II. estão devidamente autorizadas e obtiveram todas as autorizações, inclusive societárias e regulatórias, necessárias à celebração deste Contrato e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários para tanto;
- III. os representantes legais das Outorgantes que assinam este Contrato e os demais Documentos das Obrigações Garantidas de que são parte têm, conforme o caso, poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome da respectiva Outorgante, as obrigações aqui e ali previstas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- IV. observado o disposto na Cláusula 1.2 acima, inciso II, este Contrato e os demais Documentos das Obrigações Garantidas e as obrigações aqui e ali previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes das Outorgantes, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- V. a celebração, os termos e condições deste Contrato e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas e o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas e a Emissão e a Oferta (a) não infringem o estatuto social ou o contrato social, conforme o caso, das Outorgantes; (b) não resultarão em criação de qualquer Ônus sobre qualquer ativo de qualquer das Outorgantes, exceto pela Cessão Fiduciária e pela Alienação Fiduciária; (c) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que qualquer das Outorgantes e/ou qualquer de seus ativos esteja sujeito; e (d) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete qualquer das Outorgantes e/ou qualquer de seus ativos;
- VI. são as únicas e legítimas possuidoras e proprietárias dos Créditos Cedidos Fiduciariamente, que se encontram livres e desembaraçados de quaisquer Ônus (exceto pelo Ônus Existente e pela Cessão Fiduciária), não existindo contra qualquer das Outorgantes qualquer ação ou procedimento judicial, administrativo

Handwritten signatures in black ink, appearing to be initials or names, located in the bottom right corner of the page.



ou fiscal que possa, ainda que indiretamente, prejudicar ou invalidar a Cessão Fiduciária;

- VII. responsabilizam-se pela existência, exigibilidade, ausência de vícios, consistência e legitimidade dos Créditos Cedidos Fiduciariamente;
- VIII. possuem todos os poderes e capacidades nos termos da lei necessários para ceder e transferir a propriedade fiduciária dos Créditos Cedidos Fiduciariamente aos Credores;
- IX. observado o disposto na Cláusula 1.2 acima, inciso II, mediante o registro deste Contrato nos termos da Cláusula 2.1 acima, a Cessão Fiduciária será devidamente constituída e válida nos termos das leis brasileiras;
- X. observado o disposto na Cláusula 1.2 acima, inciso II, mediante o registro deste Contrato nos termos da Cláusula 2.1 acima, a Cessão Fiduciária constituirá, em favor dos Credores, a propriedade resolúvel, válida, eficaz, exigível e exequível sobre os Créditos Cedidos Fiduciariamente;
- XI. exceto pelo registro deste Contrato nos termos da Cláusula 2.1 acima, nenhuma aprovação, autorização, consentimento, ordem, registro ou habilitação de ou perante qualquer tribunal ou outro órgão ou agência governamental se faz necessária à celebração e ao cumprimento deste Contrato; e
- XII. todos os mandatos outorgados nos termos deste Contrato o foram como condição do negócio ora contratado, em caráter irrevogável e irretratável nos termos dos artigos 683 e 684 do Código Civil.

8.2 As Outorgantes obrigam-se a notificar imediatamente os Credores caso qualquer das declarações prestadas nos termos da Cláusula 8.1 acima torne-se falsa, inconsistente, imprecisa, incompleta, incorreta ou insuficiente.

#### 9. OBRIGAÇÕES DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1 Sem prejuízo das demais obrigações assumidas neste Contrato e nos demais Documentos das Obrigações Garantidas ou em lei, o Agente Fiduciário obriga-se a:

- I. verificar a regularidade da constituição da Cessão Fiduciária e sua exequibilidade;
- II. observar os procedimentos de controle do Percentual da Cessão Fiduciária, de acordo com o disposto na Cláusula 4 acima;

Handwritten signatures in black ink, appearing to be two distinct signatures, located in the bottom right corner of the page.

- III. assinar aditamentos a este Contrato nos termos aqui previstos, inclusive em decorrência de reforço da Cessão Fiduciária, nos termos da Cláusula 4 acima;
- IV. tomar todas as providências necessárias para que os Debenturistas observado o disposto na Cláusula 1.4 acima, realizem seus créditos, incluindo a excussão da Cessão Fiduciária, observado o disposto neste Contrato e na Escritura de Emissão.

10. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO BANCO CENTRALIZADOR

- 10.1 Sem prejuízo das demais obrigações expressamente assumidas neste Contrato, o Banco Centralizador obriga-se a:
  - I. acatar o depósito dos valores relativos aos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente nas Contas Vinculadas;
  - II. verificar o atendimento dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente aos Critérios de Elegibilidade, nos termos da Cláusula 3 acima;
  - III. movimentar as Contas Vinculadas nos termos da Cláusula 5 acima;
  - IV. na eventualidade de vir a emitir boletos ou qualquer outro documento de cobrança relativo aos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, incluir nos boletos ou documentos de cobrança, de forma legível, que as Contas Vinculadas serão as únicas contas bancárias nas quais deverão ser depositados os pagamentos relativos aos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente;
  - V. assinar aditamentos a este Contrato nos termos aqui previstos, inclusive em decorrência de reforço da Cessão Fiduciária, nos termos da Cláusula 4 acima; e
  - VI. permanecer no exercício de suas funções até a sua eventual substituição, nos termos da Cláusula 10.6.2 abaixo.
- 10.2 O Banco Centralizador somente poderá movimentar as Contas Vinculadas de maneira diversa da prevista na Cláusula 5 acima, na hipótese de ordem judicial ou determinação legal ou regulamentar, proveniente de órgãos governamentais.
- 10.3 O Banco Centralizador neste ato declara conhecer os Documentos das Obrigações Garantidas dos quais seja signatário e se obriga a observá-los, no que lhe for aplicável.
- 10.3.1 O Banco Centralizador não terá responsabilidade em relação aos Documentos das Obrigações Garantidas dos quais não seja signatário e não será, sob nenhum pretexto ou fundamento, chamado a atuar como árbitro com relação a



qualquer controvérsia surgida entre as partes ou intérprete das condições neles estabelecidas.

10.4 As Outorgantes autorizam, em caráter irrevogável e irretratável, o Banco Centralizador a fornecer e entregar aos Credores todas as informações relativas às Contas Vinculadas, renunciando ao direito de sigilo bancário em relação a tais informações, de acordo com o artigo 1º, parágrafo 3º, inciso V, da Lei Complementar n.º 105, de 10 de janeiro de 2001, sendo certo que a autorização prevista nesta Cláusula não se estende a terceiros que não sejam parte deste Contrato.

10.5 As partes concordam, de forma irrevogável e irretratável, que:

- I. os Créditos Bancários Cedidos Fiduciariamente não auferirão nem acumularão juros, atualização monetária ou qualquer remuneração;
- II. o Banco Centralizador não será responsabilizado por qualquer ação ou omissão no desempenho de suas funções previstas nos Documentos das Obrigações Garantidas, exceto na medida em que o Banco Centralizador tenha agido com culpa ou dolo;
- III. o Banco Centralizador não está obrigado a verificar a veracidade das notificações ou comunicações que lhe forem entregues, estando isento, de qualquer forma, de qualquer responsabilidade por eventuais fatos danosos delas decorrentes;
- IV. o Banco Centralizador não prestará declaração quanto ao conteúdo, à validade, ao valor, à autenticidade ou à possibilidade de cobrança de qualquer título, ou outro documento, ou instrumento que detiver ou que lhe for entregue em relação a este Contrato;
- V. o Banco Centralizador terá o direito de confiar em laudo arbitral, ordem, sentença judicial ou outro tipo de instrumento escrito que lhe for entregue, conforme aqui previsto, sem que fique obrigado a verificar a autenticidade ou a exatidão dos fatos neles declarados;
- VI. o Banco Centralizador não será responsável caso, por força de decisão judicial, tome ou deixe de tomar qualquer medida que de outro modo seria exigível; e
- VII. a Companhia e os Fiadores pagarão ou reembolsarão o Banco Centralizador, mediante solicitação, quaisquer tributos de transferência ou outros tributos relacionados à Cessão Fiduciária, incorridos com relação a este Contrato, bem como indenizarão e isentarão o Banco Centralizador de quaisquer valores que sejam obrigados a pagar no tocante aos referidos tributos, desde que devidamente comprovados.

- 10.6 O Banco Centralizador pode ser substituído (i) por destituição, se assim aprovado pelos Credores; ou (ii) por sua renúncia, mediante comunicação às Outorgantes e aos Credores.
- 10.6.1 Ocorrendo a destituição ou a renúncia do Banco Centralizador, a Companhia obriga-se a, no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data da renúncia ou destituição, indicar uma lista tríplice de instituições financeiras de primeira linha que já tenham manifestado por escrito sua intenção de assumir o encargo e submetê-la aos Credores, que determinarão, em conjunto, dentre tais instituições, uma delas para ser o Banco Centralizador substituto, sendo que o disposto nesta Cláusula deverá ocorrer no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da destituição ou da renúncia, conforme o caso, do Banco Centralizador.
- 10.6.2 O Banco Centralizador assim substituído somente estará exonerado de suas atribuições previstas neste Contrato quando, cumulativamente, (i) este Contrato for aditado para incluir a instituição substituta conforme procedimento a que se refere a Cláusula 10.6.1 acima; e (ii) o Banco Centralizador entregar os Créditos Cedidos Fiduciariamente e os documentos à instituição substituta.
- 10.6.3 Na data de extinção deste Contrato, as Contas Vinculadas entrarão em regime de encerramento nos termos da regulamentação em vigor, e, concluído o regime de encerramento, as Contas Vinculadas serão automaticamente encerradas, ficando o Banco Centralizador desde já autorizado a tomar todas as providências necessárias para tanto.
- 10.7 Pela prestação dos serviços objeto deste Contrato, a Companhia pagará ao Banco Centralizador, por meio de débito na Conta Movimento da Companhia, R\$3.400,00 (três mil e quatrocentos reais), mensalmente, no 10º (décimo) dia do mês subsequente ao mês da prestação de serviços.
- 10.7.1 A remuneração a que se refere a Cláusula 10.7 acima, item (ii), será reajustada anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGPM"), ou, na sua falta, do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-DI").
- 10.7.2 Se houver atraso no pagamento da remuneração a que se refere a Cláusula 10.7 acima, a Companhia pagará juros moratórios de 12% (doze por cento) ao ano, *pro rata die*, e multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito corrigido pela variação do IGPM ou, na sua falta, do IGP-DI ou, na falta de ambos, do Índice de Preços ao Consumidor, divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE.
- 10.7.3 O Banco Centralizador e as Outorgantes reconhecem, neste ato, que o Agente Fiduciário, os Debenturistas e o BTG Pactual não têm qualquer obrigação com relação aos pagamentos dos valores de seus honorários, despesas

incorridas, tributos incidentes, indenizações e/ou qualquer outra obrigação assumida pela Companhia e/ou por qualquer dos Fiadores em decorrência das suas atribuições previstas nos Documentos das Obrigações Garantidas.

10.7.4 As Outorgantes comprometem-se a encaminhar ao Banco Centralizador até o dia 28 de fevereiro de cada ano o Comprovante Anual de Rendimentos Pagos ou Creditados e de Retenção de Imposto de Renda na Fonte – Pessoa Jurídica referente aos pagamentos pelos serviços prestados em decorrência deste Contrato no ano anterior.

10.7.5 Na eventualidade de as Outorgantes deixarem de enviar ao Banco Centralizador o comprovante mencionado na Cláusula 10.7.4 acima, ou enviá-lo intempestivamente, as Outorgantes arcarão com multa correspondente a uma vez o valor da parcela mensal definida na Cláusula 10.7 acima, cujo pagamento será efetuado mediante débito, desde já autorizado, na Conta Movimento da Companhia.

## 11. COMUNICAÇÕES

11.1 Todas as comunicações realizadas nos termos deste Contrato devem ser sempre realizadas por escrito, para os endereços abaixo. As comunicações serão consideradas recebidas quando entregues, sob protocolo ou mediante "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos endereços abaixo. As comunicações realizadas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). A alteração de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado.

I. para as Outorgantes:

Siderúrgica Norte Brasil S.A.

Aço Cearense Industrial Ltda.

A/c.: Siderúrgica Norte Brasil S.A.

Rua Antônio Pompeu 1900

60040-001 Fortaleza, CE

At.:

Sr. Tom Arrais

Sr. Cláudio Lustosa

Sr. Marcelo Rangel

Telefone:

(85) 4011-1333

Fac-símile:

(85) 4011-1420

Correio Eletrônico: [tom@acocearense.com.br](mailto:tom@acocearense.com.br)

[claudio.lustosa@acocearense.com.br](mailto:claudio.lustosa@acocearense.com.br)

[marcelo.rangel@acocearense.com.br](mailto:marcelo.rangel@acocearense.com.br)

II. para o Agente Fiduciário:  
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários  
Avenida das Américas 4200, sala 514, bloco 4  
22640-102 Rio de Janeiro, RJ  
At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro  
(Jurídico e Estruturação)  
Sr. Marco Aurélio Ferreira  
(Backoffice Financeiro)  
Telefone: (21) 3385-4565  
Fac-símile: (21) 3385-4046  
Correio Eletrônico: [middle@pentagonotruster.com.br](mailto:middle@pentagonotruster.com.br)  
[backoffice@pentagonotruster.com.br](mailto:backoffice@pentagonotruster.com.br)

III. para o BTG Pactual:  
Banco BTG Pactual S.A.  
Av. Brig. Faria Lima 3477, 12º andar  
04538-133 São Paulo, SP  
At.: Departamento Jurídico – FICC  
Telefone: (11) 3383-2000  
Fac-símile: (11) 3383-2566  
Correio Eletrônico: [ol-juridico-renda-fixa@btgpactual.com](mailto:ol-juridico-renda-fixa@btgpactual.com)

IV. para o Banco Centralizador:  
Itaú Unibanco S.A.  
Rua Santa Virginia 299, Prédio 2, Térreo  
03084-010 São Paulo, SP  
At.: Gerência de Trustee  
Fac-símile: (11) 2797-4196  
Correio Eletrônico: [trustee.operacional@itau-unibanco.com.br](mailto:trustee.operacional@itau-unibanco.com.br)

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 12.1 Os documentos anexos a este Contrato constituem parte integrante e complementar deste Contrato.
- 12.2 Este Contrato constitui parte integrante e complementar dos Documentos das Obrigações Garantidas, cujos termos e condições as partes declaram conhecer e aceitar.
- 12.3 As obrigações assumidas neste Contrato têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus eventuais sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.

- 12.4 Qualquer alteração dos termos e condições deste Contrato somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as partes.
- 12.5 A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas deste Contrato não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidade ou nulidade de qualquer cláusula deste Contrato, as partes se obrigam a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, neste Contrato, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.
- 12.6 Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as partes será sempre considerado mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.
- 12.7 As Outorgantes obrigam-se, como condição deste Contrato, no que lhes disser respeito, a tomar todas e quaisquer medidas e produzir todos e quaisquer documentos necessários à formalização e, se for o caso, à excussão da Cessão Fiduciária, e a tomar tais medidas e produzir tais documentos de modo a possibilitar ao Banco Centralizador, ao Agente Fiduciário, aos Debenturistas e/ou ao BTG Pactual o exercício dos direitos e prerrogativas estabelecidos neste Contrato.
- 12.8 Qualquer custo ou despesa eventualmente incorrido pelas Outorgantes e/ou por qualquer dos demais Fiadores no cumprimento de suas obrigações previstas neste Contrato ou nos demais Documentos das Obrigações Garantidas será de inteira responsabilidade da Companhia e dos Fiadores, não cabendo ao Banco Centralizador, ao Agente Fiduciário, aos Debenturistas e/ou ao BTG Pactual qualquer responsabilidade pelo seu pagamento ou reembolso.
- 12.9 Qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Banco Centralizador, pelo Agente Fiduciário, pelos Debenturistas e/ou pelo BTG Pactual em decorrência de registros, averbações, processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à constituição, manutenção e/ou liberação da Cessão Fiduciária, ao recebimento do produto da excussão da Cessão Fiduciária e à salvaguarda dos direitos e prerrogativas dos Credores previstos neste Contrato, incluindo custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros custos ou despesas comprovadamente incorridos relacionados com tais processos,

Two handwritten signatures in black ink, one appearing to be a stylized 'S' and the other a more complex signature.

procedimentos ou medidas, será de responsabilidade integral da Companhia e dos Fiadores, devendo ser reembolsado ao Banco Centralizador, ao Agente Fiduciário, aos Debenturistas e/ou ao BTG Pactual, conforme o caso, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento de notificação neste sentido.

- 12.10 Qualquer importância devida ao Banco Centralizador, ao Agente Fiduciário, aos Debenturistas e/ou ao BTG Pactual nos termos deste Contrato deverá ser paga nos termos previstos nos Documentos das Obrigações Garantidas, vedada qualquer forma de compensação por parte da Companhia e/ou de qualquer dos Fiadores.
- 12.11 As partes reconhecem este Contrato como título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585, inciso II, da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").
- 12.12 Para os fins deste Contrato, as partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 461, 621 e 632 do Código de Processo Civil.
- 12.13 No cumprimento de suas atribuições previstas neste Contrato, os Credores terão todos os benefícios e proteções que lhes foram outorgados nos demais Documentos das Obrigações Garantidas.

### 13. ARBITRAGEM E FORO

- 13.1 Observado o disposto na Cláusula 13.7 abaixo, as partes desde já convencionam que qualquer disputa, controvérsia ou demanda oriunda, ou relacionada a este Contrato, incluindo embargos de devedor à execução por quantia certa decorrente das obrigações previstas neste Contrato, que serão substituídos pela arbitragem ("Controvérsia"), será obrigatória, exclusiva e definitivamente resolvida por meio de arbitragem.
- 13.2 A arbitragem será instituída e processada de acordo com o Regulamento do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("Regulamento"), por tribunal arbitral composto por três árbitros, indicados de acordo com o Regulamento ("Tribunal Arbitral"). A administração e o correto desenvolvimento do procedimento arbitral caberão ao Tribunal Arbitral. O procedimento arbitral terá (i) lugar na Cidade de São Paulo, local onde deverá ser proferida a sentença arbitral; (ii) como idioma oficial o Português; e (iii) como lei aplicável a da República Federativa do Brasil. O Tribunal Arbitral deverá aplicar primeiramente as disposições deste Contrato e, na omissão, o disposto na legislação brasileira. Ressalta-se que no caso de conflito entre as normas prevalecerá o previsto neste Contrato.
- 13.3 A parte interessada notificará a Câmara de Comércio Brasil-Canadá sobre sua intenção de começar a arbitragem, conforme o Regulamento.



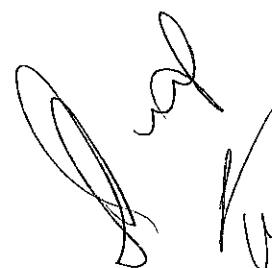
- 13.4 A recusa, por qualquer parte, em celebrar termos de referência ou compromisso de arbitragem não impedirá que a arbitragem se desenvolva e se conclua validamente, ainda que à revelia, e que a sentença arbitral assim proferida seja plenamente vinculante e eficaz às partes.
- 13.5 Nenhum recurso caberá contra a sentença arbitral, a qual terá, para as partes, o valor de decisão final e irrecorrível.
- 13.6 As partes poderão requerer ao Poder Judiciário medidas cautelares urgentes que não possam ser obtidas em tempo na arbitragem, sem prejuízo do julgamento do mérito pelo Tribunal Arbitral e não pelo Poder Judiciário. Quando a lei exigir que o autor da ação cautelar ajuíze ação principal ou equivalente, entender-se-á como tal a instituição da própria arbitragem. Em qualquer hipótese, o processo judicial se extinguirá sem resolução de mérito tanto que o Tribunal Arbitral conceda, confirme, altere ou revogue a medida cautelar. As partes reconhecem que a necessidade de buscar qualquer medida cautelar no Poder Judiciário não é incompatível com esta cláusula compromissória, nem constitui renúncia à execução da cláusula compromissória ou sujeição das partes à arbitragem.
- 13.7 O disposto nesta Cláusula 13 não exclui o direito dos Credores de iniciar a execução das obrigações líquidas, certas e exigíveis decorrentes deste Contrato perante o Poder Judiciário, caso em que fica eleito o foro da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 13.8 Todos os custos e despesas do procedimento de arbitragem, em especial os devidos pelo Banco Centralizador, incluindo os honorários dos árbitros, serão pagos pela Parte vencida. Caso o laudo arbitral beneficie todas as Partes, os custos e despesas serão pagos pelas Partes, com exceção do Banco Centralizador, sendo que os valores devidos por este serão arcados pelas demais Partes do Contrato, segundo proporção determinada no laudo.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam este Contrato em 15 (quinze) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, 5 de julho de 2013.

(As assinaturas seguem nas 5 (cinco) páginas seguintes.)

(Restante desta página intencionalmente deixado em branco.)



Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia, celebrado em 5 de julho 2013, entre Siderúrgica Norte Brasil S.A., Aço Cearense Industrial Ltda., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Banco BTG Pactual S.A. e Itaú Unibanco S.A. – Página de Assinaturas 1/5.

AÇO CEARENSE INDUSTRIAL LTDA.

---

José Vilmar Ferreira  
Administrador

SIDERÚRGICA NORTE BRASIL S.A.

---

José Vilmar Ferreira  
Diretor Presidente

Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia, celebrado em 5 de julho de 2013, entre Siderúrgica Norte Brasil S.A., Aço Cearense Industrial Ltda., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Banco BTG Pactual S.A. e Itaú Unibanco S.A. – Página de Assinaturas 2/5.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

\_\_\_\_\_  
Nome:

Cargo:

Handwritten signatures in black ink, consisting of several stylized, overlapping marks.

Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia, celebrado em 5 de julho de 2013, entre Siderúrgica Norte Brasil S.A., Aço Cearense Industrial Ltda., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Banco BTG Pactual S.A. e Itaú Unibanco S.A. – Página de Assinaturas 3/5.

BANCO BTG PACTUAL S.A.

\_\_\_\_\_  
Nome:  
Cargo:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
Cargo:

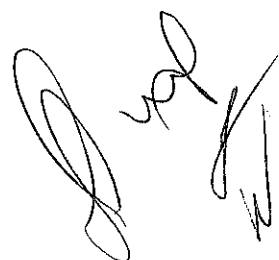
Handwritten signatures in black ink, consisting of several stylized, overlapping marks.

Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia, celebrado em 5 de julho de 2013, entre Siderúrgica Norte Brasil S.A., Aço Cearense Industrial Ltda., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Banco BTG Pactual S.A. e Itaú Unibanco S.A. – Página de Assinaturas 4/5.

ITAÚ UNIBANCO S.A.

\_\_\_\_\_  
Nome:  
Cargo:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
Cargo:

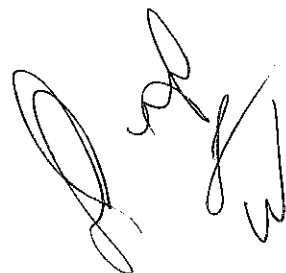
A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized initial 'D' followed by a series of loops and a final vertical stroke.

Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia, celebrado em 5 de julho de 2013, entre Siderúrgica Norte Brasil S.A., Aço Cearense Industrial Ltda., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Banco BTG Pactual S.A. e Itaú Unibanco S.A. – Página de Assinaturas 5/5.

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
Id.:  
CPF/MF:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
Id.:  
CPF/MF:




INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE  
CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS EM GARANTIA

ANEXO I

(A descrição dos sacados e dos respectivos Documentos Representativos dos Créditos Cedidos Fiduciariamente segue nas páginas seguintes)

(Restante desta página intencionalmente deixada em branco)

\* \* \* \* \*



INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE  
CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS EM GARANTIA

ANEXO II

MODELO DE NOTIFICAÇÃO

(Local), (data).

(Denominação)  
(Endereço)  
(CEP) (Cidade, UF)

Prezados Senhores:

Serve a presente para informar V.Sas. que a totalidade dos direitos creditórios de nossa titularidade contra V.Sas. decorrentes da *(indicar duplicata ou outro documento que comprove o direito creditório)*, por conta de vendas realizadas por nós a V.Sas., foi cedida fiduciariamente em favor dos titulares das debêntures da segunda emissão de Siderúrgica Norte Brasil S.A. e do Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual"), nos termos do "Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia", celebrado em 5 de julho de 2013.

Adicionalmente, ficam V.Sas. instruídos, de forma irrevogável e irretratável, até que informados de outra forma por escrito pela Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de Agente Fiduciário, e pelo BTG Pactual a efetuar todos os pagamentos de valores devidos por V.Sas. a nós por meio de depósito exclusivamente na conta vinculada de nossa titularidade n.º 91908-9 {ou} 91909-7, mantida na agência n.º 2001 do Itaú Unibanco S.A. (341).

Esta notificação e as instruções nela contidas são feitas a V.Sas. em caráter irrevogável e irretratável, não podendo ser alteradas, suplementadas ou canceladas, no todo ou em parte, por qualquer motivo, sem o consentimento prévio e por escrito da Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e do BTG Pactual.

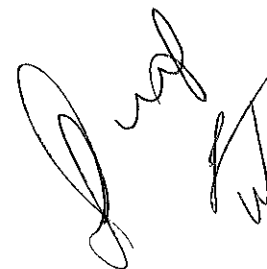
Permanecemos à disposição de V. Sas. para qualquer esclarecimento.

Atenciosamente,

(Siderúrgica Norte Brasil S.A.) {ou}  
(Aço Cearense Industrial Ltda.)

\_\_\_\_\_  
Nome:  
Cargo:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
Cargo:





INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE  
CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS EM GARANTIA

ANEXO III

MODELO DE ADITAMENTO

(•) ADITAMENTO AO  
INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE  
CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS EM GARANTIA

Celebram este "(•) Aditamento ao Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia" ("Aditamento");

I. como outorgantes da garantia fiduciária:

SIDERÚRGICA NORTE BRASIL S.A., sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de Marabá, Estado do Pará, na Rodovia PA 150, km 425, Distrito Industrial de Marabá, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob o n.º 07.933.914/0001-54, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Companhia"); e

AÇO CEARENSE INDUSTRIAL LTDA., sociedade com sede na Cidade de Caucaia, Estado de Ceará, na Rodovia Antiga BR 222, km 19, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.990.842/0001-38, neste ato representada nos termos de seu contrato social ("Aço Cearense Industrial", e, em conjunto com a Companhia, "Outorgantes");

II. como agente fiduciário, nomeado na Escritura de Emissão (conforme definido no Contrato (conforme definido abaixo)), representando os outorgados da garantia fiduciária, a comunhão dos titulares das Debêntures (conforme definido no Contrato) ("Debenturistas");

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas 4200, bloco 4, sala 514, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Agente Fiduciário");

III. como credor:

BANCO BTG PACTUAL S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo 501, 5º, 6º e 7º andares, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 30.306.294/0001-45, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("BTG Pactual" e, em conjunto com os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, "Credores"); e



IV. como banco centralizador:

ITAÚ UNIBANCO S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100, Torre Olavo Setubal, inscrita no CNPJ sob o n.º 60.701.190/0001-04, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Banco Centralizador");

(Termos iniciados por letra maiúscula utilizados neste Aditamento que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no "Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia", celebrado em 5 de julho de 2013, entre as Outorgantes, o Agente Fiduciário, BTG Pactual e o Banco Centralizador(, conforme aditado em (•)) ("Contrato"), que é parte integrante, complementar e inseparável deste Aditamento.)

CONSIDERANDO que:

- (A) as partes celebraram o Contrato; e
- (B) (em decorrência da obrigação prevista na Cláusula 4 do Contrato, as partes desejam substituir o Anexo I ao Contrato de Cessão Fiduciária de Créditos;) {ou} (em decorrência da obrigação prevista na Cláusula 7.1, inciso XVI, do Contrato, as partes desejam substituir o Anexo II ao Contrato;)

RESOLVEM celebrar este Aditamento, de acordo com os seguintes termos e condições:

1. ADITAMENTO

- 1.1 (Tendo em vista o exposto nos Considerandos acima e em atendimento aos termos da Cláusula 4 do Contrato, as partes, por este ato, aditam o Anexo I ao Contrato, que passa a ter a redação do Anexo A a este Aditamento.) {ou} (Tendo em vista o exposto nos Considerandos acima e em atendimento aos termos da Cláusula 7.1, inciso XVI, do Contrato, as partes, por este ato, aditam o Anexo II ao Contrato, que passa a ter a redação do Anexo A a este Aditamento.)
- 1.2 As Outorgantes obrigam-se a, no prazo de até 20 (vinte) dias contados da data de assinatura deste Aditamento, comprovar aos Credores que este Aditamento foi averbado nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos da Comarca da Cidade de Marabá, Estado do Pará, da Comarca da Cidade de Caucaia, Estado do Ceará, da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
- 1.3 (As Outorgantes obrigam-se a, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da data de assinatura deste Aditamento, apresentar aos Credores e ao Banco

Centralizador comprovação de que os sacados dos Créditos Cedidos Fiduciariamente incluídos no Anexo A a este Aditamento receberam a notificação nos termos do Anexo II ao Contrato.)

2. DECLARAÇÕES

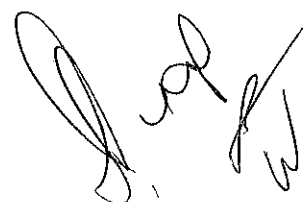
- 2.1 As Outorgantes reiteram, neste ato, todas as declarações prestadas nos termos do Contrato e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas.

3. RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS

- 3.1 Ficam ratificadas todas as Cláusulas do Contrato não alteradas por este Aditamento.

4. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 4.1 Os documentos anexos a este Aditamento constituem parte integrante e complementar deste Aditamento.
- 4.2 Este Aditamento constitui parte integrante e complementar dos Documentos das Obrigações Garantidas, cujos termos e condições as partes declaram conhecer e aceitar.
- 4.3 As obrigações assumidas neste Aditamento têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus eventuais sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.
- 4.4 Qualquer alteração dos termos e condições deste Aditamento somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as partes.
- 4.5 A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas deste Aditamento não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidade ou nulidade de qualquer cláusula deste Aditamento, as partes se obrigam a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, neste Aditamento, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.
- 4.6 Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as partes será sempre considerado mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência,



remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.

5. ARBITRAGEM E FORO

- 5.1 Aplicam-se a este Aditamento as mesmas disposições sobre arbitragem e foro previstas no Contrato.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam este Aditamento em (•) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

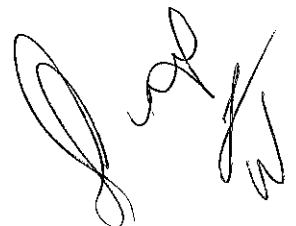
[Rio de Janeiro], (data).

(As assinaturas seguem nas (•) páginas seguintes).

(Restante desta página intencionalmente deixado em branco.)

(Inserir assinaturas.)

(Inserir Anexo A.)

Handwritten signatures in black ink, appearing to be three distinct signatures.

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE  
CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS EM GARANTIA

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO

(Local), (data).

Itaú Unibanco S.A.

Av. Eng. Armando de Arruda Pereira 707, 7º andar

Torre Eudoro Villela – Lado Azul

04344-902 São Paulo, SP

At.: Gerência de Trustee

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Av. das Américas 4200, sala 514, bloco 4

22640-102 Rio de Janeiro, RJ

At.: Sra. Nathalia Machado (Jurídico e Estruturação)

Sr. Marco Aurélio Ferreira (Backoffice Financeiro)

Prezados Senhores:

Serve a presente para informar V.Sas. que a totalidade Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente atende aos Critérios de Elegibilidade previstos na Cláusula 3.1, incisos I, II, III e IV, do "Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia", celebrado em 5 de julho de 2013, e seus aditamentos, no âmbito da segunda emissão de SIDERÚRGICA NORTE BRASIL S.A. S.A. ("Contrato de Cessão Fiduciária").

Termos iniciados por letra maiúscula utilizados nesta Notificação que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no Contrato de Cessão Fiduciária.

Permanecemos à disposição de V. Sas. para qualquer esclarecimento porventura necessário.

Atenciosamente,

SIDERÚRGICA NORTE BRASIL S.A. S.A.

\_\_\_\_\_  
Nome:

Cargo:

\_\_\_\_\_  
Nome:

Cargo:

AÇO CEARENSE INDUSTRIAL LTDA.

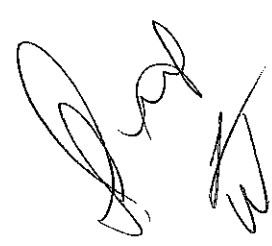
\_\_\_\_\_  
Nome:

Cargo:

\_\_\_\_\_  
Nome:

Cargo:

\* \* \* \* \*




INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE  
CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS EM GARANTIA

ANEXO V

CONTRATO DE SWAP

(Segue na página seguinte).

(Restante desta página intencionalmente deixada em branco).

A handwritten signature in black ink, located in the bottom right corner of the page. The signature is stylized and appears to be a single name or set of initials.

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE  
CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS EM GARANTIA

ANEXO III

MODELO DE ADITAMENTO

(•) ADITAMENTO AO  
INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE  
CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS EM GARANTIA

Celebram este "(•) Aditamento ao Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia" ("Aditamento"):

I. como outorgantes da garantia fiduciária:

SIDERÚRGICA NORTE BRASIL S.A., sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de Marabá, Estado do Pará, na Rodovia PA 150, km 425, Distrito Industrial de Marabá, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob o n.º 07.933.914/0001-54, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Companhia"); e

AÇO CEARENSE INDUSTRIAL LTDA., sociedade com sede na Cidade de Caucaia, Estado de Ceará, na Rodovia Antiga BR 222, km 19, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.990.842/0001-38, neste ato representada nos termos de seu contrato social ("Aço Cearense Industrial", e, em conjunto com a Companhia, "Outorgantes");

II. como agente fiduciário, nomeado na Escritura de Emissão (conforme definido no Contrato (conforme definido abaixo)), representando os outorgados da garantia fiduciária, a comunhão dos titulares das Debêntures (conforme definido no Contrato) ("Debenturistas");

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas 4200, bloco 4, sala 514, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Agente Fiduciário");

III. como credor:

BANCO BTG PACTUAL S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo 501, 5º, 6º e 7º andares, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 30.306.294/0001-45, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("BTG Pactual" e, em conjunto com os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, "Credores"); e



IV. como banco centralizador:

ITAÚ UNIBANCO S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100, Torre Olavo Setubal, inscrita no CNPJ sob o n.º 60.701.190/0001-04, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Banco Centralizador");

(Termos iniciados por letra maiúscula utilizados neste Aditamento que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no "Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia", celebrado em 5 de julho de 2013, entre as Outorgantes, o Agente Fiduciário, BTG Pactual e o Banco Centralizador(, conforme aditado em (•)) ("Contrato"), que é parte integrante, complementar e inseparável deste Aditamento.)

CONSIDERANDO que:

- (A) as partes celebraram o Contrato; e
- (B) (em decorrência da obrigação prevista na Cláusula 4 do Contrato, as partes desejam substituir o Anexo I ao Contrato de Cessão Fiduciária de Créditos;) *{ou}* (em decorrência da obrigação prevista na Cláusula 7.1, inciso XVI, do Contrato, as partes desejam substituir o Anexo II ao Contrato;)

RESOLVEM celebrar este Aditamento, de acordo com os seguintes termos e condições:

1. ADITAMENTO

- 1.1 (Tendo em vista o exposto nos Considerandos acima e em atendimento aos termos da Cláusula 4 do Contrato, as partes, por este ato, aditam o Anexo I ao Contrato, que passa a ter a redação do Anexo A a este Aditamento.) *{ou}* (Tendo em vista o exposto nos Considerandos acima e em atendimento aos termos da Cláusula 7.1, inciso XVI, do Contrato, as partes, por este ato, aditam o Anexo II ao Contrato, que passa a ter a redação do Anexo A a este Aditamento.)
- 1.2 As Outorgantes obrigam-se a, no prazo de até 20 (vinte) dias contados da data de assinatura deste Aditamento, comprovar aos Credores que este Aditamento foi averbado nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos da Comarca da Cidade de Marabá, Estado do Pará, da Comarca da Cidade de Caucaia, Estado do Ceará, da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.



- 1.3 (As Outorgantes obrigam-se a, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da data de assinatura deste Aditamento, apresentar aos Credores e ao Banco Centralizador comprovação de que os sacados dos Créditos Cedidos Fiduciariamente incluídos no Anexo A a este Aditamento receberam a notificação nos termos do Anexo II ao Contrato.)
2. DECLARAÇÕES
- 2.1 As Outorgantes reiteram, neste ato, todas as declarações prestadas nos termos do Contrato e dos demais Documentos das Obrigações Garantidas.
3. RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS
- 3.1 Ficam ratificadas todas as Cláusulas do Contrato não alteradas por este Aditamento.
4. DISPOSIÇÕES GERAIS
- 4.1 Os documentos anexos a este Aditamento constituem parte integrante e complementar deste Aditamento.
- 4.2 Este Aditamento constitui parte integrante e complementar dos Documentos das Obrigações Garantidas, cujos termos e condições as partes declaram conhecer e aceitar.
- 4.3 As obrigações assumidas neste Aditamento têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus eventuais sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.
- 4.4 Qualquer alteração dos termos e condições deste Aditamento somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as partes.
- 4.5 A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas deste Aditamento não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidade ou nulidade de qualquer cláusula deste Aditamento, as partes se obrigam a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, neste Aditamento, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

- 4.6 Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as partes será sempre considerado mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.

5. ARBITRAGEM E FORO

- 5.1 Aplicam-se a este Aditamento as mesmas disposições sobre arbitragem e foro previstas no Contrato.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam este Aditamento em (•) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

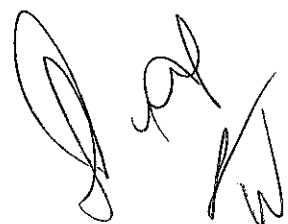
[Rio de Janeiro], (data).

(As assinaturas seguem nas (•) páginas seguintes).

(Restante desta página intencionalmente deixado em branco.)

(Inserir assinaturas.)

(Inserir Anexo A.)



INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE  
CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS EM GARANTIA

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO

(Local), (data).

Itaú Unibanco S.A.  
Av. Eng. Armando de Arruda Pereira 707, 7º andar  
Torre Eudoro Villela – Lado Azul  
04344-902 São Paulo, SP  
At.: Gerência de Trustee

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários  
Av. das Américas 4200, sala 514, bloco 4  
22640-102 Rio de Janeiro, RJ  
At.: Sra. Nathalia Machado (Jurídico e Estruturação)  
Sr. Marco Aurélio Ferreira (Backoffice Financeiro)

Prezados Senhores:

Serve a presente para informar V.Sas. que a totalidade Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente atende aos Critérios de Elegibilidade previstos na Cláusula 3.1, incisos I, II, III e IV, do "Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia", celebrado em 5 de julho de 2013, e seus aditamentos, no âmbito da segunda emissão de SIDERÚRGICA NORTE BRASIL S.A. S.A. ("Contrato de Cessão Fiduciária").

Termos iniciados por letra maiúscula utilizados nesta Notificação que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no Contrato de Cessão Fiduciária.

Permanecemos à disposição de V. Sas. para qualquer esclarecimento porventura necessário.

Atenciosamente,



SIDERÚRGICA NORTE BRASIL S.A. S.A.

\_\_\_\_\_  
Nome:  
Cargo:


\_\_\_\_\_  
Nome:  
Cargo:

AÇO CEARENSE INDUSTRIAL LTDA.

\_\_\_\_\_  
Nome:  
Cargo:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
Cargo:

\* \* \* \* \*

\_\_\_\_\_  


INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE  
CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS EM GARANTIA

ANEXO V

CONTRATO DE SWAP

(Segue na página seguinte).

(Restante desta página intencionalmente deixada em branco).

A handwritten signature in black ink, consisting of stylized, cursive letters, located in the bottom right corner of the page.

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE EMISSÃO PÚBLICA DE  
DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA SEGUNDA EMISSÃO DE  
SIDERÚRGICA NORTE BRASIL S.A.

ANEXO III

MODELO DE ADITAMENTO À ESCRITURA DE EMISSÃO

"PRIMEIRO ADITAMENTO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE EMISSÃO  
PÚBLICA DE DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA SEGUNDA EMISSÃO DE  
SIDERÚRGICA NORTE BRASIL S.A.

Celebram este "Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações da Segunda Emissão de Siderúrgica Norte Brasil S.A." ("Aditamento"):

- I. como emissora e ofertante das debêntures objeto desta Escritura de Emissão ("Debêntures"):

SIDERÚRGICA NORTE BRASIL S.A., sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de Marabá, Estado do Pará, na Rodovia PA 150, km 425, Distrito Industrial de Marabá, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob o n.º 07.933.914/0001-54, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Pará ("JUCEPA") sob o NIRE 15.300.015.120, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Companhia");

- II. como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão, representando a comunhão dos titulares das Debêntures ("Debenturistas"):

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas 4200, bloco 4, sala 514, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu estatuto social] ("Agente Fiduciário"); e

- III. como fiadores e principais pagadores, solidariamente entre si e com a Companhia ("Fiadores", sendo as pessoas físicas abaixo mencionadas "Fiadores Pessoas Físicas"):

AÇO CEARENSE COMERCIAL LTDA., sociedade com sede na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Rua Antônio Pompeu 1900, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.557.333/0001-65, neste ato representada nos termos de seu contrato social ("Aço Cearense Comercial");

AÇO CEARENSE INDUSTRIAL LTDA., sociedade com sede na Cidade de Caucaia, Estado do Ceará, na Rodovia Antiga BR 222, km 19, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.990.842/0001-38, neste ato representada nos termos de seu contrato social ("Aço Cearense Industrial");

WMA PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade com sede na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Rua Meton de Alencar 1807, sala 2, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.867.417/0001-03, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("WMA", e, em conjunto com a Aço Cearense Comercial e a Aço Cearense Industrial, "Fiadores Pessoas Jurídicas");

JOSÉ VILMAR FERREIRA, brasileiro, divorciado, empresário, portador da cédula de identidade n.º 495.890, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Ceará ("SSP/CE"), inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o n.º 031.150.543-00, residente e domiciliado na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Rua Oswaldo Cruz 540/2100, apto. 2100;

WANDER JEAN MATOS FERREIRA, brasileiro, casado em regime de separação total de bens, empresário, portador da cédula de identidade n.º 92.002.325.626, expedida pela SSP/CE, inscrito no CPF/MF sob o n.º 734.453.393-68, residente e domiciliado na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Avenida Beira Mar 3500/600;

ROSE MARIE MATOS FERREIRA, brasileira, solteira, empresária, portadora da cédula de identidade n.º 93.002.002.019, expedida pela SSP/CE, inscrita no CPF/MF sob o n.º 767.239.843-15, residente e domiciliada na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Avenida Beira Mar 3500/600; e

ROSE ALINE FERREIRA DE FREITAS GUIMARÃES, brasileira, casada em regime de separação total de bens, empresária, portadora da cédula de identidade n.º 93.002.002.027, expedida pela SSP/CE, inscrita no CPF/MF sob o n.º 622.484.803-34, residente e domiciliada na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Avenida Beira Mar 2100/2201;

que resolvem celebrar este Aditamento, de acordo com os seguintes termos e condições:

CONSIDERANDO que:

- (A) em 5 de julho de 2013, a Companhia, o Agente Fiduciário e os Fiadores celebraram o "Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações da Segunda Emissão de Siderúrgica Norte Brasil S.A." ("Escritura de Emissão");
- (B) nos termos da Cláusula 6.10 (e subcláusulas) da Escritura de Emissão, os Contratos de Garantia foram devidamente registrados e as partes desejam

aditar a Escritura de Emissão, nos termos previstos neste Aditamento para que as Debêntures passem a ser da espécie com garantia real;

resolvem as partes celebrar este Aditamento, de acordo com os seguintes termos e condições:

1. ADITAMENTO

1.1 A Cláusula 6.10 passará a vigorar com a seguinte redação:

"Espécie. As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, consistindo na Cessão Fiduciária, nos termos da Cláusula 6.12 abaixo, na Alienação Fiduciária, nos termos da Cláusula 6.13 abaixo, e contarão, adicionalmente, com a Fiança, nos termos da Cláusula 6.11."

2. RATIFICAÇÃO

2.1 Todos os demais termos e condições da Escritura de Emissão que não tiverem sido alterados por este Aditamento permanecem válidos e em pleno vigor.

3. INSCRIÇÃO E AVERBAÇÃO

3.1 Este Aditamento será:

- (a) inscritos na JUCEPA; e
- (b) averbado nos cartórios de registro de títulos e documentos da [Comarca da Cidade de Marabá, Estado do Pará, da Comarca da Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, da Comarca da Cidade de Caucaia, Estado do Ceará, e da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro].

4. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 4.1 As obrigações assumidas neste Aditamento têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.
- 4.2 Qualquer alteração a este Aditamento somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as partes.
- 4.3 A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas deste Aditamento não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidade ou nulidade de qualquer cláusula deste Aditamento, as partes se obrigam a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, neste





Aditamento, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

- 4.4 Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as partes será sempre considerado mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.
- 4.5 As partes reconhecem este Aditamento e as Debêntures como títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").
- 4.6 Para os fins deste Aditamento, as partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 461, 461-A, 621, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão e deste Aditamento.

## 5. ARBITRAGEM E FORO

- 5.1 Observado o disposto na Cláusula 5.7 abaixo, as partes desde já convencionam que qualquer disputa, controvérsia ou demanda oriunda, ou relacionada a esta Escritura de Emissão e/ou aos Contratos de Garantia, incluindo embargos de devedor à execução por quantia certa decorrente das obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia, que serão substituídos pela arbitragem ("Controvérsia"), será obrigatória, exclusiva e definitivamente resolvida por meio de arbitragem.
- 5.2 A arbitragem será instituída e processada de acordo com o Regulamento do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("Regulamento"), por tribunal arbitral composto por três árbitros, indicados de acordo com o Regulamento ("Tribunal Arbitral"). A administração e o correto desenvolvimento do procedimento arbitral caberão ao Tribunal Arbitral. O procedimento arbitral terá (i) lugar na Cidade de São Paulo, local onde deverá ser proferida a sentença arbitral; (ii) como idioma oficial o Português; e (iii) como lei aplicável a da República Federativa do Brasil. O Tribunal Arbitral deverá aplicar primeiramente as disposições desta Escritura de Emissão e/ou dos Contratos de Garantia e, na omissão, o disposto na legislação brasileira. Ressalta-se que no caso de conflito entre as normas



prevalecerá o previsto nesta Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia.

- 5.3 A parte interessada notificará a Câmara de Comércio Brasil-Canadá sobre sua intenção de começar a arbitragem, conforme o Regulamento.
- 5.4 A recusa, por qualquer parte, em celebrar termos de referência ou compromisso de arbitragem não impedirá que a arbitragem se desenvolva e se conclua validamente, ainda que à revelia, e que a sentença arbitral assim proferida seja plenamente vinculante e eficaz às partes.
- 5.5 Nenhum recurso caberá contra a sentença arbitral, a qual terá, para as partes, o valor de decisão final e irrecorrível.
- 5.6 As partes poderão requerer ao Poder Judiciário medidas cautelares urgentes que não possam ser obtidas em tempo na arbitragem, sem prejuízo do julgamento do mérito pelo Tribunal Arbitral e não pelo Poder Judiciário. Quando a lei exigir que o autor da ação cautelar ajuíze ação principal ou equivalente, entender-se-á como tal a instituição da própria arbitragem. Em qualquer hipótese, o processo judicial se extinguirá sem resolução de mérito tanto que o Tribunal Arbitral conceda, confirme, altere ou revogue a medida cautelar. As partes reconhecem que a necessidade de buscar qualquer medida cautelar no Poder Judiciário não é incompatível com esta cláusula compromissória, nem constitui renúncia à execução da cláusula compromissória ou sujeição das partes à arbitragem.
- 5.7 O disposto nesta Cláusula 5 não exclui o direito do Agente Fiduciário e, observado o disposto na Cláusula 8.6 e 8.6.1 acima da Escritura de Emissão, dos Debenturistas, de iniciar a execução das obrigações líquidas, certas e exigíveis decorrentes desta Escritura de Emissão e/ou dos Contratos de Garantia perante o Poder Judiciário, caso em que fica eleito o foro da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam este Aditamento em 15 (quinze) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas abaixo identificadas, que também o assinam.

[Rio de Janeiro], [•] de [•] de 20[•].

(As assinaturas seguem nas 5 (cinco) páginas seguintes.)

(Restante desta página intencionalmente deixado em branco.)

(Restante desta página intencionalmente deixado em branco.)

(Inserir assinaturas.)

